



PROFHISTÓRIA

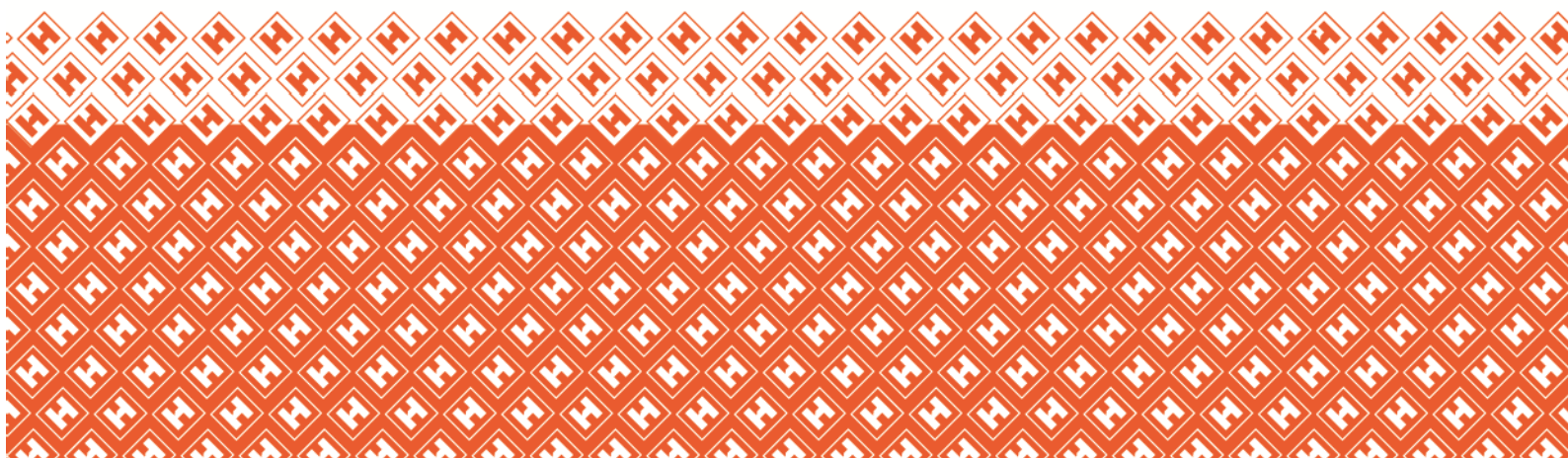
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

MICHELLE APARECIDA DA SILVA GOMES

**DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA E O ENSINO DE HISTÓRIA
PELA DIMENSÃO DAS MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO JORNAL
“CORREIO CACERENSE” (1968-1978)**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

JULHO/ 2021



MICHELLE APARECIDA DA SILVA GOMES

**DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA E O ENSINO DE HISTÓRIA PELA
DIMENSÃO DAS MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO JORNAL “CORREIO
CACERENSE” (1968-1978)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Mestrado profissional, da Universidade do Estado de Mato Grosso, Unidade Regionalizada de Cáceres, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Professora Dra. Maria do Socorro de Sousa Araújo

**CÁCERES
2021**

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

GOMES, Michelle Aparecida da Silva GO.

G633d Ditadura Civil-Militar Brasileira e o Ensino de História pela Dimensão das Matérias Jornalísticas do Jornal "Correia Cacerense" (1968-1978) / Michelle Aparecida da Silva GO Gomes - Cáceres, 2021.

152 f.; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso

(Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Profissional) Profhistória, Faculdade de Ciências Humanas, Campus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2021.

Orientador: Maria do Socorro de Sousa Araujo

1. Profhistória. 2. Ensino de História. 3. Jornal Correia Cacerense. 4. Ditadura Civil-Militar. 5. Cáceres-MT. I. MichelleAparecida da Silva GO Gomes. II. Ditadura Civil-Militar Brasileira e o Ensino de História pela Dimensão das Matérias Jornalísticas do Jornal "Correia Cacerense" (1968-1978):.

CDU 94:37

MICHELLE APARECIDA DA SILVA GOMES

**DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA E O ENSINO DE HISTÓRIA PELA
DIMENSÃO DAS MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DO JORNAL “CORREIO
CACERENSE” (1968-1978)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Mestrado profissional, da Universidade do Estado de Mato Grosso, Unidade Regionalizada de Cáceres, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ensino de História.

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Maria do Socorro de Sousa Araújo.
ProfHistória – UNEMAT (Orientadora)

Professor Dr. Carlos Edinei de Oliveira
ProfHistória – UNEMAT (Avaliador interno)

Professor Dr. Luís César Castrillon Mendes
Professor Adjunto – UFGD (Avaliador Externo)

Professora Dr^a Fernanda Martins da Silva
ProfHistória – UNEMAT (avaliadora suplente)

Cáceres/ MT
2021



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA –
PROFHISTÓRIA



**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA –
PROFHISTÓRIA**

Ao primeiro dia do mês de julho de dois mil e vinte e um às 14:30 horas, ocorreu a Defesa da Dissertação de Mestrado de **Michelle Aparecida da Silva Gomes** com a produção intitulada **Ditadura civil-militar brasileira e o Ensino de História pela dimensão das matérias jornalísticas do jornal “Correio Cacerense” (1968-1978)**. A defesa ocorreu de forma remota, a distância via Google Meet. A Comissão Examinadora foi composta por Professora Dr^a Maria do Socorro de Sousa Araújo (orientadora), Professor Dr^a Luís Cesar Castrillon Mendes (Examinador Externo – Universidade Federal Grande Dourados - UFGD), Professor Dr. Carlos Edinei de Oliveira (Examinador Interno) e Professora Dr^a. Fernanda Martins da Silva (Suplente). Concluída a exposição e a arguição da candidata, a Comissão Examinadora considerou a candidata **APROVADA**. Para fazer jus ao título de Mestre em Ensino de História, a versão final da Dissertação com os ajustes sugeridos pela Comissão Examinadora deverá ser entregue à Secretaria do ProfHistória no prazo de sessenta dias, a partir da data da Defesa. A Dissertação e o Produto deverão ser entregues em PDF e uma versão em capa dura. O exemplar definitivo será homologado pelo Conselho do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade do Estado de Mato Grosso, conferindo título de validade nacional ao aprovado. E, para constar, foi lavrada a presente Ata que será assinada pela presidente da Comissão Examinadora.

Observações: (este espaço deve ser preenchido com observações feitas pelos examinadores, caso necessário. Se não for necessário, favor excluir).

Comissão Examinadora:

Prof. Dr^a Maria do Socorro de Sousa Araújo – UNEMAT (Presidente da Banca)

Prof. Dr. Luis César Castrillon Mendes – Examinador Externo (Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD) (Participação a distância).

Prof. Dr. Carlos Edinei de Oliveira – Examinador Interno (UNEMAT) (Participação a distância)

Prof^a Dr^a Fernanda Martins da Silva (Suplente)

“A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 1996, p. 477).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por esta conquista.

À minha família, que sempre me incentivou e me acompanhou nessa jornada, a minha mãe Lenira, meu pai João (in memorian) e o meu irmão João Paulo que com amor e paciência me ajudaram, sobretudo nos momentos de aflições. A minha irmã Katia, pelas palavras de ânimo e fé, ao meu cunhado Ademir e a minha sobrinha Amanda, por compreender a ausência nas brincadeiras.

À Prof. Dr^a. Maria do Socorro de Sousa Araújo, pela orientação, atenção, compromisso e paciência. Obrigado por todos os conhecimentos compartilhados.

Aos colegas de mestrado pelo apoio, trocas de experiências, companheirismo no decorrer do mestrado, em especial a Vera Lúcia e Fernanda Jardim, que sempre estiveram presentes e incentivando nos momentos mais árduos.

À amiga Rita de Cássia, pela ajuda e incentivo no período do mestrado.

Agradeço aos professores que ministraram as aulas no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA.

Aos Professores Doutores, Carlos Edinei de Oliveira e Luís Cesar Castrillon Mendes, membros da Banca Examinadora, pelas contribuições.

Agradeço aos funcionários do Arquivo Público Municipal de Cáceres, que possibilitaram os momentos de pesquisas.

Enfim, a todos que de forma direta ou indireta acreditaram e mim e contribuíram para a realização deste sonho.

Esta dissertação estuda as formas como a ditadura civil-militar brasileira foi veiculada nos noticiários do Jornal *Correio Cacerense*, na cidade de Cáceres/MT, como um material de suporte ao Ensino de História. As análises das publicações estão centradas na influência da imprensa na formulação de opiniões no cotidiano da cidade e as prováveis intervenções sociais e políticas que aconteceram durante a ditadura, especialmente entre 1968 e 1978. Considerando que as fontes documentais se constituem como uma memória sobre os acontecimentos e assim tomando o Jornal *Correio Cacerense* como suporte de memórias sócio-históricas, analisamos a constituição de uma “memória positiva” sobre o regime militar que ainda é preponderante no coletivo social da cidade, destacando o que ainda é lembrado e o que foi esquecido, como também apresentar os possíveis aspectos que compõem as formulações dessas memórias. Para isso, realizamos a análise das publicações do jornal *Correio Cacerense*, buscando construir um diálogo com os acontecimentos da Ditadura Civil-Militar no Brasil. Assim sendo, para fundamentar teoricamente sobre a temática abordada, utilizamos os autores Napolitano (2014), Ferreira e Delgado (2019), Fico (2014), Carvalho (2012), dentre outros. Desta maneira, as discussões que abarcam este trabalho também estão direcionadas para o uso das fontes documentais para o ensino de História, sobretudo as notícias jornalísticas como possibilidade para a aprendizagem histórica. Para isso, foi fundamental compreender o Arquivo Público Municipal de Cáceres como um lugar de memória que aloca esses documentos que constituem parte da memória sócio-histórica da cidade. Na perspectiva de pensar o ensino de História e o uso das fontes documentais, recorremos às autoras Bittencourt (2011; 2017), Fonseca (2011), Schmidt e Cainelli (2004), Fonseca (1993), dentre outros. Por fim, temos como parte desta dissertação a produção de um material pedagógico que se configura por uma proposta de Unidade Temática Investigativa. Assim, o produto pedagógico servirá como ferramenta para auxiliar os professores de História em suas práticas pedagógicas a abordarem a temática da Ditadura Civil-Militar no Brasil e possíveis repercussões em Cáceres.

Palavras chave: ProfHistória; Ensino de História; Jornal *Correio Cacerense*; Ditadura Civil-Militar; Cáceres- MT.

This dissertation studies the ways in which the Brazilian civil-military dictatorship was published in the news of the *Jornal Correio Cacerense*, in the city of Cáceres/MT, as a support material for the Teaching of History. The analyzes of the publications are centered on the influence of the press in the formulation of opinions in the daily life of the city and the probable social and political interventions that took place during the dictatorship, especially between 1968 and 1978. Considering that documentary sources are constituted as a memory about the events and thus, taking the *Correio Cacerense* newspaper as a support for socio-historical memories, we analyze the constitution of a “positive memory” about the military regime that is still predominant in the city's social collective, highlighting what is still remembered and what has been forgotten, as well as presenting the possible aspects that make up the formulations of these memories. For this, we analyzed the publications of the *Correio Cacerense* newspaper, seeking to build a dialogue with the theoretical sources that address the Civil-Military Dictatorship in Brazil. Therefore, to theoretically support the topic addressed, we used the authors Napolitano (2014), Ferreira and Delgado (2019), Fico (2014), Carvalho (2012), among others. In this way, the discussions that comprise this work are also directed towards the use of documentary sources for the teaching of History, especially journalistic news as a possibility for historical learning. Thus, it was essential to understand the Municipal Public Archive of Cáceres as a place of memory that allocates these documents that constitute part of the socio-historical memory of the city. In the perspective of thinking about the teaching of History and the use of documentary sources, we resorted to the authors Bittencourt (2011; 2017), Fonseca (2011), Schmidt and Cainelli (2004), Fonseca (1993), among others. Finally, we have as part of this dissertation the production of an educational material that is configured by a proposal for an Investigative Thematic Unit. Thus, the “pedagogical product” will serve as a tool to help History teachers in their pedagogical practices to address the theme of Civil-Military Dictatorship in Brazil and possible repercussions in Cáceres.

Keywords: ProfHistoria; History teaching; Newspaper *Correio Cacerense*; Civil-Military Dictatorship; Cáceres-MT.

LISTA DE ABREVIATURAS

AN – Arquivo Nacional

APMC – Arquivo Público Municipal de Cáceres

AI- Ato Institucional

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAMDE - Campanha da Mulher pela Democracia

CODI - Centro de Operações de Defesa Interna

CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos

CTG - Central Geral dos Trabalhadores

DPF – Departamento de Polícia Federal

DOI - Destacamento de Operações de Informações

DSN - Doutrina de Segurança Nacional

EMC – Educação Moral e Cívica

ESG - Escola Superior de Guerra

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LIMDE - Liga da Mulher Democrática

MEC – Ministério da Educação

MAC - Movimento Anticomunista

OSPB – Organização Social e Política do Brasil

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PIB - Produto Interno Bruto

PPP – Projeto Político Pedagógico

PSB – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SIGA – Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos

SNI - Serviço Nacional de Informações

STF - Supremo Tribunal Federal

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UFC - União Cívica Feminina

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Aula- oficina-----	119
Quadro II – Unidade Temática Investigativa-----	124

1 INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	22
Ensino de História e Fontes Documentais	22
1.1 A História como disciplina e suas mudanças curriculares.....	22
1.2 O uso das fontes documentais para o ensino de História.....	33
1.3 Ensino de História a partir das notícias jornalísticas como fonte.....	39
1.4 O Arquivo Público como possibilidade para o ensino de História	47
1.5 Experiência Didática	56
CAPÍTULO II.....	67
Ditadura Civil-Militar brasileira pelas páginas da imprensa: entre opiniões, notícias nacionais e locais	67
2.1 O governo João Goulart e o Golpe Civil - Militar de 1964.....	67
2.2 Ditadura Civil-Militar brasileira pelas páginas do jornal Correio Cacerense.....	85
2.3 A cidade de Cáceres como território de Segurança Nacional.....	101
CAPÍTULO III.....	114
Fontes documentais e ensino de História: as notícias jornalísticas para a aprendizagem em sala de aula	114
3.1 Educação Histórica: caminhos para o desenvolvimento do pensamento histórico.....	115
3.2 Da aula-oficina à Unidade Temática Investigativa.....	118
3.3 Unidade Temática Investigativa: uma possibilidade para a aprendizagem sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
BIBLIOGRAFIA.....	138
ANEXOS	145

INTRODUÇÃO

A Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964–1985) não foi um acontecimento isolado de outras circunstâncias políticas da época. Os militares contaram com o apoio de vários segmentos da sociedade civil tais como empresariado, latifundiários, órgãos da imprensa, parte da igreja católica e outros que de alguma forma representavam os interesses políticos e sociais da classe média e das elites urbanas e rurais do país. Esses grupos, se dizendo descontentes com as políticas do governo da época, em especial com as promessas para execução das “Reformas de Base”, passaram a fazer alianças e conclamar as Forças Armadas para intervirem no governo de João B. Goulart. Neste cenário, o apoio e/ou alianças desses segmentos sociais permitiram que a partir de 31 de março de 1964, o país entrasse em um longo período de exceções, autoritarismos, privações dos direitos constitucionais e das liberdades políticas.

Neste sentido, é preciso ponderar que as tramas do golpe e os anos de autoritarismo que se seguiram não foram ações isoladas das Forças Armadas brasileira. Segundo Fico (2012, p. 10), esses acontecimentos contaram com o apoio de parte da imprensa, a Igreja Católica, parte da classe média, o setor empresarial do país, dentre outros segmentos, que apoiaram e contribuíram para a derrubada de Goulart da presidência do país. Dessa maneira, o autor ressalta que o apoio de parte da sociedade civil nesses acontecimentos sustentam a denominação de Golpe Civil-Militar ou Ditadura Civil-Militar no Brasil, termos que iremos utilizar nesta dissertação.

Nessa ótica, parte considerável da imprensa nacional foi fundamental para efetivação e consolidação do regime militar nos anos que se seguiram e mesmo antes do fatídico “31 de Março”, quando diversos meios de comunicações noticiavam certo descontentamento com o governo de João Goulart. As insatisfações veiculadas contribuíram diretamente na campanha antigovernista e anticomunista que culminou na desestabilização do governo de Jango.

Essa postura adotada por parte da grande imprensa de circulação nacional e também por muitos segmentos da sociedade civil mudaria nos anos que seguiram ao golpe, principalmente após a assinatura do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968. A partir desse período, aqueles que se colocaram na condição de oposição política ao militarismo, passaram a sentir a dimensão e o peso das arbitrariedades do governo de exceção, sobretudo, quando a censura passou a ser aplicada como política de Estado afetando diretamente a produção e veiculação de notícias que contrariassem interesses políticos dos

governos militares. O que conhecemos como liberdade de expressão também foi vigiada, controlada e vetada nas produções culturais, no ensino nas escolas e universidades, nas celebrações religiosas e em outras manifestações artístico-culturais. Assim, a mesma imprensa que apoiara o golpe e suas sedimentações também passou a conviver com a figura do censor e os cortes nas produções jornalísticas.

Paralelamente a esse período em que as medidas repressivas atingiram o seu auge, a economia apresentou os seus maiores índices de crescimento e os governos dos militares assumiram “[...] esse aspecto contraditório: ao mesmo tempo em que reprimia ferozmente a oposição, apresentava-se como fase de euforia econômica perante o resto da população” (CARVALHO, 2012, p. 168). Assim, na medida em que opositores ao militarismo sofriam todo tipo de tortura nas prisões, perseguições e processos nos tribunais militares, resultante da insubmissão ao regime, havia aqueles, em especial da classe média, que comemoravam e se beneficiavam com altos índices de rendimentos econômicos que ganhavam as páginas dos noticiários com campanhas publicitárias promovendo as “realizações oficiais” dos governos dos generais.

Para manter a “segurança” e o “desenvolvimento” do país, os governos dos generais tomaram como referência os princípios da Doutrina de Segurança Nacional,¹ fundamentada na prevenção e manutenção da segurança interna e externa do país. Os governos militares procuraram combater o “fantasma do comunismo” com a lógica da suspeição procurando os “inimigos internos”, os “infiltrados” e os (im)patriotas com as armas do “ame-o ou deixe-o”.² Dessa forma, identificar e combater qualquer ameaça era tarefa prioritária dos governos e quando foi necessário criaram aparatos jurídicos autoritários para manter o controle político do país. Assim, no dia 13 de março de 1967, foi publicado o Decreto- Lei nº 314,³ definindo os crimes contra a segurança nacional, em favor da ordem política e social do Brasil.

¹Com a criação da Escola Superior de Guerra (ESG, 1949), um grupo de militares organizou estudos políticos para pensar estratégias de segurança e desenvolvimento para o Brasil e assim formularam a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), pautada pelo binômio “Segurança e Desenvolvimento”. Um dos princípios era garantir a segurança interna do país e, conseqüentemente, combater o “perigo comunista” que julgavam ter se alastrado no Brasil com o governo de João Goulart. Essas concepções foram fundamentadas no conceito de guerra total sustentado no confronto ideológico da Guerra Fria que se contrapunham dois blocos de nações: de um lado o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos da América e de outro os países reunidos pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) capitaneados pela Rússia. Ambos os blocos tinham propósitos de expandir seus impérios (FICO, 2004, pp. 36-37).

²A expressão “Brasil, ame-o ou deixe-o” fez parte das propagandas políticas do regime militar brasileiro veiculada nos meios de comunicação, especialmente, nos canais de televisão. Neste discurso ufanista, o “ame-o” significava aceitar incondicionalmente as regras e as ações governamentais que se impunham de forma legal ou não. E o “deixe-o” era quase uma ordem de auto-exílio para quem discordasse do Estado ditatorial.

³ Site consultado <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>

Para reforçar o “controle” e a “segurança” interna e externa do país, em nome de um desenvolvimentismo, os militares tomaram outras medidas para o domínio da nação. Dentre essas, a seleção de vários municípios em todo âmbito nacional, tornando-os áreas de interesse da Segurança Nacional pelo Decreto- Lei nº 5.449 de 04 de junho de 1968,⁴ sancionada pelo então presidente general Artur da Costa e Silva. Esses municípios assim identificados passaram a ser administrados por gestores nomeados pelos governadores de seus respectivos Estados e mesmo assim condicionada à aprovação do Presidente da República. Em todo território nacional foram identificados sessenta e sete municípios e no Estado de Mato Grosso,⁵ foram Amambaí, Antônio João, Bela Vista, Cáceres, Caracol, Corumbá, Iguatemi, Mato Grosso⁶, Ponta Porã e Porto Murtinho.

Sendo Cáceres uma cidade de fronteira com territórios bolivianos e declarada área de segurança nacional, como a população lidou com essa mudança político-jurídica? Nessa perspectiva, o interesse desta pesquisa é conhecer e analisar as notícias sobre estes assuntos que circularam na imprensa local, as influências das publicações da época, especialmente investigando os impactos das matérias jornalísticas veiculadas na cidade de Cáceres – Mato Grosso e as prováveis intervenções sociais, políticas e culturais que aconteceram durante o período da Ditadura Civil-Militar brasileira. O objetivo dessa investigação, portanto, é articular os resultados da pesquisa com práticas de ensino de História, usando os jornais como fontes documentais para aprendizagens históricas.

Localizada na fronteira do Brasil com a Bolívia, Cáceres (cidade bicentenária) está situada na região Sudoeste do Estado de Mato Grosso, na margem esquerda do Rio Paraguai, com uma distância de aproximadamente 215 km da capital, Cuiabá.

A partir da década de 1960, a cidade de Cáceres passou por um acentuado crescimento populacional e isso impôs mudanças organizativas e aprimoramentos em sua estrutura físico-urbana. No processo de urbanização e infraestrutura foram construídas novas estradas, novos arruamentos, calçamento asfáltico nas principais ruas, rede de saneamento básico, Estação Rodoviária e a construção de um aeroporto de pequeno porte para o

⁴Site consultado <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5449-4-junho-1968-359221-publicacaooriginal-1-pl.html>

⁵ Considerar que a divisão do Estado de Mato Grosso se deu pela Lei Complementar nº31, promulgada em 11 de outubro de 1977 pelo então presidente general Ernesto Geisel, criando o Estado de Mato Grosso do Sul e somente em 1979 se deu a efetiva separação.

⁶O município de Vila Bela da Santíssima Trindade foi a primeira capital do Estado de Mato Grosso, entre os anos de 1752 a 1820, período em que deixou de ser a sede da administração provincial, perdendo a condição de capital para Cuiabá. Com a descentralização política, Vila Bela passou a denominar-se Mato Grosso. Essa denominação foi modificada através da Lei Estadual nº 4.014, de 29 de novembro de 1978, que estabeleceu o retorno definitivo do nome de Vila Bela da Santíssima Trindade ao município.

município. No decorrer dos anos entre 1961 e 1963 foram realizadas construções de estradas vicinais e inaugurações de pontes fundamentais para ligar Cáceres a outros municípios e às glebas⁷ da região. Nesse período, como símbolo de progresso e modernidade, também foi construída e inaugurada a Ponte Marechal Rondon sobre o rio Paraguai, que teve (e tem) expressiva contribuição para o desenvolvimento da cidade.

Com o advento do golpe civil-militar (31 de março de 1964), não houve, inicialmente, alteração na administração municipal. No ano de 1967, o comerciante cacerense Ernani Martins assumiu a gestão pública da cidade como o último prefeito eleito pelo voto popular tendo como um dos marcos administrativos a expansão urbana e suburbana do Município. A partir desse período, os prefeitos do município passaram a ser indicados pelos governos do Estado que, por sua vez, eram alinhados com o Regime Militar. Essa conduta política estava ancorada na Lei Federal nº. 5.449, acima citada, que declarava juridicamente o Município de Cáceres, uma área de interesse da Segurança Nacional. Desta forma, o Exército, especificamente o 2º Batalhão de Fronteira (2º B. Fron),⁸ intensificou a função institucional de proteger a fronteira contra os “inimigos” externos e internos, como “guardião da fronteira” Brasil-Bolívia.

Nesta função institucional, o Exército passou a ter uma presença mais consistente nos espaços políticos, sociais e culturais da cidade, incluindo ações pedagógicas nas escolas públicas e privadas, exercendo uma influência direta em todos os âmbitos da sociedade e nos acontecimentos do Município. Durante os governos militares, a mídia impressa teve uma importância significativa nos registros dos acontecimentos que se seguiram e na forma como reagiram às situações autoritárias. Sendo um dos meios de produção e veiculação de informações, além da formulação de opinião pública, os jornais (nesse caso, os impressos) eram e continuam sendo um instrumento excepcional para os estudos historiográficos, pois como fonte documental nos permite revisitar o passado, perceber os comportamentos de época para pensar os eventos no tempo presente. Como em qualquer outro lugar interiorano, os jornais de Cáceres replicavam notícias de âmbito nacional e internacional, além de dividirem suas páginas com as publicações de interesse local. As informações noticiadas sobre a cidade abarcavam questões políticas, econômicas e sociais.

⁷Gleba era o nome dado a um determinado loteamento imobiliário, desmembrado ou não do município de Cáceres destinado a alocar pessoas, geralmente migrantes agricultores e/ou pequenos comerciantes, que buscavam outras alternativas de trabalho e sobrevivência econômica e social. Entre o final da década de 1970 e meados da década de 1980, essas “glebas” se transformaram em cidades e alteraram a geopolítica da região.

⁸ Segundo Mendes (2010), a existência do Quartel do Exército em Cáceres foi através do Aviso nº 26 de maio de 1939, que estabelecia a unificação da 2ª e da 4ª Companhia de Fronteira que se encontravam no município. A partir da unificação, foi criado o 2º Batalhão de Fronteira (2º B. Fron.), que se instalou na cidade apenas em maio de 1940.

Os noticiários são importantes ferramentas para a investigação do passado, que comportam interesses e propósitos de quem as produzem e podem revelar a receptividade dos “consumidores” dessas notícias. Nesse sentido, definimos como objetivo compreender a influência da imprensa, no que concerne à produção e veiculação de notícias no cotidiano da cidade de Cáceres/ MT, seus propósitos e intervenções políticas e sociais. Partindo desse ponto, analisamos a constituição de uma “memória positiva” sobre o regime militar que ainda é preponderante no coletivo social da cidade, destacando o que é lembrado e o que foi esquecido, como também apresentando possíveis aspectos que compõem as formulações dessas memórias. Para isso, a pesquisa analisa as publicações do jornal local *Correio Cacerense* e, por conseguinte, propõe a aprendizagem de história pelo consumo dessas notícias, incluindo a emissão de opiniões.

Mary Del Priore (1997, p. 260) afirma que a vida cotidiana, “[...] constitui um mecanismo magistral de dicotomização da realidade social”, argumentando também que a vida cotidiana pode ser dividida em duas esferas: a primeira direcionada às atividades produtivas, lugar de acumulação e transformação, o futuro de uma formação social, ou seja, tudo que a História faz. O outro lado é demarcado pela repetição do existente, um lugar de conservação, de permanências culturais e de rituais, lugar privado da História. Assim, estudar o cotidiano da cidade diz respeito a conhecer as relações existentes entre diferentes sujeitos numa correlação com os acontecimentos diários, sejam individuais e/ou coletivos.

Na pesquisa, em se tratando da memória social e histórica, tomamos como recorte temporal a vigência do Ato Institucional nº 5 (AI-5, 1968-1978), pensando a forma como seus desdobramentos alteraram (ou não) a vida das pessoas e como essas alterações foram noticiadas e sentidas pelas pessoas da cidade. Essa escolha temporal se deve à especificidade desse tempo político, quando registrou as maiores arbitrariedades e autoritarismos da Ditadura Civil-Militar. Contraditoriamente, nesse mesmo período o país vivenciou um significativo desenvolvimento econômico que funcionou como uma “anestesia” política, tornando invisível a brutalidade político-jurídica do Estado ditatorial.

Para promover o desenvolvimento econômico do país, intensas campanhas publicitárias oficiais foram realizadas, utilizando slogans afirmando que o Brasil era “o país do futuro” e/ou a “nação que vai pra frente”. As ações promovidas pelos governos militares e as muitas contradições foram manchetes (cifradas ou diretas) constantes nos jornais de todo país. Pelas notícias que circularam no Jornal *Correio Cacerense*, buscamos apontar e analisar a constituição de uma “memória positiva” sobre o regime militar que ainda é

preponderante no coletivo social da cidade, destacando o que é e o *como* é lembrado e o que foi esquecido.

Por conseguinte, para contemplar os objetivos propostos nesta dissertação, realizamos a análise das publicações do jornal *Correio Cacerense*, único com publicações ininterruptas durante os governos militares. Segundo Capelato (1988), a imprensa consiste em um instrumento de manipulação de interesses políticos, econômicos e sociais de seus produtores, que convergem em intervenções na vida social. Também buscamos um diálogo com outras fontes e produções historiográficas que deram suporte teórico para a compreensão da temática abordada. A partir da análise das publicações, pensamos como o ensino de História se torna possível tomando as notícias jornalísticas como material didático-pedagógico.

Essa alternativa para o ensino de História foi realizada através do “produto pedagógico” desenvolvido para levar de forma mais didática as abordagens que deram forma a esta dissertação. O “produto” será viabilizado por um plano didático pedagógico alicerçado na metodologia da Unidade Temática Investigativa, como proposta para inserir a temática referente à Ditadura Civil-Militar no Brasil, a partir da análise das notícias do jornal *Correio Cacerense*.

A proposta desta pesquisa nasceu a partir do resultado de uma experiência didático-pedagógica, realizada com os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, da Escola Estadual Desembargador Gabriel Pinto de Arruda⁹ do município de Cáceres, Mato Grosso, onde sou professora desde o ano de 2017, como resultado de uma atividade interdisciplinar, “inventada” sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil. No planejamento do trabalho, os estudantes foram estimulados a visitar o Arquivo Público da cidade onde tiveram contato com os periódicos locais da década de 1970 e que possibilitou os discentes pensarem os jornais como documentos históricos. Com a experiência, os discentes compreenderam como as notícias abordavam (ou não) sobre as arbitrariedades ocorridas durante a Ditadura, das relações de poder (local e nacional), do apoio aos militares por parte dos civis e de outros segmentos da sociedade local, além de uma memória que foi sendo produzida sobre o período, a partir das notícias publicadas no periódico.

A experiência didática no Arquivo Público Municipal de Cáceres despertou várias inquietações nos estudantes, principalmente pelo fato de compreenderem os jornais como um

⁹A Escola Estadual Desembargador Gabriel Pinto de Arruda foi criada pela Lei Estadual nº 4.445 de 19 de março de 1982, e está localizada em um dos maiores bairros do município de Cáceres, Mato Grosso, o Jardim Padre Paulo que fica distante a aproximadamente a 3.500 metros do centro da cidade. A unidade escolar atende estudantes oriundos do próprio bairro e das proximidades, oferecendo o ensino fundamental (da 1ª Fase do 1º Ciclo à 3ª Fase do 3º Ciclo), nos períodos matutino e vespertino.

documento histórico, rico em informações e ao mesmo tempo cenário de disputas pelo poder. Com isso, percebemos nos periódicos uma importante fonte para trabalhar o Ensino de História, uma vez que as publicações possibilitam levar para as discussões pedagógicas em sala de aula, uma reflexão e problematização sobre os acontecimentos sociais, questões políticas, culturais e econômicas que aconteceram em determinados locais e épocas distintas.

Outro fator importante observado nas discussões em sala de aula e que nos impulsionam a pesquisa, está relacionado às disputas pela memória sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil. Diante das discussões sobre o tema, observamos que os estudantes apresentaram e/ou desconheciam informações importantes para o conhecimento do assunto, o que apontou a necessidade de pensarmos e problematizarmos os acontecimentos do regime militar nas aulas de História.

Nessas circunstâncias, entendemos que o uso da mídia impressa como fonte para o ensino de História abre um leque de possibilidades para despertar o pensamento crítico, o gosto pela prática da leitura e a construção dos argumentos históricos na aprendizagem dos estudantes. As leituras e os debates acerca das notícias dos jornais ajudam e favorecem a proximidade imediata dos alunos com a realidade local do bairro, da cidade, do Estado, do país e do mundo.

Com o intuito de enfatizar o interesse pelo objeto desta pesquisa, faz-se necessário contar um pouco do meu percurso acadêmico e da docência na Educação Básica da rede estadual de ensino.

Em julho de 2005, ingressei no curso de Licenciatura em História, na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Cáceres. O início das aulas foi um momento de grandes expectativas e curiosidades, principalmente para saber como eram as aulas no ensino superior, quem seriam os colegas e os professores.

Nos anos em que cursei a graduação, o estágio supervisionado foi o período que me marcou profundamente. O exercício da docência era incerto, talvez indesejado. Quando me perguntavam se pretendia seguir a carreira como professora, dizia que não sabia devido à insegurança e aos desafios enfrentados pelos professores no cotidiano escolar.

Quando iniciei o estágio de observação, pude perceber que ser professor é realmente desafiador, porém existem várias possibilidades para o trabalho docente que o torna prazeroso. No estágio da regência, as expectativas mudaram e comecei a acreditar em uma educação transformadora, cheia de desafios, mas com grandes possibilidades. Entretanto, apesar das mudanças em relação à compreensão do trabalho docente, ao término da

graduação, permaneci trabalhando em outra área, que não tinha nenhuma ligação com a formação acadêmica.

Em 2009, conclui a graduação no curso de História. No ano posterior, o governo do Estado de Mato Grosso lançou um edital de concurso público para provimento de vagas para professores da educação básica. Decidi me inscrever e tentar a carreira docente, ainda que não havia vagas destinadas para professores de História na cidade de Cáceres onde moro. O município mais próximo que constava disponibilidade de vagas era a cidade de Pontes e Lacerda, Mato Grosso, para qual me inscrevi e fui aprovada. Da data da realização da prova até ser convocada para assumir a vaga no concurso, foram quase dois anos.

No ano de 2010, enquanto aguardava ansiosamente a convocação do concurso público, comecei a cursar uma pós-graduação lato senso, na Faculdade do Pantanal (FAPAN), na área da Educação Especial e Libras. Interessei-me pelo curso, pois no período da graduação não havia disciplinas direcionadas para o trabalho com alunos especiais. Dessa forma, a formação agregou conhecimento, principalmente em relação aos métodos para incluir e trabalhar com alunos especiais em sala de aula. A didática desenvolvida foi de grande contribuição para auxiliar nos desafios encontrados no exercício da docência.

Dessa maneira, a minha trajetória docente teve início no ano de 2012, em uma escola pública de Ensino Fundamental do município de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, na qual permaneci até o ano de 2017. Na escola, a docência não foi fácil. A experiência que possuía eram as poucas horas do estágio supervisionado do curso de graduação. Entretanto, consegui desenvolver o meu trabalho e fui adquirindo experiências na medida em que superava os desafios do cotidiano escolar, das horas de estudos e também das trocas de experiências com os colegas de profissão. Em meados de 2017, solicitei e consegui remoção para a cidade de Cáceres onde permaneço no quadro de funcionários da Escola Estadual Desembargador Gabriel Pinto de Arruda, que além da docência também participo de um projeto interdisciplinar que abarca as disciplinas de História, Língua Portuguesa, Arte e Geografia, desenvolvido na mesma unidade escolar desde o ano de 2018.

O projeto denominado “Papo-Cabeça” é composto por estudantes dos 8º e 9º anos do Ensino Fundamental e tem como proposta estimular o debate sobre diversos temas, que geralmente são escolhidos pelos próprios participantes do grupo, possibilitando meios para que os discentes construam argumentos críticos sobre os acontecimentos da sociedade. A partir das discussões realizadas no projeto, especialmente as abordagens sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil, resultaram na visita ao Arquivo Público Municipal da cidade quando os estudantes tiveram a possibilidade de pensar o local que até então muitos não conheciam,

como um lugar de memória, onde os documentos que ali se encontram são carregados de informações sobre a sociedade em diferentes épocas. Sendo assim, senti a necessidade de buscar novos conhecimentos que possibilitassem novas metodologias para o meu trabalho enquanto docente.

Para atender aos anseios enquanto professora, me inscrevi no processo seletivo para concorrer a uma vaga no Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória – da Universidade do Estado de Mato Grosso. O ingresso no mestrado possibilitou novas perspectivas enquanto docência e o contato com novas possibilidades metodológicas para as aulas de História.

Dessa forma, a partir do contato com novas possibilidades metodológicas para as aulas de História, sobretudo a utilização de fontes documentais, buscamos analisar como o ensino de História se torna possível tomando os jornais como fonte de investigação histórica e aprendizagem escolar. Entendemos que o uso de documentos escritos como fonte para o ensino de História facilita a compreensão do processo de produção do conhecimento histórico na formação escolar, como ressalta a historiadora Circe Maria Fernandes Bittencourt (2011). A autora argumenta que a utilização de jornais como fonte documental em sala de aula contribui para o desenvolvimento do pensamento histórico dos estudantes. Assim, pensamos as várias possibilidades de trabalho com os jornais como fonte para o ensino de história, na perspectiva da prática pedagógica se tornar mais atrativa, crítica e mais produtiva para os alunos e professor.

Assim pensando, esta pesquisa está organizada em três capítulos, que estão de acordo com os objetivos propostos para a realização deste trabalho. No primeiro capítulo tratamos sobre o ensino de História e fontes documentais. Inicialmente pensamos a importância da História como disciplina e suas mudanças curriculares. Em seguida, exploramos o uso das fontes documentais para o ensino de História, que também possibilitaram analisar o ensino de História a partir das notícias jornalísticas como fonte, o que tornou essencial pensarmos os Arquivos como lugar de memória que abarca tais documentos. As abordagens foram alicerçadas nas obras dos autores Bittencourt (2011; 2017), Fonseca (2011), Schmidt e Cainelli (2004), Cerri (2011) e Fonseca (1993) e sobre as fontes impressas pensamos a pesquisa com Capelato (1988), Luca (2008), Oliveira (2011), dentre outras. Neste capítulo, relatamos a experiência didático-pedagógica realizada com os alunos da Escola Estadual Desembargador Gabriel Pinto de Arruda, na cidade de Cáceres, Mato Grosso – na qual atuo como docente – que nos impulsionaram a pensar os objetivos deste trabalho. A narrativa também é composta pela fala dos estudantes em relação à experiência vivenciada, a partir de

uma aula de campo no Arquivo Público Municipal de Cáceres, quando os estudantes entraram em contato com diversos documentos, sobretudo, os periódicos da década de 1970. Em função de os alunos desta experiência serem menores de idade, optamos pela não identificação nominal dos mesmos, portanto, eles constam apenas pelas iniciais dos respectivos nomes.

No segundo capítulo tratamos sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil, explorando o golpe de 31 de março de 1964, que destituiu João Belchior Marques Goulart da presidência do Brasil e também abordamos sobre os anos de intenso autoritarismo exercido pelos governos de exceção, especificamente o período correspondente à vigência do Ato Institucional nº 5. Para esta abordagem, nos remetemos aos autores Napolitano (2014), Fico (2008; 2014), Delgado (2012), Ferreira e Gomes (2014). A pesquisa também analisa o alcance das notícias sobre o Regime Militar veiculadas pelo Jornal *Correio Cacerense* durante os efeitos dos “Anos de Chumbo” e as prováveis intervenções sociais e políticas realizadas durante este período da Ditadura Civil-Militar brasileira no cotidiano da cidade de Cáceres.

O terceiro capítulo é composto por uma abordagem pedagógica para ser trabalhada nas práticas de ensino de História nas escolas do município de Cáceres e região. O “produto pedagógico” constitui uma proposta de aula alicerçada na metodologia da Unidade Temática Investigativa que consiste na elaboração de um plano didático-pedagógico referente a Ditadura Civil-Militar no Brasil pelas páginas do jornal *Correio Cacerense*. Para tanto, utilizamos nessa proposta de aula, as notícias jornalísticas que foram analisadas nessa dissertação e que possam ajudar na verificação dos conhecimentos prévios dos discentes e contribuir na construção da aprendizagem histórica.

Ensino de História e Fontes Documentais

Neste capítulo, o foco da pesquisa aborda o ensino de História a partir do uso didático das fontes documentais, em especial, a utilização de notícias jornalísticas como material pedagógico para o ensino da disciplina. Nessa ótica, também destacamos a importância da valorização do Arquivo e seu acervo como metodologia para a aprendizagem histórica.

Iniciamos o capítulo com uma breve introdução da História como disciplina, no intuito de compreender a sua trajetória nas propostas curriculares do Brasil e então pensar as múltiplas possibilidades para a aprendizagem em História.

1.1 A História como disciplina e suas mudanças curriculares

A trajetória do ensino de História no Brasil passou por diversos caminhos e em cada um deles foram atribuídos diferentes olhares e interesses, principalmente no que se refere à organização e à inserção desta nos currículos escolares. A História como disciplina, surgiu em meio a um caloroso debate referente à história universal, “[...] discurso no qual a organização escolar foi espaço importante nas disputas então travadas entre poder religioso e o avanço do poder laico, civil” (NADAI, 1993, p. 145). A História, neste contexto, se transformou em palco de disputas e ao mesmo tempo, instrumento para pensar e produzir uma identidade nacional e dar um formato histórico à nação brasileira.

Segundo Elza Nadai (1993), como disciplina escolar independente, a História surgiu na França, no século XIX, onde influenciou diretamente nas mudanças políticas e sociais da época, sobretudo como suporte de conhecimento na formação do Estado Nacional francês. Essas transformações foram interligadas ao movimento de laicização do Estado e da constituição das nações modernas. Nesse sentido, novas metodologias foram pensadas e incorporadas ao ensino de História, sendo necessário aperfeiçoar o objeto histórico, unificar o ensino enciclopédico e elaborar métodos científicos que proporcionaram um novo significado para a história.

Estruturada no modelo francês, a História foi inserida no currículo oficial do Brasil com a criação do Colégio Pedro II, em 1837, se tornando referência no ensino secundário do país. Para a historiadora Elza Nadai, as bases curriculares do Colégio Pedro II com as

referências nas tradições francesas privilegiavam uma matriz civilizatória europeia, enquanto o ensino de História do Brasil se restringia às biografias dos “grandes vultos” e aos “grandes feitos históricos”, o que perdurou até meados do século XX:

Assim, a história inicialmente estudada no país foi a História da Europa Ocidental, apresentada como a verdadeira História da Civilização. A História pátria surgia como seu apêndice, sem um corpo autônomo e ocupando papel extremamente secundário. Relegada aos anos finais dos ginásios, com número ínfimo de aulas, sem uma estrutura própria, consistia em um repositório de biografias de homens ilustres, de datas e de batalhas. (NADAI, 1993, p. 146).

Com o modelo de educação baseado na cultura e matriz europeias, a elite política e intelectual do Brasil preocupou-se com a necessidade de uma identidade para a nação e viu na educação o caminho para tal feito. Assim, para tratar da elaboração de uma história nacional e difundi-la por meio da educação, mais precisamente se utilizando do ensino de História foi criado, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que promoveu concursos de monografias para eleger o melhor plano para se escrever a história do Brasil. Thais Nívia de Lima e Fonseca fala sobre o assunto:

Uma vez produzida, essa história deveria ser conhecida por todos e a melhor maneira de fazê-lo seria pela escola. Do IHGB ela passaria diretamente às salas de aula por meio dos programas curriculares e dos manuais didáticos, em geral escritos pelos próprios sócios do instituto. (FONSECA, 2011, p. 46).

Para sustentar a ideia e o formato de nação, procuraram negar o processo de colonização, argumento necessário para criar um imaginário de colaboração ou convivência harmoniosa entre europeus, africanos e indígenas. Assim buscaram produzir uma História harmoniosa, homogênea e livre de preconceitos. Criaram uma galeria de heróis nacionais fortalecida com instituições comemorativas dos feriados e festas cívicas, além da seleção dos personagens para serem reverenciados. O conceito de História empregado nos programas de ensino basicamente se destinou a identificar o passado e a realidade vivenciada, abdicando de uma problematização e reinterpretação dos acontecimentos.

No decorrer da segunda metade do século XIX, várias reformulações curriculares foram realizadas para atender parâmetros formais e métodos de ensino. Assim foi desenvolvido o modelo quadripartite que correspondia ao ensino de História Antiga, História da Idade Média, História Moderna e História Contemporânea. O estudo da História do Brasil foi alocado no conjunto da História Universal, permanecendo em segundo plano, porém continuando edificado nos padrões da história europeia. Selva Guimarães Fonseca (1993) argumenta que “[...] à medida que o país se europeíza, deixa de ser ‘bárbaro’, ‘atrasado’ e

começa a se organizar ‘à imagem da Europa’, ele começa a ‘entrar na História’ e consequentemente passa a ser parte mais significativa dos programas de ensino”. (FONSECA, 1993, p. 51).

As mudanças nos métodos de ensino repercutiram profundamente nas práticas docentes, uma vez que a criação de uma história da nação produziu novas abordagens teóricas que se propuseram a pensar um cidadão adaptado à ordem social e política vigente. Segundo Fonseca (2011, p.51), dentre os defensores desse pensamento, estava José Francisco da Rocha Pombo¹⁰ que em seus escritos enfatizava “[...] ser necessário desenvolver nos jovens o “gosto pela história” como condição para a criação de um ‘espírito do povo’”.

Segundo Nadai (1993), no início do século XX, a discussão sobre a valorização e honra da pátria ganharam forças. Com o objetivo de romper com a sobreposição da história sagrada sob a história profana, foi introduzida a disciplina escolar Instrução Moral e Cívica, que juntamente com a disciplina de História, visava promover sentimentos patrióticos na população, como também, modelar uma moral pública nacional.

Entretanto, as reformas no ensino que ocorreram entre as décadas de 1930 e 1940, resultantes dos debates ocorridos ao longo do século XIX, possibilitaram a centralização das políticas educacionais e colocaram o ensino de História no centro das propostas de formação da unidade nacional confirmando-a definitivamente como disciplina escolar. Para Fonseca (2011), tal concepção para o ensino da disciplina pretendia que as escolas primárias e secundárias seguissem um padrão específico, destinado à adequação da linguagem e à seleção de conteúdos considerados prioritários, ambos para a compreensão da história da Nação. Segundo a autora, é nesse contexto que a História como disciplina escolar se constituiu, “[...] marcada por uma perspectiva nacionalista, servindo aos interesses políticos do Estado”. (FONSECA, 2011, p. 25).

Nessa esteira, Fonseca (2011), destaca que em 1931, através da reforma realizada por Francisco Campos,¹¹ o recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública passou a ser a instância de centralização e definição de instruções sobre os métodos de ensino e a formação escolar. Essas ações e decisões retiravam das escolas a autonomia para elaboração dos programas de educação. Na prática, essa medida representava a centralização e unificação dos conteúdos e metodologias em detrimento de interesses regionais. Para Fonseca (1993, p. 53):

¹⁰ José Francisco da Rocha Pombo foi jornalista, professor, poeta e historiador. Dentre as suas principais obras, além de vários livros didáticos de matriz francesa, está o livro intitulado História do Brasil (1942), que também foi utilizado como manual para o ensino da história do país.

¹¹ Foi ministro da Educação e Saúde Pública, entre os anos de 1930 e 1934, durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas instaurado com a chamada Revolução de 1930.

A Reforma Francisco Campos colocava o estudo da História como instrumento central da educação política. Recomendava-se que fosse reduzido ao mínimo necessário o estudo da sucessão de governos, das questões diplomáticas e da história militar, mas admitia-se a orientação dos estudos para a história biográfica e episódica, sobretudo nas primeiras séries.

Essa reformulação do ensino de História provocou vários embates entre os professores, uma vez que a História do Brasil foi reduzida à História da Civilização e com carga horária mínima. Esses enfrentamentos ambicionavam o ensino autônomo da disciplina “História Pátria”.

A Reforma do então ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema da Era Vargas (1930 - 1945), promoveu o restabelecimento da História do Brasil como disciplina autônoma, mas mantendo como objetivo principal a formação moral e patriótica da população escolar. Como esclarece Fonseca:

Programas curriculares e orientações metodológicas pautavam-se, assim, pela ideia de construção nacional que, a partir das noções de pátria, tradição, família e nação, formaria na população o espírito do patriotismo e da participação consciente (FONSECA, 2011, p. 54).

As mudanças na educação escolar realizadas pelo ministério de Gustavo Capanema possibilitaram a elevação da História do Brasil como disciplina autônoma, o que permitiu o fortalecimento do ensino pautado nos “grandes acontecimentos”, além de promover o sentimento de civismo nos estudantes. Nesse sentido, os programas curriculares e as orientações metodológicas, fundamentavam-se “[...] pela ideia da construção nacional que, a partir das noções de pátria, tradição, família e nação, formaria na população o espírito do patriotismo e da participação consciente” (FONSECA, 2011, p. 54).

As Reformas prosseguiram. Em 1951, o Ministério da Educação realizou algumas alterações nos programas curriculares para o ensino de História, e com isso, promoveu uma redistribuição da seriação dos conteúdos para os cursos ginasial e colegial. As modificações, segundo Fonseca (2011), possibilitaram ao Colégio Pedro II, recuperar seus privilégios na elaboração das propostas curriculares próprias, uma vez que, perdera suas prerrogativas para tais produções com a Reforma Francisco Campos em 1931, que destinava ao Ministério da Educação e Saúde Pública a competência para a instrução dos métodos de ensino. Mesmo perdendo sua autonomia no que tange à produção das propostas curriculares, o Colégio era considerado referência no método educacional do país. A historiadora ainda destaca que os programas elaborados a partir de 1951, apresentavam orientações para o ensino de História e o destinavam “[...] para as ações mais importantes e suas repercussões, para a focalização de

indivíduos como expressões do meio social e para o registro das manifestações da vida material e espiritual, individuais e coletivas” (FONSECA, 2011, p. 55).

As reformulações nas práticas de ensino possibilitaram um aprofundamento dos fundamentos científicos e do papel formador/crítico da disciplina. Embora as reformas tenham provocado modificação no método de ensino, o “[...] conteúdo ainda era direcionado para um discurso explicador, unívoco, generalista, totalizador e europocentrista. Explicava-se o método, mas o objeto da ciência ainda era distinto do sujeito que a produzia” (NADAI, 1993, p.155).

Nos anos sessenta, do século XX, as chamadas escolas secundárias se expandiram para outros setores sociais, embasadas em um ensino elitista e propedêutico, que cumpria o objetivo de legitimar a ascensão social de uma minoria. À História, segundo Elza Nadai, coube à busca de uma interdisciplinaridade, “[...] houve uma abertura para outras Ciências Humanas, com o entendimento de que era necessário superar o seu isolamento, enfatizando o seu caráter problematizador e interpretativo” (NADAI, 1993, p. 156).

No contexto das reformas curriculares no Brasil, no ano de 1961 foi realizada outra reformulação na educação do país. O então presidente João Goulart (1961-1964), sancionou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, de nº 4.024¹² de 20 de dezembro do mesmo ano. Com a nova Lei, a estrutura tradicional de ensino foi mantida, porém não estabelecia um currículo fixo e rígido de ensino para todo o território nacional. Segundo Fonseca (1993), a partir de 1961, o Conselho Federal de Educação, passou a estabelecer as disciplinas obrigatórias, porém, ficou a cargo dos Conselhos Estaduais e aos grupos de professores a definição dos programas curriculares.

As orientações do Conselho Federal de Educação para o Ensino de História recaíam sobre a História Geral e História do Brasil e ainda História da América, quando possível. Percebemos que a institucionalização, ou seja, a difusão da imagem da História no Brasil é marcada pelo eurocentrismo. Em História Geral, os grandes fatos da História europeia, como a Revolução Francesa, a Revolução Industrial, continuam sendo destacados dentro da sequência cronológica. Em História do Brasil, os fatos políticos institucionais periodizadores, como a Independência do Brasil e a Proclamação da República, sustentem o arcabouço histórico difundido pelos programas (FONSECA, 1993, p. 50).

Nesse sentido, a Lei nº 4.024/61 não apresentou mudanças significativas no que se refere à estrutura tradicional de ensino, pois manteve as disciplinas obrigatórias que continuaram pautadas nas tradições europeias, destinadas à memorização dos conteúdos e à formação

¹² Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em janeiro de 2021.

cívica dos estudantes. As mudanças apresentadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estavam evidenciadas na descentralização da administração do ensino, realizada com a criação do Conselho Federal de Educação, o qual assumiu funções normativas que abrangiam o quadro da educação nacional. Tais funções foram gradativamente modificadas por diferentes leis, principalmente com o advento da Ditadura Civil-Militar brasileira em março de 1964.

Durante a vigência da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985), o Estado apresentou uma política desenvolvimentista que impôs e valorizou um modelo de educação tecnicista, direcionada para preparar mão de obra qualificada para atender uma demanda específica do mercado de trabalho, pois a economia brasileira se alinhou com o capitalismo internacional e este necessitava de indivíduos com eficiência técnica e altamente produtivos.

Sob a ótica da Segurança Nacional e Desenvolvimento Econômico, o ensino foi adequado para atender ao programa desenvolvimentista do país. Neste sentido, para o Estado, era essencial que a formação escolar e acadêmica fosse de curta duração e voltada para o conhecimento básico. Nessa perspectiva, o Estado atendia a necessidade econômica, exercia o controle ideológico e eliminava qualquer possibilidade de resistência ao Regime.

Nesse contexto, Dermeval Saviani (2013) destaca que o interesse do setor empresarial com as políticas educacionais foram evidenciados com a criação do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES¹³, o qual foi responsável por amplas reformulações no âmbito da educação. Segundo o autor, o IPES contava com o financiamento de grandes empresas nacionais e internacionais e tinha como prerrogativa coordenar a oposição política ao governo do presidente João Goulart (1961-1964), e para isso realizava articulações políticas e ideológicas, com vários setores da sociedade.

O IPES foi um dos responsáveis por organizar diversas atividades ligadas às políticas educacionais, dentre as quais destacam: o Simpósio sobre a Reforma da Educação e o fórum A educação que nos convém. Nesses eventos, Andréa Villela Mafra da Silva (2016, p. 204) ressalta a ampla repercussão projetada no fórum “A educação que nos convém” e em seus fundamentos que “[...] passaram a constituir a orientação pedagógica assumida no contexto da

¹³ Criado em 29 de novembro de 1961, para atender aos interesses de um grupo de empresários dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, articulados com empresários de multinacionais e da Escola Superior de Guerra (ESG), o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais - IPES, nasceu no processo de acirramento da luta política e da desestabilização do governo João Goulart (1961 a 1964). Teve como base em suas ações ideológica, social e político-militar, a doutrinação psicológica utilizando os meios de comunicações de massa, entidades sindicais, o meio estudantil, nos partidos políticos e no Congresso, dentre outros setores, a desarticulação, em todos os domínios, das organizações que se colocassem em defesa dos interesses populares. Na Educação, o IPES influenciou na definição das políticas com o objetivo de transformar a universidade em um espaço alinhado aos interesses da indústria.

ditadura militar no Brasil”. Para Saviani (2013, p. 344), o sentido amplo do fórum pode ser traduzido pela “[...] ênfase nos elementos dispostos pela teoria do capital humano; na educação como formação de recursos humanos para o desenvolvimento econômico dentro dos parâmetros da ordem capitalista”. Essas prerrogativas para a educação foram evidenciadas com maior amplitude a partir da reformulação da LDB em 1971, que tinha como pano de fundo a Ditadura Civil-Militar.

Para atender aos programas e metas do governo, no ano de 1971, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024/61 foi reformulada pela Lei 5.692/71¹⁴ sancionada pelo então presidente militar, general Emílio Garrastazu Médici. Com a nova Lei, o governo militar editou uma série de pareceres e resoluções que normatizavam e definiam os princípios e doutrinas para o sistema educacional do Brasil, além de estabelecer e promover a formação técnica, voltada para atender o mercado de trabalho. Para Fonseca (1993), outro ponto apresentado pela Lei que contribuiu diretamente para o controle da educação no Brasil, foi a centralização do processo de ensino nas esferas governamentais, que detinham o controle técnico-burocrático sobre unidades escolares.

Um exemplo deste controle técnico-burocrático está na definição de competência para planejar, selecionar e definir os conteúdos a serem trabalhados nas escolas. A reforma de 1971 estabeleceu uma nova organização curricular, definiu uma concepção de matéria, área de estudo, disciplina e atividade e traçou uma doutrina norteadora dos programas de ensino, os objetivos e os mínimos de conteúdos desejáveis em cada disciplina, área e atividade de estudo (FONSECA, 1993, p. 53)

Silva (2016) argumenta que a Lei nº 5.692/71 possibilitou ao Estado o controle técnico-burocrático das unidades escolares do Brasil, que o possibilitou introduzir nas escolas um currículo centralizado por área de estudo, direcionado para desenvolver nos estudantes habilidades e conhecimentos necessários para a realização do processo de produção. Com isso, a reforma educacional, estabeleceu mudanças no nível secundário, no qual determinou que o ensino profissional fosse obrigatório para todos os jovens do país. Nesse sentido, a autora, enfatiza que o Estado utilizou a pedagogia tecnicista para atender ao mercado de trabalho oferecendo uma educação voltada para a formação técnica e de curta duração.

Nessa esteira, Saviani (2013) ressalta os métodos da pedagogia tecnicista da seguinte forma:

[...] a pedagogia tecnicista buscou planejar a educação de modo que a dotasse de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas

¹⁴Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-norma-pl.html>. Acesso em janeiro de 2021.

que pudessem pôr em risco sua eficiência. Para tanto, era mister operacionalizar os objetivos e, pelo menos em certos aspectos, mecanizar o processo. Daí a proliferação de propostas pedagógicas tais como o enfoque sistêmico, o microensino, o telensino, a instrução programada, as máquinas de ensinar etc. Daí também o parcelamento do trabalho pedagógico com a especialização de funções, postulando-se a introdução no sistema de ensino de técnicos dos mais diferentes matizes. Daí, enfim, a padronização do sistema de ensino a partir de esquemas de planejamento previamente formulados aos quais se devem ajustar as diferentes modalidades de disciplinas e práticas pedagógicas (SAVIANI, 2013, p. 382).

Dessa forma, na pedagogia tecnicista o elemento principal da educação está direcionado para “produzir” indivíduos competentes para o mercado de trabalho, o qual se distancia das relações subjetivas entre professor-aluno. Estes são relegados para uma posição secundária, ou seja, na relação de aprendizagem, ambos estão na condição de “[...] executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais (SAVIANI, 2013, p. 382).

Nesse sentido, a reformulação da Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692/71, possibilitou um aprofundamento dos modelos tradicionais de educação, o qual estabelecia uma formação direcionada para garantir as necessidades do Estado autoritário. Neste cenário, o ensino de História, enfatizou o estudo dos fatos políticos e das biografias das personalidades brasileiras. Dessa forma, a História tradicional foi sendo adequada aos interesses da política educacional do governo, cuja sociedade era estabelecida de forma hierarquizada. Sobre esse tempo, Fonseca afirma que:

A partir dos anos 60 e 70, desenvolveu-se no Brasil o pensamento crítico, radical, de oposição e deslegitimação dos saberes históricos transmitidos na escola. Influenciado pelos teóricos da “reprodução”, o pensamento educacional crítico passa a deslegitimar os currículos oficiais de história. A escola passa a ser encarada como “aparelho” de reprodução dos valores e ideias da classe dominante, e o ensino de história, como mero veículo de reprodução de memória do vencedor (FONSECA, 2003, p. 33).

Além da História, o Estado utilizou-se de outras disciplinas para garantir o controle ideológico no país e imprimir uma cultura escolar voltada para a obediência cívica, o que implicava também na formação de uma geração que reconhecesse uma legitimidade do modelo cívico-militarista. Nessa perspectiva, o regime preocupou-se com as disciplinas Educação Moral e Cívica (EMC) e também Organização Social e Política Brasileira (OSPB), que se tornaram obrigatórias em todos os níveis de ensino.

Em se tratando da obrigatoriedade imposta pela LDB nº 5.692/71, de incluir no currículo escolar da educação brasileira, as disciplinas acima citadas, Beatriz Boclin Marques dos Santos (2009), argumenta que nem todas as instituições de ensino seguiram a

determinação da Lei, a exemplo, está o Colégio Pedro II, que não adotou o Estudos Sociais¹⁵ em seu programa curricular. Segundo a autora, o Colégio manteve a cadeira de História e Geografia separadas, porém, adotou as disciplinas de OSPB e EMC que foram atribuídas para professores “inexperientes”. A historiadora, ainda ressalta que o Colégio não recebeu interferências externas, apesar do período de autoritarismo vivenciado pelo país naquele período, para isso, aponta os possíveis motivos:

A nosso ver, a estrutura organizacional era tão enraizada pela marca da tradição [...] era tão forte que as mudanças internas aconteciam de forma muito lenta, especialmente no que diz respeito aos conteúdos que compunham os programas de ensino. A tradição de autonomia na elaboração de programas e metodologias, responsáveis pela construção de um ensino reconhecido pelo seu padrão de qualidade gerava uma barreira a propostas que não fossem originárias dos próprios professores do Colégio, considerados profissionais gabaritados e respeitados pela sua formação acadêmica “de ponta”. Constatamos ainda, que os Estudos Sociais não só não entraram no currículo do Colégio Pedro II, como, também, não houve interferência do governo militar nas questões pedagógicas do Colégio. Esse fato, a nosso ver, pode ser explicado primeiramente pelo peso da tradição da disciplina História (BOCLIN, 2009, p. 271-272).

Entretanto, apesar da não adoção do Estudos Sociais no Currículo e relegar para segundo plano as disciplinas de EMC e OSPB, os conceitos centrais de tais disciplinas, estavam presentes no ensino escolar desde o século XIX, em especial no ensino de História, no qual era direcionado para promover a ordem social e política, além de projetar na sociedade o sentimento de patriotismo. Segundo Carlos Leonardo Kelmer Mathias (2011, p. 42), as bases para esse ensino eram pautadas “[...] no emprego de uma narração factual seleta, elegendo grandes personagens, acontecimentos simbólicos e, eventualmente, mitos fundadores”. Esse método de ensino foi aprofundado durante a Ditadura Civil Militar no Brasil, sendo componente obrigatório em todas as áreas do conhecimento, no interior das salas de aula e extraclasse. Dessa forma, As concepções de nação, pátria, desenvolvimentismo, integração nacional, tradição, a lei, o trabalho e os heróis, eram temas obrigatórios em todas as disciplinas e atividades realizadas nas escolas.

Nesse cenário de pretensa hegemonia, as disciplinas de História e Geografia foram desqualificadas pela política vigente e seus respectivos professores tiveram suas identidades profissionais fragilizadas. As mudanças curriculares no então ensino de primeiro e segundo

¹⁵Para análise sobre a criação da disciplina de Estudos Sociais e sua implantação no currículo escolar do Brasil, verificar: SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. O currículo da disciplina escolar história no colégio Pedro II – a década de 1970 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a História e os Estudos Sociais. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: https://ppge.educacao.ufrj.br/teses/Tese_Beatriz_Boclin.pdf

graus, ocorridas em 1971, previam a adesão de Estudos Sociais englobando as disciplinas de História e Geografia, nos cursos de primeiro grau. Neste contexto, houve a valorização dos cursos de licenciatura curta em Estudos Sociais que já estavam sendo implantados no país.

Essa nova formação – Estudos Sociais – mantinha a base do ensino alicerçado na tradição e valores morais, no civismo e no espírito patriótico. Dessa forma, os atributos da disciplina, “[...] seria ajustar o aluno ao seu meio, preparando-o para a ‘convivência cooperativa’ e para as suas futuras responsabilidades como cidadão no sentido do ‘cumprimento dos deveres básicos para com a comunidade, Estado e a Nação’” (FONSECA, 2011, p.57-58).

Fonseca (2011), afirma ainda que as metodologias aplicadas nas aulas e a relação professor/aluno eram pautadas pelo tradicionalismo e autoritarismo. Nessa prática, o docente era caracterizado como o detentor do poder e do saber, sua função era a de transmitir o conhecimento e determinar as tarefas; já os discentes recebiam o conhecimento e cumpriam as tarefas.

No final dos anos 70 do século XX, diante da crise econômica e das mobilizações sociais, o regime militar entrou em crise e mudanças significativas ocorreram no campo da educação, principalmente no ensino de História, fazendo com que a atribuição por ela assumida nos anos de autoritarismos, no caso dos Estudos Sociais, fosse gradativamente sendo transformada. Conforme Fonseca (2011, p. 59):

[...] com a crise do regime militar o processo de redemocratização e o advento de novas possibilidades de se pensar a realidade brasileira, ficou mais clara a necessidade de se promoverem mudanças no ensino de História. Esse processo foi iniciado no princípio dos anos 80 em alguns estados brasileiros, resultando na elaboração de novos programas e novas propostas metodológicas para o ensino dessa disciplina nas escolas fundamental e médio.

Foi a partir da década de 1980, no decorrer do processo de redemocratização, que os conhecimentos escolares passaram a ser questionados e redefinidos pelas reformas curriculares. Em vários Estados, foram apresentadas diversas propostas que objetivavam pensar um currículo que contemplasse as diferentes camadas sociais, especificamente as mais baixas, “[...] com enfoques voltados para uma formação política que propunha o fortalecimento da participação de todos os setores sociais no processo democrático” (BITTENCOURT, 2011, p. 102).

Nessa esteira de redemocratização do país, os embates envolvendo o ensino de modo geral, especificamente o de História, se tornaram motivos para calorosos debates, cujo tema se voltava para a formação docente, uma vez que o papel desempenhado pelas licenciaturas curtas, não correspondiam com as propostas curriculares que estavam emergindo no período.

Portanto, a formação em Estudos Sociais, que até então havia englobado o ensino de História e Geografia, foi progressivamente debatida e contestada, permanecendo com maior expressão nas instituições privadas de ensino superior, que correspondia à predominância na formação de professores para esta disciplina. Dessa forma, “[...] isto acentua a necessidade de um programa de formação permanente dos professores, uma vez que a atualização ou reciclagem tão debatida nos anos 80 não tem conseguido resultados satisfatórios” (FONSECA, 1993, p. 48). Consequentemente, os cursos de licenciaturas curtas foram paulatinamente sendo extintos em meio a “[...] novos dilemas sobre os modelos de formação e a profissionalização do historiador e do professor de história” (FONSECA, 2003, p. 61).

Nesse ambiente de reformulações, a elaboração de uma proposta curricular, como parâmetro para o ensino escolar, que contemplasse os anseios de todo o país, não ocorreu de imediato. Por este motivo, os modelos de propostas curriculares dos Estados, que mais se destacaram e foram tomados como parâmetro para a elaboração de novos métodos de ensino, foram as de Minas Gerais e São Paulo.¹⁶ Os dois Estados elaboraram propostas que pretendiam a “[...] universalização do saber, difundindo conhecimentos até certo ponto padronizados, definidos e selecionados na esfera competente” (FONSECA, 1993, p. 65).

Ao analisar as propostas curriculares para o ensino de História, que foram produzidas durante o processo de redemocratização, a historiadora Circe Bittencourt (2017, p. 11) ressalta que a “[...] permanência da História parece assegurada por inúmeras propostas curriculares que têm sido produzidas por Secretarias de Educação de estados e municípios brasileiros a partir de 1985”. Segundo a autora, essa miríade de propostas buscava romper com os métodos tradicionais de ensino, além de repensar as condições de trabalho e a participação dos docentes na elaboração dos currículos escolares.

Bittencourt (2017), ainda, ressalta que para atender aos pressupostos educacionais, e formar um currículo que contemplasse o ensino fundamental e médio, foi criado pelo Ministério da Educação, nos anos de 1997 e 1998,¹⁷ os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs. Sem o caráter obrigatório, essas diretrizes se caracterizam como um “programa curricular” e tem a finalidade de nortear as ações para o ensino e a prática docente, porém, cabe ao professor a decisão de utilizá-los ou não em suas ações pedagógicas.

¹⁶ Para análise das propostas curriculares, no período de redemocratização do Brasil, dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, ver: FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada** (1993); FONSECA, Thais Nívea de Lima e. **História & ensino de História** (2011).

¹⁷No ano de 1997 foi elaborado os Parâmetros Curriculares Nacionais para o primeiro e segundo ciclo do Ensino Fundamental. Em 1998, foram finalizadas as diretrizes curriculares para o terceiro ciclo do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Dando prosseguimento à discussão sobre as reformulações curriculares da educação brasileira, o Ministério da Educação – MEC, homologou através da Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC¹⁸, destinada para conduzir o ensino da educação básica nas escolas brasileiras. O documento começou a ser elaborado no ano de 2015, e passou por algumas etapas de construção, nas quais foi aberto para consultas públicas e debates nas instituições de ensino.

A Base Nacional Comum Curricular foi elaborada para ser utilizada como referência para a formulação dos currículos das escolas de todo o país. Para isso, as unidades escolares devem construir suas propostas pedagógicas, de acordo com as competências e habilidades indicadas pelo documento. Por este motivo, as discussões e debates direcionados para a proposta curricular têm ganhado variados e expressivos espaços, a começar pelas escolas.

1.2 - O uso das fontes documentais para o Ensino de História

A partir dos anos de 1980, ocorreram mudanças significativas na forma de pensar o ensino de modo geral e, em particular, o que se refere às disciplinas da área de Ciências Humanas. Neste cenário, os conhecimentos escolares foram questionados e redefinidos, através das diferentes propostas curriculares que surgiram no período. Os debates acerca da atuação e participação dos professores na elaboração do currículo escolar ganharam força e voz que se intensificaram com os movimentos nas universidades, nas editoras de materiais didáticos, escolas de ensino fundamental e médio, dentre outras formas de participação para pensar um currículo que contemplasse as necessidades de mudanças no ensino escolar.

Neste cenário de modificações, o ensino de História passou por significativas transformações no que diz respeito à atuação dos professores em sala de aula, aos métodos de ensino e principalmente sobre os conteúdos a serem trabalhados. Muito se discutia e ainda continua em discussão as formas de aprendizagens dos alunos. Esses debates possibilitam indagações como: por que os alunos não aprendem? Por que não se interessam pelas aulas de História? Seria escassez de material didático? Falta de interesse? Enfim, essas questões nos levam a refletir sobre o cotidiano na sala de aula, as práticas e as experiências resultantes do processo de ensino-aprendizagem no espaço escolar e para além dos muros da escola.

Buscando respostas para essas demandas é preciso pensar sobre o saber histórico escolar e a relação entre os conhecimentos do professor, do aluno e o conjunto de saberes

¹⁸ A Base Nacional Comum Curricular consiste em um documento de caráter normativo, composto por um conjunto de conhecimentos, competências e habilidades que os estudantes devem desenvolver ao longo da Educação Básica.

adquiridos por ambos no processo de ensino-aprendizagem. Esse ensino objetiva a descaracterização do professor como o único detentor do conhecimento e constrói “[...] um “professor-consultor,” que contribui para a construção do conhecimento de seus alunos em sala de aula” (SCHIMIDT; CAINELLI, 2004, p. 30).

Maria Auxiliadora Schmidt, em seu estudo referente à formação do professor de história e o cotidiano na sala de aula, define o papel atribuído aos educadores no processo de aprendizagem dos estudantes dizendo que:

O professor de História pode ensinar o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias; o saber fazer, o saber fazer bem, lançar os germes do histórico. Ele é o responsável por ensinar o aluno a captar e a valorizar a diversidade dos pontos de vista. Ao professor cabe ensinar o aluno a levantar problemas e a reintegrá-los num conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula de História, temas em problemáticas (SCHIMIDT, 2017, p. 57).

No processo de ensino-aprendizagem, a atuação do professor de História, está direcionada em auxiliar os estudantes na aquisição de ferramentas para a construção do saber histórico. Nesse sentido, o ambiente da “[...] sala de aula não é apenas um espaço onde se transmite informações, mas onde uma relação de interlocutores constrói sentidos” (SCHIMIDT, 2017, p. 57). É nesse espaço de compartilhamentos e trocas de saberes que os discentes devem encontrar instrumentos que favoreçam e possibilitem a aprendizagem como sujeitos históricos.

Selva Guimarães Fonseca, na obra *Didática e prática de ensino de história*, (2003, p. 111) enfatiza que para ocorrer uma aprendizagem pautada nas trocas de saberes, o professor como facilitador e moderador desse processo deve valorizar o conhecimento prévio dos estudantes e considerá-lo o “início do caminho” para a elaboração de métodos e conteúdos para o ensino de História. Para a autora,

O aluno é um ser social completo, não é uma tábula rasa. Ele não apenas estuda e aprende, mas faz história, participa da história, tem concepções prévias dos fatos históricos. Tem vida própria fora da escola, participa de outras organizações além da escolar com as quais convive e aprende, ou seja, possui conhecimentos prévios, e esse saber já construído deve ser o início do caminho a percorrer (FONSECA, 2003, p. 111).

Fonseca (2003), ainda adverte que nem sempre os estudantes possuem tempo e espaço para manifestar o saber resultante de suas vivências na escola e fora dela. É necessário o professor criar possibilidades e estratégias para que os alunos manifestem esses conhecimentos e consigam relacioná-los com o que está sendo trabalhado em sala de aula.

Nessa mesma direção, Circe Maria Fernandes Bittencourt (2011), ao parafrasear o educador Paulo Freire, argumenta que na década de 1970, o autor já defendia a importância da “leitura de mundo”, que cada sujeito possui e a necessidade deste conhecimento no processo de aprendizagem escolar.

Cabe ao professor, na perspectiva freiriana, reconhecer e estabelecer um diálogo com esse conhecimento, porque os alunos estão sempre em um processo de aprender mais e não são absolutamente sujeitos acomodados; ademais, adverte-nos o grande educador, o conhecimento não é um dado imobilizado apenas transferido de um especialista para outra pessoa que ainda não o possui (BITTENCOURT, 2011, p. 190).

Sendo assim, os estudantes não iniciam a sua vida escolar desprovido de conhecimentos e saberes, eles possuem uma miríade de experiências que precisam ser incorporadas aos conhecimentos adquiridos no processo de aprendizagem e consideradas nas práticas pedagógicas docentes. Os alunos não são passivos e acomodados diante do que é trabalhado pelo professor. Eles apresentam opiniões, interpretações e questionamentos, que muitas vezes são embasados em suas vivências, já que o seu aprendizado iniciou bem antes das vivências escolares. E para além disso, a sala de aula não é o único lugar onde se dão as aprendizagens.

Nesse sentido, os estudantes precisam compreender que são, antes de tudo, sujeitos históricos, produtores de acontecimentos históricos. Esse entendimento decorre da reflexão do cotidiano e da compreensão da consciência histórica, definidas por Jörn Rüsen (2001):

[...] A consciência histórica será analisada como *fenômeno do mundo vital*, ou seja, como uma forma de consciência humana que está relacionada imediatamente com a vida humana na prática. É este o caso quando se entende por consciência histórica a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo (RÜSEN, 2001, p. 57)

A consciência histórica está intrinsecamente ligada ao cotidiano e na forma como o homem interpreta as suas experiências no tempo e dá sentido a elas. Assim, o professor de história pode auxiliar o estudante na interpretação e compreensão de suas vivências e associá-las ao que está sendo estudado nas aulas.

O ensino de História a partir das experiências de vida dos discentes exige do professor, metodologias para auxiliá-lo a compreender historicamente a sua realidade. Essa relação de ensino-aprendizagem propõe uma reconstrução e aproximação do conhecimento, ou seja, o professor pode usar uma situação do cotidiano do aluno e aproximar dos conteúdos da

disciplina estudados em sala de aula. Dessa forma, o estudante tem a possibilidade de se ver como sujeito da história.

Fazendo referência ao historiador inglês Thompson, Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli destacam que “[...] ensinar História pressupõe um trabalho constante e sistemático com as experiências do aluno no sentido de resgatá-las, tanto individual como coletivamente, articulando-as com o conteúdo trabalhado em sala de aula [...]” (SCHMIDT; CAINELLI, 2004 p. 50-51). Assim, o ensino de História não pretende sobrepor às vivências dos estudantes aos conhecimentos históricos ensinados nas aulas, o que se propõe é uma “[...] reconstrução do conhecimento e não a mera justaposição deles” (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p. 50).

As experiências de vida dos estudantes podem ser referência para a construção do saber histórico em sala de aula e a partir delas, o ensino de História pode ser mais dinâmico e reflexivo mediante os métodos que possibilitam problematizar tais conhecimentos. Para Schmidt e Cainelli, no ensino de história o ato de problematizar possibilita apontar questões oriundas dos conteúdos estudados nas aulas, usando como referência o cotidiano dos alunos e do professor. “Para a construção da problemática, é importante levar em consideração o saber histórico já produzido e, também, outras formas de saberes, como aquele difundido pelos meios de comunicação” (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p.52).

A aquisição do conhecimento histórico, também está relacionada aos métodos e recursos pedagógicos utilizados pelo professor no cotidiano da sala de aula. O docente tem a necessidade de elaborar estratégias para que o ensino de História se torne interessante, atraente e que desperte a curiosidade e interesses dos estudantes. Para isso, o professor pode utilizar diversos recursos didáticos para um ensino significativo e que proporcione uma aprendizagem prazerosa.

Por entender que o uso dos recursos didáticos, proporciona e auxilia o estudante a trilhar caminhos para o desenvolvimento do saber histórico, nos direcionamos ao uso dos documentos como material didático em sala de aula. Nesse sentido, Bittencourt, enfatiza que:

O uso de documentos nas aulas de História justifica-se pelas contribuições que podem oferecer para o desenvolvimento do pensamento histórico. Uma delas é facilitar a compreensão do processo de produção do conhecimento histórico pelo entendimento de que os vestígios do passado se encontram em diferentes lugares, fazem parte da memória social e precisam ser preservados como patrimônio da sociedade (BITTENCOURT, 2011, p. 333).

Neste sentido, o uso didático de documentos em sala de aula permite ao professor criar possibilidades para despertar o pensamento crítico, o gosto pela prática da leitura e a

construção dos argumentos históricos na aprendizagem dos estudantes, além de um ensino mais atrativo e estimulante. Essa metodologia é sugerida pelas propostas curriculares para o ensino de História.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC – especifica que o uso de fontes documentais nas aulas de História é recomendado para o ensino fundamental (anos finais) no qual, é possível envolver o estudante com trabalhos ligados à leitura de obras e textos históricos. Essa possibilidade para o ensino de História permite ao professor criar situações para instigar o interesse dos estudantes em relação a outras possibilidades de interpretar e explicar os acontecimentos estudados.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular:

O segundo procedimento diz respeito à escolha de fontes e documentos. O exercício de transformar um objeto em documento é prerrogativa do sujeito que o observa e o interroga para desvendar a sociedade que o produziu. O documento, para o historiador, é o campo da produção do conhecimento histórico; portanto, é esta a atividade mais importante a ser desenvolvida com os alunos. Os documentos são portadores de sentido, capazes de sugerir mediações entre o que é visível (pedra, por exemplo) e o que é invisível (amuleto, por exemplo), permitindo ao sujeito formular problemas e colocar em questão a sociedade que os produziu (BRASIL, 2016, p. 418).

O documento da BNCC apresenta orientações para o trato das fontes documentais no trabalho didático, direcionadas para a identificação e análise dos objetos, compreensão dos sentidos que a sociedade atribuiu a eles e a utilização e transformações que o objeto foi exposto ao longo do tempo. Segundo a Base Nacional, “[...] esse exercício permite que os estudantes desenvolvam a capacidade de identificar, interpretar, analisar, criticar e compreender as formas de registros” (BRASIL, 2016, p. 418)

Nessa perspectiva, nos referimos novamente às Schmidt e Cainelli (2004), que ao escreverem sobre as fontes históricas e o ensino de História, afirmam que o uso pedagógico dos documentos passou por reformulações, na medida em que o campo documental do historiador foi ampliado, a partir das renovações historiográficas ocorridas no século XX. Segundo as autoras, as ampliações metodológicas e documentais no campo da historiografia, possibilitaram mudanças significativas no uso dos documentos em sala de aula.

Uma nova concepção de documento histórico implica, necessariamente, repensar seu uso em sala de aula, já que sua utilização hoje é indispensável como fundamento do método de ensino, principalmente porque permite o diálogo do aluno com realidades passadas e desenvolve o sentido da análise histórica. O contato com as fontes históricas facilita a familiarização do aluno com formas de representação das realidades do passado e do presente, habituando-o a associar o conceito histórico à análise que o origina e fortalecendo sua capacidade de raciocinar baseado em uma situação dada (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p. 94).

As mudanças na concepção sobre documentos históricos possibilitaram ao professor novas metodologias para o ensino de História, pois houve a necessidade de se distanciar do uso meramente ilustrativo, no qual os documentos eram utilizados para comprovar a fala do docente ou o texto utilizado por ele. É importante conceber que as fontes documentais não implicam necessariamente na verdade histórica e, portanto, pressupõe questionamentos adequados quer no ensino, quer na pesquisa. A partir das reformulações metodológicas, a utilização das fontes documentais em sala de aula permite ao docente explorar os documentos com diversas possibilidades, principalmente para responder as “[...] indagações e as problematizações de alunos e professores, com o objetivo de estabelecer um diálogo com o passado e o presente, tendo como referência o conteúdo histórico a ser ensinado” (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p. 95).

Nessa perspectiva, o uso dos documentos em sala de aula, deve seguir alguns critérios que correspondam ao nível de aprendizagem e a escolarização dos estudantes. Dessa forma, ao utilizar os documentos para uso pedagógico, o professor deve promover estratégias metodológicas que os tornem atrativos e despertem o interesse e a curiosidade dos alunos. A seleção desses materiais para uso didático requer atenção dos professores, pois a complexidade na sua compreensão pode despertar a rejeição por parte dos discentes. Como afirma Bittencourt (2011, p. 330-331):

Na escolha é necessário lembrar que eles devem ser motivadores e não se podem constituir em textos de leitura que produza mais dificuldades do que interesse e curiosidade. O objetivo é favorecer sua exploração pelos alunos de maneira prazerosa e inteligível, sem causar muitos obstáculos iniciais. É preciso cuidado para que os documentos forneçam informações claras, de acordo com os conceitos explorados, e não tornem difícil a compreensão das informações. A má seleção deles compromete os objetivos iniciais propostos no plano de aula, ao passo que sua complexidade e extensão podem criar uma rejeição pelo tema ou pelo próprio tipo de material.

O historiador, no exercício do seu ofício, se debruça sobre as fontes documentais e utiliza conceitos e categorias que o possibilita explorá-los. Os estudantes não possuem o mesmo conhecimento teórico e metodológico para realizar tal exploração, por este motivo o professor deve se atentar em utilizar os documentos, possibilitando ao aluno acessá-los de forma prazerosa e sem complexidades. Como mediadores, os docentes precisam orientar seus discentes para que estes entendam a “operação historiográfica” a partir do trabalho com as fontes documentais.

Assim sendo, o docente tem possibilidades de utilizar diferentes tipos de documentos em sala de aula. As fontes documentais para uso didático, “[...] distinguem-se três tipos de

documentos: escritos, materiais (objetos de arte ou do cotidiano, construções...) e visuais ou audiovisuais (imagens fixas ou em movimento, gráficas, musicais)” (BITTENCOURT, 2011, p. 333). Dessa forma, nos remetemos ao uso didático dos documentos escritos, especificamente, as notícias jornalísticas nas aulas de História.

1.3 - Ensino de História a partir de notícias jornalísticas como fontes

Em seu estudo referente à Imprensa e História do Brasil, Maria Helena Rolim Capelato (1988, p. 13) afirmou ser fascinante ler a história do Brasil através dos jornais. Na visão da autora, a imprensa¹⁹ escrita é como um “[...] manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado, os periódicos possibilitam ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos” (CAPELATO, 1988, p. 13). Essa afirmação se enquadra num contexto de renovações historiográficas promovido, sobretudo, pelos métodos propostos pela *Escola dos Annales* a partir de 1929. Essas mudanças propunham novas interpretações do conhecimento histórico e novas fontes de pesquisa para o historiador, que passaram a ter outro olhar e outras compreensões em relação às fontes, “[...] que deixaram de ‘falar por si’ e se tornaram passíveis de interpretação” (OLIVEIRA, 2011, p. 126).

Embora essas reformulações no campo da historiografia tenham transformado e ampliado a compreensão do campo documental dos historiadores, nem todo documento foi reconhecido de imediato como tal. Pelos estudos sobre a imprensa periódica da historiadora Tania Regina de Luca (2008, p. 12), no ano de 1930, “[...] não implicou o reconhecimento imediato das potencialidades da imprensa, que continuou relegada a uma espécie de limbo”. Tal posicionamento em relação aos periódicos passou por gradativas modificações, principalmente, após o fortalecimento da História Cultural²⁰, que acolheu os jornais como documentos/fontes que pelas notícias veiculadas podem revelar dinâmicas sócio-culturais ricas para o ensino e a pesquisa histórica.

Nesse sentido, Jacques Le Goff considera que as mudanças no campo documental do historiador, mencionadas anteriormente, foram uma etapa para a ampliação em maiores

¹⁹ Neste trabalho, ao nos reportarmos à palavra imprensa, nos referimos aos jornais como documento/fonte para a pesquisa historiográfica e para o ensino de História.

²⁰No contexto da pesquisa abordamos a Nova História Cultural como suporte norteador para o uso de diversas fontes documentais na historiografia mais atual. Neste sentido, nos ancoramos na pluralidade da Nova História Cultural apresentadas por Vainfas (1997, p. 149), que destaca o interesse da mesma pelas “[...] expressões culturais das elites ou classes ‘letradas’, mas revela especial apreço, tal como a história das mentalidades, pelas manifestações das massas anônimas: as festas, as resistências, as crenças heterodoxas...”. O autor ainda destaca que a Nova História Cultural, demonstra apreço pelo informal, especialmente, pelo popular.

proporções dos documentos, que se produziram a partir dos anos de 1960, com a chamada “revolução documental”. Para Le Goff (1996, p. 541):

Esta revolução é, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa. O interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens, suscita uma nova hierarquia mais ou menos implícita dos documentos; por exemplo, coloca em primeiro plano, para a história moderna, o registro paroquial que conserva para a memória todos os homens (...). O registro paroquial, em que são assinalados, por paróquias, os nascimentos, os matrimônios e as mortes, marca a entrada na história das “massas dormentes” e inaugura a era da documentação de massa.

Assim, Le Goff destaca que a revolução documental possibilitou aos historiadores outro olhar em relação aos documentos, o qual evidencia as práticas culturais e o cotidiano de todos os homens. O autor ainda afirma que é preciso reconhecer que todo documento é um monumento e são carregados de intencionalidades, sejam elas conscientes ou inconscientes. Para o historiador, o que pode ser concebido como documento-monumento é um produto da sociedade que o fabricou, segundo as relações de forças que permeiam as teias de poderes então existentes.

A concepção do documento/monumento é, pois independente da revolução documental e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1996, p. 545).

Dessa forma, a revolução documental abordada pelo autor possibilitou o surgimento de uma miríade de documentos para o historiador, porém, apenas com a análise desses documentos enquanto monumentos é que o pesquisador pode realizar a crítica documental, aspecto primordial do seu trabalho. Entretanto, apesar dessas novas concepções de documentos, o uso dos jornais como fonte para a pesquisa historiográfica ainda era visto com certa desconfiança por parte de pesquisadores, pois, atribuía aos periódicos a falta de credibilidade às matérias veiculadas o que lhe imputava a condição de fonte suspeita. O receio pela utilização dos textos jornalísticos na pesquisa historiográfica, como argumenta Capelato, estava ligado ao apego dos historiadores ao ideal de busca da verdade dos fatos.

Até a primeira metade deste século, os historiadores brasileiros assumiam duas posturas distintas com relação ao documento-jornal: o desprezo por considerá-lo fonte suspeita, ou o enaltecimento por encará-lo como repositório da

verdade. Neste último caso a notícia era considerada como relato fidedigno do fato (CAPELATO, 1988, p. 21).

As duas posturas apresentadas pela autora, sobre o uso do jornal como documento histórico, negavam a pluralidade e a subjetividade presente nos periódicos, remetendo-o a um modelo de documento estagnado e livre de análises críticas. Entretanto, essa abordagem foi gradativamente sendo superada, “[...] reconhecia-se, portanto, a importância de tais impressos e não era nova a preocupação de se escrever a História da imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa” (LUCA, 2008, p.111).

No Brasil, o olhar mais destemido em relação ao uso do jornal como fonte documental, despertou, de forma expressiva, o interesse dos pesquisadores, a partir da década de 1970. Neste período, as indagações em relação ao uso do jornal como fonte, se distanciaram da falta de objetividade e se remeteram ao uso ingênuo do documento. Tânia Regina de Luca destaca alguns trabalhos que privilegiaram os jornais como objeto para o entendimento das dimensões sociopolíticas do país, ao mencionar a obra “O bravo matutino” (1980), de autoria de Maria Helena Rolin Capelato e Maria Ligia Prado, quando ambas evidenciaram a importância dos periódicos na pesquisa historiográfica. Como argumentam as autoras,

Os estudos históricos no Brasil têm dado pouca importância à imprensa como objeto de investigação, utilizando-se dela apenas como fonte confirmadora de análises apoiadas em outros tipos de documentação. A presente pesquisa ensaia uma nova direção ao instituir o jornal *O Estado de S. Paulo* como fonte única de investigação e análise crítica. A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19 *apud* LUCA, 2008, p. 118).

As autoras evidenciam que naquele período, apesar da pouca importância atribuída à imprensa periódica como objeto de investigação, os jornais constituem um importante campo de informações sobre as relações de poder e os aspectos socioculturais de determinadas sociedades. Sendo assim, é possível negar a categoria de neutralidade e imparcialidade atribuídas aos periódicos uma vez que a imprensa integra “[...] um instrumento de manipulação de interesses e intervenções na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura [...] captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais”, como assegura Capelato (1988, p.21).

Na década de 1980, o crescente número de trabalhos acadêmicos utilizando-se de jornais como fonte documental para a pesquisa historiográfica, despertou preocupação em

relação ao uso indiscriminado e ingênuo dos periódicos. Vavy Pacheco Borges (1999, p.163 *apud* LUCA, 2008, p. 130) fez um alerta para os “usos e abusos” dos jornais sem metodologias e nem aprofundamento teórico. Para a autora, a utilização inadequada da imprensa periódica pode trazer sérios danos para a pesquisa historiográfica.

Outro elemento que reforça a necessidade do aporte teórico e metodológico para o uso dos jornais em pesquisas historiográficas se remete aos discursos presentes nos periódicos. Os textos jornalísticos são narrativas construídas sobre os acontecimentos diários, carregados de significados e subjetividades dos seus produtores. Como enfatiza Capelato:

A leitura dos discursos expressos nos jornais permite acompanhar o movimento das ideias que circulam na época. A análise do ideário e da prática dos representantes da imprensa revela a complexidade da luta social. Grupos se aproximam e se distanciam segundo as conveniências do momento; seus projetos se interpenetram, se mesclam e são matizados. Os conflitos desencadeados para a efetivação dos diferentes projetos se inserem numa luta mais ampla que perpassa a sociedade por inteiro. O confronto das falas, que exprimem ideias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos (CAPELATO, 1988, p. 34).

Nessa ótica, verificamos que as notícias dos periódicos são capazes de revelar as teias de relações sociais de determinadas épocas, nas quais ficam evidentes as disputas políticas entre os grupos que compõe a sociedade. Tais relações possibilitam compreender que as publicações registram os fatos no presente e se tornam, no futuro, fontes a serem investigadas, problematizadas e explicadas.

A mídia impressa constitui um importante campo para a pesquisa historiográfica, uma vez que suas publicações são instrumentos de atribuição, consolidação e legitimação de poderes e ideias de determinadas épocas e grupos sociais. Assim, a imprensa não pode ser compreendida apenas como veículo de informações, mas também como instrumento a serviço de determinados grupos sociais e políticos, que muitas vezes a utilizam para legitimar seus poderes e influenciar na formação e consolidação de uma memória coletiva.

A imprensa ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. A produção desse documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas (CAPELATO, 1988, p.25).

As notícias impressas nos periódicos são capazes de revelar os níveis de relações sociais de determinadas épocas, que ficam evidentes a força política dos grupos que compõe a sociedade. Tal relação possibilita compreender que as publicações informam no presente e se

tornam, no futuro, fontes a serem desvendadas. Dessa forma, “[...] na construção do fato jornalístico interferem não apenas elementos subjetivos de quem o produz, mas também os interesses aos quais o jornal está vinculado” (CAPELATO, 1988, p.22).

A análise histórica dos periódicos consiste em considerar que suas narrativas são construídas acima de tudo pelos acontecimentos diários. Por isso ela deve sempre ser questionada, na medida em que pode provocar dúvidas ao pesquisador. Essas dúvidas, só serão suprimidas quando se levar em consideração todos os aspectos analíticos, necessários para o diálogo com os impressos.

Nessa direção, a análise dos discursos presentes nas notícias jornalísticas requer que o historiador se atente para os detalhes registrados nas fontes documentais que, na maioria das vezes, passam despercebidos ou estão implícitos nas publicações. Assim, o pesquisador deve recorrer aos indícios para compreender os propósitos, as relações de poder e subjetividades presentes nas matérias dos periódicos.

Essa forma de análise dos documentos nos aponta para o método indiciário proposto por Carlos Ginzburg (1989, p. 157), que em seu texto “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”, refere-se ao surgimento de um novo paradigma na área das ciências humanas, que propunha “solucionar” o debate entre o racionalismo e o irracionalismo nessa área de conhecimento. O historiador italiano enfatiza, nesse caso, o paradigma indiciário, que se remete ao método de análise, de um documento, baseada em indícios, que muitas vezes são imperceptíveis. “Nesse sentido, o historiador é comparável ao médico, que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como o médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural” (GINZBURG, 1989, p. 157). Os indícios e sinais são encontrados no trabalho que o historiador realiza ao lidar com as fontes documentais.

O paradigma indiciário apresentado por Ginzburg trata de um procedimento metodológico que possibilita ao historiador se atentar para os detalhes minuciosos, presentes nos documentos. No caso das notícias jornalísticas, o pesquisador ao utilizar esse paradigma, busca o que está implícito nos discursos, ou para os detalhes considerados “insignificantes” e até mesmo, para o que está implícito nos registros. Essa forma de análise possibilita captar as riquezas de detalhes e informações das relações sociais presentes nos periódicos.

Nessa esteira, Selva Guimarães Fonseca (2003) enfatiza o lugar social da imprensa e a influência das empresas de comunicação de massa na sociedade globalizada. Segundo a historiadora, a imprensa assume o papel de informar sobre os acontecimentos da sociedade, em contrapartida, ao narrar um fato, revela a existência do não dito. “O fato ou acontecimento

é testemunhado, retrabalhado, transformado em notícia ou informação de acordo com as linhas ou o interesse de quem tem o poder de produzi-lo e vendê-lo à população” (FONSECA, 2003, p. 214). Assim, os produtores das notícias jornalísticas, na intenção de dar a conhecer os acontecimentos, apresentam narrativas limitadas e fragmentadas do real. Conforme Fonseca:

Pretende-se sempre atribuir foros de verdade às informações, porém, com sua linguagem própria, a imprensa explica o real de forma limitada e fragmentada. A informação, como toda mercadoria, surge coisificada, caso em que nem o produtor (emissor) nem o receptor (consumidor) se reconhecem na mensagem veiculada. Ela traz em si uma série de explicações e é consumida pelos leitores, mas não é assimilada ativamente, pois só tem valor no momento em que surge e, como toda mercadoria cultural, se esgota, rapidamente, não permitindo um processo de assimilação (FONSECA, 2003, p. 214).

Para a autora, as notícias publicadas nos jornais, oferecem aos leitores informações sobre acontecimentos da sociedade, porém, esses consumidores nem sempre realizam a assimilação dessas informações, que logo tendem a ser “esquecidas”. Fonseca, ainda ressalta que essa assimilação, pode ser realizada pelo historiador-pesquisador e também pelo professor de História, quando ambos se voltam para os periódicos com olhar crítico que os permitem “[...] penetrar no campo inacessível ao leitor comum e até mesmo aos jornalistas. É necessário estar atento aos padrões de notícias, aos preconceitos, às omissões e também as ênfases” (FONSECA, 2003, p.214). Dessa forma, os textos jornalísticos são repletos de informações e, quando utilizados como documento para a pesquisa historiográfica ou como suporte didático em sala de aula, precisam ser decodificados e interpretados.

Em se tratando do uso das notícias jornalísticas como fonte para a pesquisa historiográfica e também como possibilidade para o ensino de história, Capelato (1988), enfatiza que as matérias dos jornais, possibilitam ampliar os horizontes para novas reflexões e problematizações nos conhecimentos sobre as sociedades do passado. Segundo a autora:

A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os “ilustres”, mas também os sujeitos anônimos. O jornal, [...] é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas (CAPELATO, 1988, p. 21).

Conforme Capelato menciona acima, as matérias jornalísticas abarcam informações que possibilitam ao historiador e/ou professor de História, incorporar o seu uso, a outras

fontes, para problematizar os acontecimentos do passado, permitindo a análise das diferentes narrativas que envolvem tais fatos. De acordo com a autora, a imprensa realiza intervenções na vida social, política, e cultural de uma sociedade. Para isso, registra, comenta e participa da história, possibilitando “[...] ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos” (CAPELATO, 1988, p. 13).

Ao utilizarmos as notícias jornalísticas em sala de aula como suporte para o ensino de História, percebemos o interesse e a curiosidade dos estudantes pelas fontes impressas, principalmente, ao considerá-las como documentos. No plano de aula desenvolvido com alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, trabalhamos a temática referente à Ditadura Civil-Militar no Brasil, utilizando recortes de jornais do período correspondente ao conteúdo abordado, com intuito de promover novas aprendizagens. A partir das discussões em sala de aula, houve o interesse em saber como os estudantes entendiam que as notícias jornalísticas poderiam ser utilizadas como documento nas aulas de História. Pensando dessa forma e trabalhando com questionários como metodologia da pesquisa, realizamos a seguinte indagação: Você acredita que é possível estudar História através das notícias dos jornais? Como isso acontece?²¹

Aluna L.O.: Sim, pois nos jornais são registrados fatos que aconteceram, sendo assim é possível quando se tem uma leitura observadora, e comparando, por exemplo, algum tema de um livro didático de história, com um jornal na época em que se passa o conteúdo.

Na fala da estudante observamos a percepção do jornal não só como veículo de informações, mas também como um “espaço” que registra os acontecimentos do passado e que “exige” do leitor a realização de “uma leitura observadora” para a compreensão do impresso como fonte documental. Outra observação, apontada pela aluna, está relacionada ao entendimento de que o mesmo fato histórico pode ser encontrado em diferentes documentos, com abordagens diversas, neste caso, na comparação das notícias dos jornais com os conteúdos dos livros didáticos. Esse apontamento nos permite evidenciar a proximidade do estudante com os acontecimentos históricos, uma vez que é possível perceber como alguns fatos abordados nos livros didáticos foram noticiados nos jornais da cidade onde moram.

²¹ A indagação foi realizada em uma pesquisa qualitativa, em forma de questionário, para dimensionar a percepção dos estudantes em relação às fontes documentais, utilizadas nas aulas de História. Os relatos dos alunos também serão apresentados como resultado de uma experiência didático-pedagógica, que será tratada neste capítulo. Os estudantes que participaram da pesquisa são menores de idade e por este motivo foram citados apenas as iniciais de seus nomes.

Os periódicos fornecem elementos importantes e ricos em informações que constituem grandes possibilidades para o ensino de História. Assim, ao fazer uso didático desses documentos, o professor deve possibilitar caminhos para que os estudantes conheçam e interpretem os textos jornalísticos. Nesse sentido, Fonseca (2003) ressalta que o uso da mídia impressa como fonte para o ensino de História abre um leque de possibilidades para despertar nos estudantes o pensamento crítico, o gosto pela prática da leitura e a construção dos argumentos históricos.

Nessa perspectiva, a utilização do jornal como fonte para o ensino de História, possibilita ao professor criar estratégias de aprendizagens alicerçadas em informações que explicitando uma situação histórica, reforça a ação de determinados sujeitos ou grupos sociais. Assim, as notícias jornalísticas, fornecem informações que possibilitam que docente e seus alunos realizem a problematização dos acontecimentos do passado. Para isso, o uso de documentos no processo de ensino e aprendizagem, permite aos discentes perceberem que os registros são marcas do passado e estão espalhados em todos os lugares e em diferentes níveis de compreensão. Essa percepção pode ser observada no relato da aluna N. F. ao responder a indagação apresentada anteriormente. Para a estudante,

Aluna N. F.: É possível estudar história através de jornais, pois eles trazem informações importantes sobre um determinado período e podem representar uma fonte histórica. [...] A forma de escrita de uma época pode ser conhecida através de um jornal, que também podem trazer informações sobre o comércio e cotidiano de uma população, o que é importante conhecer para o estudo da história de um povo.

A estudante apresenta observações importantes ao perceber nos jornais, informações que contribuem para conhecer a sociedade em determinados períodos. Tal percepção revela as múltiplas possibilidades para explorar os documentos em sala de aula.

Sendo assim, na formação escolar, os periódicos são uma importante fonte para se trabalhar o Ensino de História, uma vez que as publicações permitem a reflexão e problematização sobre os acontecimentos sociais, questões políticas, culturais e econômicas que aconteceram em determinados locais e épocas distintas. De acordo com Capelato (1988, p. 25), “[...] a imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas”. As notícias produzidas nos periódicos são resultados da ação do homem no meio social em que este se insere e por isso, o uso dessas informações para contextualizar e problematizar os acontecimentos históricos é de vital contribuição para o ensino de História.

1.4 – O Arquivo Público como espaço para o ensino de História

O ensino de História pautado na experiência dos estudantes, tem se tornado fator fundamental para uma aprendizagem significativa, que o aproxima com a realidade em que vive. Schmidt e Cainelli (2004, p. 50), apontam que esse método para o ensino da disciplina, possibilita que o discente “[...] se identifique como sujeito da história e da produção do conhecimento histórico”. Dessa forma, o professor deve buscar mecanismos para relacionar o conhecimento histórico a ser desenvolvido nas aulas, com a “cultura experimental do aluno”.

Uma das possibilidades para essa prática de ensino diz respeito à Educação Patrimonial, que permite ao estudante a leitura do mundo que o rodeia, e contribui para o entendimento das questões sociocultural e das transformações histórico-temporal em que está inserido. Sendo assim, sua relevância passa a ser essencial para o processo de aprendizagem.

Maria de Lourdes Parreiras Horta, Eveline Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro (1999, p. 6) apresentam a conceituação da Educação Patrimonial, adotada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

No processo de aprendizagem, a Educação Patrimonial se configura como fator importante, pois é fundamental para a construção identitária do estudante. Railane Antunes Pereira (2016, p. 5), destaca que a falta desse conhecimento pode acarretar grandes prejuízos para os alunos, pois estes podem não se perceber como parte integrante dessa construção histórica e cultural.

Considerando a relevância da Educação Patrimonial, a Base Nacional Comum Curricular apresenta objetos do conhecimento e habilidades relacionadas a essa temática somente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Segundo a BNCC, nessa fase da aprendizagem, esperamos que o aluno possa “identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados” (BRASIL, 2017, p. 411). Apesar de o documento indicar essa temática apenas

nos anos iniciais do Ensino Fundamental, entendemos que a aprendizagem pautada na Educação Patrimonial é essencial em todos os anos da educação básica.

Horta, Grunberg e Monteiro (1999), destacam que a metodologia para o trabalho com a Educação Patrimonial pode ser desenvolvida em todas as evidências materiais ou manifestações culturais, sendo elas:

[...] conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente. (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO 1999, p. 4)

A Educação Patrimonial compreende uma miríade de elementos que possibilitam ao professor criar situações de aprendizagens destinadas a compreender o processo cultural, seus produtos e manifestações, e dessa forma, instigar os alunos a resolver questões significativas a sua própria vida, pessoal e coletiva. Com tais ações, o patrimônio cultural e o meio ambiente histórico oferecem elementos para despertar os discentes para conhecer os espaços onde estão inseridos e, conseqüentemente, ressignificar o seu uso.

Dessa forma, a Educação Patrimonial contribui para a valorização da cultura, para a construção histórico-temporal e também para a preservação dos lugares de memória. Ela se torna essencial para a aprendizagem, na medida em que estimula o compromisso ético e cidadão, fundamentais para a formação sócio-identitária dos estudantes, responsáveis pela relação destes com o seu meio social.

Com isso, por meio da Educação Patrimonial, pensamos os Arquivos como lócus para o ensino de História. Para tal metodologia, consideramos o aspecto social do Arquivo como local de preservação da memória, onde os registros nele armazenados possibilitam a compreensão dos acontecimentos de determinadas épocas, o qual possui grande importância para o conhecimento da sociedade no passado e no presente.

Renata Fratini (2009) ressalta sobre a importância da Educação Patrimonial para a preservação dos Arquivos.

As atividades na área de educação patrimonial auxiliariam na preservação do arquivo e, conseqüentemente, modificariam a concepção predominante que se tem dele e de seus documentos, admitindo-se que a grande maioria da população tem uma visão equivocada sobre arquivo, conhecido quase sempre como “arquivo morto”, sinônimo de um lugar muitas vezes “escabroso”, em que se guardam “papéis velhos” e sem utilidade, além de outras mitificações a respeito. Essas atividades contribuiriam diretamente para a formação de cidadãos conscientes da importância e da representatividade de um arquivo

para um indivíduo e para uma sociedade, em termos políticos, jurídicos, históricos, culturais etc. (FRATINI, 2009, p. 5).

A autora destaca que a Educação Patrimonial é o caminho para que a sociedade possa compreender o Arquivo como um patrimônio documental ligado as demandas político-sociais de indivíduos e grupos, e dessa forma, se desvencilhar da concepção de que o espaço é destinado para “guardar coisas antigas”, sendo considerado como “arquivo morto”. Segundo Fratini (2009), essa última concepção para o Arquivo, está ligada a falta do sentimento de pertencimento entre a sociedade e aquilo que é preservado. Nesse caso, o passado é compreendido como algo acabado, fechado aos significados sociais.

Pierre Nora (1993) nos leva a compreender o papel social e cultural dos Arquivos quando apresenta a concepção de lugar de memória, no qual evidencia que podem ser museus, estátuas, arquivos, datas comemorativas, ou qualquer coisa que apresente aquilo que ele denominou de vontade de memória. Para isso, sociedades ou grupos, precisam se identificar com eles e atribuir-lhes significados a ponto de transformar a atividade de rememoração em algo fundamental. Dessa forma, segundo o historiador:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. (NORA, 1993; p. 13)

Nora classifica os lugares de memórias em lugares materiais, onde a memória social se alicerça e pode ser apreendida pelos sentidos; lugares funcionais, que tem ou adquire a função de ancorar a memória coletiva e lugares simbólicos, no qual a memória coletiva se revela. Seguindo a concepção de lugar de memória definida pelo historiador francês, Francisco da Chagas Santiago Junior (2015, p. 264), ressalta que os arquivos são “[...] instrumentos que permitem articular a possibilidade de pertencimento coletivo”, a qual é definida pelos usos e valores atribuídos a ele.

Ao considerar o Arquivo como lugar de memória, cabe a Educação Patrimonial criar mecanismos que viabilizem, e estreite a relação entre patrimônio e sociedade, de forma que esta se identifique e construa significados. Nesse sentido, Priscila Ribeiro Gomes e Magno Vinícius da Silva Monteiro (2016) consideram que este pode ser o grande desafio de arquivistas e professores, porém destacam que:

Sendo os arquivos fontes privilegiadas de saber, podem, por suas características, contribuir muito para o desenvolvimento da educação, que é

um dos pilares para o desenvolvimento de um país e para a democratização da cultura, pois serão fontes de pesquisa no futuro, já que suas informações auxiliarão no entendimento sobre a memória da sociedade em um determinado período (GOMES; MONTEIRO, 2016, p. 66).

O ensino de História, a partir das fontes documentais existentes, nos Arquivos possibilita ao professor elaborar mecanismos para que o estudante consiga realizar uma leitura do meio em que está inserido, e se perceber como sujeito integrante dele. Segundo Bittencourt (2011), tais documentos não foram produzidos com intenções pedagógicas, por este motivo o docente deve usar metodologias diferenciadas para transformá-los em recursos didáticos. Para isso a autora enfatiza:

Para que o documento se transforme em material didático significativo e facilitador da compreensão de acontecimentos vividos por diferentes sujeitos em diferentes situações, é importante haver sensibilidade ao sentido que lhe conferimos enquanto *registro do passado* (BITTENCOURT, 2011, p. 331).

Bittencourt, ainda ressalta sobre as múltiplas possibilidades para o uso pedagógico dos documentos. Segundo a historiadora, as fontes documentais podem ser utilizadas como instrumentos para fundamentar uma ideia ou hipóteses nas aulas, ou ser consideradas fontes de informações para uma questão histórica na qual explicita a ação de determinados sujeitos, e também para apresentar o tema de estudo, na condição de situação-problema. Sendo assim, existe um leque de possibilidades para uso das fontes documentais no ensino de História.

Nesse sentido, Fratini (2009), argumenta que ao fazer uso pedagógico dos documentos, os docentes não devem ter a intenção de transformar os estudantes em “historiadores”, porém, podem conduzi-los a traçar parte do caminho percorrido pelos pesquisadores. Sendo assim,

[...] ao elaborar uma situação-problema, elencar indagações, levantar hipóteses, analisar o conteúdo da fonte, construir argumentos para a compreensão da realidade estudada, produzir sínteses conferindo significação ao conhecimento construído. Assim, atitudes de observação, descrição, identificação, argumentação, avaliação passam a ser incorporados no cotidiano das aulas de História [...] (LUPORINI, 2002, p. 327, apud. FRATINI, 2009, p. 7).

Segundo Fratini, pensar e formular ações criativas capazes de transformar a relação e percepção entre os alunos e os Arquivos, consiste em um desafio para os professores já que na contemporaneidade são muitos os recursos tecnológicos que podem oferecer soluções inovadoras para as atividades educativas em Arquivos.

Como referência expressiva temos o Arquivo Nacional – AN, localizado na capital do Rio de Janeiro que em seus acervos acolhem/guardam as marcas da história do Brasil. Criado

em 1838, ainda na época do Império, foi fundado como Arquivo Público do Império²², sendo ligado à Secretaria de Estado dos Negócios do Império, tinha por finalidade guardar os documentos do Poder Executivo, Moderador e Legislativo. Para isso, se constituía em três sessões: Legislativa, Administrativa e Arquivos Históricos²³.

O AN ocupa a posição central do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos – SIGA da administração pública federal, a qual está ligada a estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Tem por finalidade implementar e acompanhar a política nacional de documentação de arquivos, definidas pelo Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, responsável por definir a política nacional de arquivos públicos e privados, exercendo orientações normativas.

Segundo Pereira (2016), os acervos do AN, abrigam uma grande variedade de documentos, dentre os quais, estão:

[...]55 quilômetros em documentos textuais, sendo estimado que possua 1,79 milhão de acervos ligados a outras tipologias documentais, como mapas, fotografias, filmes e etc. Dentre este rico acervo, encontram-se documentos da formação do Brasil, incluindo arquivos trazidos pela corte de D. João VI, que remetem a nossa antiga metrópole (PEREIRA, 2016, p. 8).

Neste cenário, o AN é compreendido como o difusor da política para arquivos no país. Em seu acervo, está alocada uma vasta e rica variedade de documentos que remonta à História do Brasil. Sendo assim, são amplas as possibilidades para o uso das suas fontes documentais para o ensino de História.

Professores e interessados podem “explorar” alguns programas de caráter pedagógicos disponibilizados pelo AN, através do site da instituição. O Conselho Geral de Acesso e Difusão Documental é o setor responsável por cuidar do site e das visitas ao local. Outro setor que soma a este é a Coordenação de Pesquisa e Difusão de Acervo destinado a realizar pesquisas de cunho histórico-cultural voltadas para promover o acervo da instituição através de possíveis publicações e exposições.

Dentre os materiais disponibilizados no site do AN, destacamos a Revista Acervo e as Exposições Virtuais, como suporte para o ensino de História. A escolha por essas duas possibilidades estão relacionadas ao caráter pedagógico e não apenas científicos adotados nas publicações e exposições, além de disponibilizar o acesso imediato e sem custo.

²²Em 21 de novembro de 1889, através do decreto nº 10, foi realizada a alteração do nome da instituição, a qual passou a denominar Arquivo Público Nacional. Essa denominação sofreu alteração em 1911, pelo Decreto nº 9.197, de 9 de dezembro do mesmo ano, que estabelecia a mudança do nome para Arquivo Nacional.

²³ As informações referentes ao Arquivo Nacional podem ser consultadas no site da instituição: <https://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=3>

A Revista Acervo, é publicada desde 1986, atualmente é disponibilizada de forma impressa e também por meio digital. Suas publicações são quadrimestrais, as quais seguem uma temática divulgando estudos e fontes nas áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, em especial, as direcionadas para a história e arquivologia. Dentre as temáticas, abordadas pela revista, estão: Memória e legado das resistências negras²⁴; Estado Novo, 80 anos – arquivos e histórias²⁵; As várias faces do feminismo: memória, história e acervo²⁶; Usos e usuários de arquivos²⁷; Moda e indumentária: entre imagens e artefatos²⁸; Arquivos do Regime Militar²⁹, dentre outras publicações. As reportagens apresentadas pela Revista podem ser utilizadas como fonte para o ensino de História, pois permite ao professor criar estratégias para facilitar “[...] a compreensão do processo de produção do conhecimento histórico pelo entendimento de que os vestígios do passado se encontram em diferentes lugares (BITTENCOURT, 2011, p. 333).

As exposições virtuais estão voltadas para difundir o acervo e os projetos culturais no formato digital. Estão acondicionadas para rememorar as exposições realizadas no AN nas últimas décadas e, dessa forma, ampliar a possibilidades de acesso permitindo que professores e alunos pertencentes à localidades distantes da estrutura física do AN possam conhecer, pensar e problematizar sobre os temas abordados. As fotografias apresentadas nas exposições estão acompanhadas de uma ficha técnica que contextualiza e apresenta a temática abordada, informa sobre “tratamento digital” e a edição realizadas nas imagens, para compor a narrativa da exposição. Dentre as temáticas apresentadas nas exposições, podemos elencar: O mundo luso-brasileiro³⁰; Japão, Brasil: centenário de um encontro³¹; A imprensa alternativa no acervo do Sistema Nacional de Informações 1964-1985³²; A marcha para o Oeste: a conquista do Brasil central³³.

Segundo Bittencourt (2011, p. 369), a utilização de fotos como recursos didáticos, contribuem para a introdução dos estudantes, no “método de análise de documentos

²⁴ Edição: 30 de dezembro, 2019 - v. 33 n. 1 (2020)

²⁵ Edição: 29 de novembro, 2017 - v. 30 n. 2 (2017)

²⁶ Edição: 30 de abril, 2020 - v. 33 n. 2 (2020)

²⁷ Edição: 31 de agosto, 2020 - v. 33 n. 3 (2020)

²⁸ Edição: 31 de agosto, 2018 - v. 31 n. 2 (2018)

²⁹ Edição: 25 de outubro, 2011 - v. 22 n. 2 (2011)

³⁰ Disponível para visitação em: exposicoesvirtuais.an.gov.br/index.php/galerias/10-exposicoes/13-o-mundo-luso-brasileiro.html

³¹ Disponível para visitação em: exposicoesvirtuais.an.gov.br/index.php/galerias/10-exposicoes/11-japao-brasil.html

³² Disponível para visitação em: exposicoesvirtuais.an.gov.br/index.php/galerias/10-exposicoes/83-a-imprensa-alternativa-no-acervo-do-sistema-nacional-de-informacoes-1964-1985.html

³³ Disponível para visitação em: exposicoesvirtuais.an.gov.br/index.php/galerias/10-exposicoes/314-a-marcha-para-o-oeste-a-conquista-do-brasil-central.html

históricos”, no qual, possibilita a identificação de vários aspectos apresentados nas imagens, como: o ano em que a fotografia foi tirada, nome de lugares, mudanças e permanências num estudo comparativo, a finalidade da foto, dentro outros elementos. Segundo a historiadora, essa metodologia para o uso de fotografias, também pode ser associadas com textos escritos, que geralmente são usadas nas matérias publicadas pela imprensa, a exemplo da Revista Acervo produzida pelo AN.

Nesse sentido, a aprendizagem pautada na Educação Patrimonial, especialmente na aproximação entre estudantes e as instituições arquivistas, são importantes para que o aluno consiga realizar a leitura do meio em que está inserido, e a se perceber enquanto sujeito histórico. Por entender a importância da Educação Patrimonial no processo de aprendizagem escolar, no ano de 2018 realizamos uma visita ao Arquivo Público Municipal da cidade de Cáceres – Mato Grosso, como resultado de uma experiência didático-pedagógica³⁴ com alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, da Escola Estadual Desembargador Gabriel Pinto de Arruda. Na ocasião, os estudantes tiveram contato com diversos documentos de diferentes temporalidades, especialmente jornais que circularam na cidade durante a década de 1970.

O Arquivo Público Municipal de Cáceres – APMC – foi criado através da Lei Municipal nº 695 de 09 de maio de 1978, juntamente com o Museu Histórico. A inauguração das duas instituições foi parte de uma agenda de comemorações referente ao bicentenário da cidade de Cáceres, em 1978. Desde sua fundação o APMC passou por várias modificações, que vão desde sua estrutura física, como também na parte documental. Segundo Maria Solange Sá Leite (2018, p. 34) a instituição é responsável por alocar uma variedade de documentos, tais como:

O acervo documental é composto de documentos escritos, expedidos e recebidos pelas diversas Secretarias da Prefeitura Municipal, desde a sua criação, como Intendência Municipal de Cáceres em 1890, até os dias atuais. Documentos escritos expedidos e recebidos da Câmara Municipal de Cáceres, que datam de 1860 a 1900. Documentos, em quantidade bem irrelevantes, emitidos pelo Fórum de Cáceres, Títulos de Eleitores, e comprovantes de votação (década de 1970 e início da década de 1980), e ainda Certidões de Nascimentos e Óbitos do Cartório, que datam o final do século XIX e início do XX. Quanto aos Jornais existem exemplares de jornais de Cáceres do início do século XX: Argos, A Razão e Fronteira, bem como do final do século XX e início do XXI: Correio Cacerense, O Cacerense, A Folha do Povo, O Texto, A Notícia, O Dia e A voz dos Municípios. Jornais de circulação estadual e nacional, como: A Gazeta, O Estado de Mato Grosso, Diário de Cuiabá, Tribuna Cuiabana, Diário Oficial, O Estado de São Paulo e A Folha de São Paulo. Quanto às fontes iconográficas, são de eventos comemorativos ligados à Prefeitura que datam das décadas de 1980 e 2001, são inaugurações, lançamento de obras, eventos esportivos, projetos, festividades escolares,

³⁴A experiência didático-pedagógica será abordada posteriormente neste capítulo.

reuniões políticas, atividades culturais, desfiles, pavimentação de ruas, entre outros.

O APMC, possui um acervo documental com ampla variedade, sendo a maior parte, referente a Administração da Prefeitura Municipal de Cáceres. Segundo Ordilete Aparecida Correia, historiadora da instituição, o trato e armazenamento dos documentos, seguem, mesmo que parcialmente, a tabela de periodização e técnicas disponibilizadas pela CONARQ, na qual os documentos passam por uma seleção para serem armazenados.

No ano de 2018, no segundo mandato do então prefeito do município de Cáceres, Francis Maris Cruz (2012-2019), a Prefeitura desenvolveu um projeto de gestão documental no APMC. Na ocasião, a Instituição que até então funcionava em uma casa locada, com pouco espaço, localizada à Rua da Tapagem no centro da cidade, foi transferida para outro local, que dispõe de amplo espaço, na rua Cel. Faria, centro da cidade.

Em se tratando do acervo documental, a análise, digitalização e armazenamento, especificamente da administração municipal, passaram a ser desenvolvidas pela empresa de gestão de documentos “Arquivar”. As demais documentações são recebidas, catalogadas e guardadas pelos funcionários efetivos do APMC. Nesse sentido, os documentos ali alocados, são disponibilizados para a sociedade, porém, os registros de presença da instituição demonstram que o local é visitado, com maior frequência, por pesquisadores e raramente por estudantes da educação básica.

Na ocasião da visita pedagógica ao APMC, que ocorreu no ano de 2018, anterior a mudança de local da instituição. Os estudantes puderam conhecer e compreender sobre a estrutura, funcionamento, acervo e, em especial, sobre a importância do local para a preservação da memória/histórica da cidade.

Nesse sentido, para compreender mais verticalmente o que a visita ao APMC significou para os discentes, elaboramos a seguinte questão: Relate um pouco sobre o que foi conhecer um espaço que guarda uma parte da memória histórica da nossa cidade, dos nossos habitantes. Como foi conhecer o Arquivo Público Municipal de Cáceres?

Aluna N. F.: Foi ótimo conhecer o Arquivo Público de Cáceres, pois através desta visita percebi que as fontes históricas da minha cidade não estão totalmente abandonadas pelo poder público que reconhece de certa forma, a importância de preservar a história do povo cacerense.

Ter acesso a jornais que apresentam informações sobre um período anterior a minha existência, fez com que eu conhecesse como era um importante meio de comunicação da época dos meus avós, além de que, a partir de então, eu conheci como era a forma de escrita de dezenas de anos atrás, que apresenta diferenças significativas em relação a da atualidade.

A estudante demonstra o entendimento sobre a valorização da memória histórica da cidade, ao ressaltar a importância de “preservar a história do povo cacerense”. Com isso, é notória a aproximação entre a aluna com as fontes documentais, no passo que, se dá um novo significado a ela. Neste caso, é o entendimento de que as notícias jornalísticas apresentam informações sobre o passado. Segundo Pereira (2016, p. 4), o contato dos discentes com documentos de Arquivos, contribui para preservá-los, “[...] pois se não há reconhecimento dos bens patrimoniais, tão pouco será relevante a manutenção do mesmo. Só há preservação, quanto se tem consciência da importância e contribuição para sua formação.”

Em se tratando da importância de conhecer e preservar o APMC, o estudante F. M. demonstra a aproximação com os documentos, expressando a sensação de revisitar o passado por meio das fontes documentais. Em relação à visita a Instituição, o discente fez a seguinte observação:

Aluno F. M.: Conhecer o Arquivo público foi como inserir ao passado, é como observar com detalhes os fatos passados, tenho anotada algumas observações de um dos jornais, basicamente foi no final da Segunda Guerra Mundial onde as pessoas foram comemorar nas ruas. O Arquivo público os documentos não são guardados com devido cuidado a algumas salas que tem cheiro horrível, onde não foi possível entrar e deveriam ter mais atenção sobre os arquivos.

A observação também nos aponta a percepção do discente em relação à conservação e guarda dos documentos armazenados no Arquivo, o que pode ser compreendido como uma valoração tanto da Instituição, como dos acervos que lá são acondicionados. É importante destacar que no período de realização da visita pedagógica, o espaço onde o APMC estava localizado era provisório, pois não havia um espaço próprio para instalação e abrigo definitivo destinado à Instituição, o que deixa os acervos vulneráveis às ações de abrigo e manuseio adequadamente.

Diante do exposto, a Educação Patrimonial vai possibilitar que os estudantes consigam desenvolver o conhecimento crítico e a leitura do meio em que está inserido, o que se torna indispensável para a preservação dos bens patrimoniais, para o desenvolvimento da identidade e da consciência histórica. Nesse sentido, Rüsen (2001, p. 57), enfatiza que o homem deve interpretar “[...] sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmo, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo”. Sendo assim, é fundamental que os alunos consigam compreender as transformações histórico-temporais da sociedade que o permeia.

Nesse sentido, o entendimento do aluno G. H. está direcionado para a aproximação com a documentação e a sua percepção enquanto sujeito histórico: “Foi bom conhecer o arquivo público, pois foi como olhar para a história de um ângulo próximo, afinal a história estava em minhas mãos”.

As falas dos alunos apontam a necessidade que nós, enquanto professores de História, temos de explorar e problematizar os lugares de memória da cidade, uma vez que, esses locais constituem informações importantes para conhecimento e entendimento da sociedade de diferentes períodos. Assim, a visita ao Arquivo Público Municipal de Cáceres, proporcionou aos estudantes o contato com os jornais, e também com outros documentos, tendo acesso às informações referentes aos acontecimentos da cidade e dessa forma, perceberem como tais eventos foram captados pelos textos jornalísticos. Além disso, as “aulas de campo” possibilitaram os alunos tomarem conhecimento sobre a função de um Arquivo e, certamente, conferir-lhe um novo sentido para a história da cidade ao se reconhecerem na documentação como disse G. H.: “[...] foi como olhar para a história de um ângulo próximo, afinal a história estava em minhas mãos”.

Por tudo isso, a utilização pedagógica do acervo dos Arquivos no processo de ensino e aprendizagem da disciplina História pode ser um ganho muito benéfico e significativo para a construção de um aluno crítico e ciente das responsabilidades de preservação da memória histórica de sua sociedade.

1.5 - Experiência Didática

Ao professor cabe ensinar ao aluno como levantar problemas, procurando transformar, em cada aula de história, temas e problemas em narrativas históricas. Ensinar História passa a ser, então, dar condições ao aluno para poder participar do processo de fazer o conhecimento histórico, de construí-lo (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p.30).

As autoras acima citadas, Schmidt e Cainelli, nos dão uma direção para pensar sobre o papel atribuído aos docentes da disciplina de História e nos instigam a criar estratégias e possibilidades para que as aulas se tornem mais prazerosas, atraentes e principalmente que possibilite ao estudante caminhos para a construção do conhecimento histórico.

No ano de 2018, realizamos um plano de aula interdisciplinar sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985) envolvendo as disciplinas de História e Língua Portuguesa. A aula foi ministrada para os alunos dos 9º anos A e B, do Ensino Fundamental da Escola Estadual Desembargador Gabriel Pinto de Arruda, no município de Cáceres, Mato Grosso.

A referida escola está localizada em um dos maiores bairros do município de Cáceres, Jardim Padre Paulo, distante aproximadamente 3.500 metros do centro da cidade. A unidade escolar recebe estudantes residentes no próprio Bairro, das localidades vizinhas e também da zona rural. Para isso, atende os alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental no período matutino, e do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental no período vespertino.

Considerada como escola periférica, o perfil socioeconômico dos alunos é abordado pelo Projeto Político Pedagógico - PPP da unidade escolar, o qual enfatiza que grande parte dos estudantes provém de famílias compreendidas como baixa renda, que sobrevivem de atividades domésticas, sendo lavradores, pedreiros, dentre outras profissões, em sua maioria estão inscritos em Programas de Assistência do Governo Federal como Bolsa Família. Sendo assim, alguns discentes, principalmente do período vespertino, exercem alguma forma de trabalho informal para ajudar na renda familiar, sendo estes: trabalho com o cuidado de crianças, ajudantes em mercados, em hortas, oficinas de motos e bicicletas, dentre outras atividades que possibilitam a permanência na escola.

Por este motivo, temos a preocupação de criar possibilidades para que estes alunos se sintam, de alguma forma, valorizados e sujeitos dos acontecimentos da sociedade. Para isso, pensamos em uma possibilidade de ouvir o que os estudantes pensam sobre determinadas situações e consigam relacionar com as temáticas desenvolvidas em sala de aula. Sendo assim, criamos um projeto interdisciplinar, envolvendo as disciplinas de Língua Português e História, denominado “Papo-Cabeça”.

O projeto era desenvolvido na escola desde o ano de 2018³⁵ com alunos dos 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, tinha como proposta estimular o debate sobre diversos temas, que geralmente eram escolhidos pelos próprios participantes do grupo e dessa forma, possibilitar meios para que os estudantes formassem argumentos críticos sobre os acontecimentos da sociedade. As reuniões aconteciam no período matutino, porém, as discussões também eram levadas para a sala de aula, para que aqueles que por algum motivo não conseguiam participar dos encontros, ficassem a par do que estava sendo debatido.

Em se tratando da escolha da temática envolvendo o regime militar, aconteceu a partir das indagações e curiosidades de alguns estudantes das referidas turmas que participavam do “Papo-Cabeça”. Nesse sentido, por acreditarmos na necessidade de debater e problematizar o assunto, orientamos os estudantes a levar essa discussão para a sala de aula porque

³⁵ Devido a pandemia causada pelo Coronavírus (Covid-19), as atividades na escola foram suspensas, com isso, não está sendo possível realizar o projeto, pois nem todos os discentes possuem recursos tecnológicos para participar das discussões.

entendíamos então a importância de todos participarem, inclusive os discentes que não frequentavam o projeto. Assim, seguindo Schmidt e Cainelli (2004, p. 31), entendemos que “[...] a sala de aula não é apenas o espaço onde se transmitem informações, mas o espaço onde se estabelece uma relação em que interlocutores constroem significações e sentidos”.

Inicialmente, o objetivo da aula era desenvolver um estudo crítico em relação ao período da Ditadura Civil-Militar no Brasil, dando ênfase aos movimentos de resistência e insubmissão de vários brasileiros aos governos autoritários. Numa dimensão pedagógica, inicialmente, o intuito também foi investigar o conhecimento prévio dos alunos sobre os fatos ocorridos durante o regime militar.

Ao contextualizar o período, explicamos o que foi a Ditadura Civil-Militar no Brasil, abordando os atos de repressão, tortura, perda de direitos que até então eram garantidos pela Constituição. Também nos referimos aos Atos Institucionais, os decretos-leis e a Lei de Segurança Nacional que foram os instrumentos político-jurídicos da governança dos militares. Daí, as formas de resistência ao governo ditatorial também começaram a brotar de todas as formas e até a luta armada existiu contra os governos dos generais.

Como material pedagógico, não deixamos de mencionar sobre o plano de desenvolvimento econômico dos governos da época, as campanhas publicitárias para promover as “realizações oficiais”, o apoio e incentivo que os militares receberam dos civis, empresários, latifundiários, órgãos da imprensa, parte da igreja e outros segmentos da sociedade. Esse apoio permitiu que a partir de março de 1964, o país entrasse em um longo período de privações dos direitos civis e das liberdades políticas.

A princípio, o plano de trabalho com os alunos deveria ser desenvolvido em quatro aulas. Porém, diante do debate referente ao tema, o tempo não foi suficiente sendo necessário dar continuidade às atividades em outro momento. Posteriormente, ao finalizar o debate, os alunos foram divididos em cinco grupos e cada um com cinco integrantes. Propomos aos estudantes que escolhessem temas relacionados a algumas formas de resistência ao regime militar para pesquisar e apresentá-los em seminários. Dentre eles, destacaram as músicas e peças teatrais como forma de protesto, o movimento estudantil, as manifestações no espaço público como a “Passeata dos 100 mil” e os movimentos sindicais.

Considerando que os alunos produziram conhecimento através de uma atividade diferente, propomos que as apresentações do seminário fossem realizadas para outra turma, no intuito de que outros estudantes (os do oitavo ano da mesma escola) pudessem ter acesso aos temas. Inicialmente os discentes receberam a proposta com certa desconfiança e timidez, porém, ao explicarmos como pretendíamos que fossem as apresentações e orientarmos em

todos os processos do trabalho, já em andamento, os alunos se encorajaram e concordaram com o desafio. É importante ressaltar que essa forma de trabalho só foi possível ser realizada com as duas turmas simultaneamente, porque as aulas de História e Língua Portuguesa aconteciam, com cada disciplina em uma sala, no mesmo dia e horário.

No dia da apresentação do seminário, os estudantes estavam nervosos, porém, haviam se preparado realizando as pesquisas e estudando sobre o tema. O resultado do trabalho nos surpreendeu, primeiramente por perceber o envolvimento dos alunos, mesmo aqueles que apresentavam dificuldades de aprendizagem participaram com a ajuda dos colegas, cada um dentro da sua possibilidade. Também, observamos o envolvimento e comprometimento na pesquisa dos temas, na apresentação de recursos didáticos como músicas, poemas, charges, cartazes, dentre outros materiais. Convém salientar, que um dos grupos acabou desistindo da apresentação, pois pela falta de comprometimento e empenho não se viram na condição de realizar o trabalho.

Considerando que os alunos convidados não conheciam diretamente o tema e pela apresentação do seminário ser referente a algumas formas de resistência contra a Ditadura Civil-Militar no Brasil, como professora-regente da turma de história, orientamos para realizar uma breve contextualização sobre o tema do trabalho que seria exposto. Em seguida, cada grupo apresentou a sua pesquisa.

A exposição do seminário aconteceu como fora planejado. Ao finalizar as apresentações, realizamos uma roda de conversa, com os alunos do 9º ano, para socializar sobre a experiência de apresentar para outra sala e também sobre os temas abordados. O resultado foi positivo, apesar de alguns alunos narrarem certa timidez e nervosismo no decorrer das apresentações. Em relação ao conteúdo, observamos que alguns estudantes estavam interessados em compreender como os jornais foram espaços de resistências ao governo militar.

Partindo do interesse dos discentes, retomamos a temática sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil e nos remetemos para a atuação da imprensa no período. Para isso, explicamos que durante o governo militar, nem todos os jornais foram opositores ao regime, também destacamos a existência dos que apoiaram e promoveram as ações dos militares. Nessa perspectiva, foi essencial evidenciar, que as notícias jornalísticas não são neutras e imparciais, contrariamente, elas são carregadas de subjetividades dos seus produtores e cenário de relações de poder de determinados grupos sociais de uma época. Assim sendo, orientamos os estudantes que a análise dos jornais, deveria ser cuidadosa e sempre questionando o que nele estaria informando.

Em meio ao debate, estimulamos os alunos a conhecerem o Arquivo Público Municipal, onde estão “guardados” exemplares de vários jornais que circularam na cidade de Cáceres em diferentes períodos. Porém, os estudantes desconheciam a existência do Arquivo Público Municipal na cidade. Diante disso, estudamos a possibilidade de levá-los para uma visita pedagógica ao local e, dessa forma, conhecerem o que seria um arquivo, sua estrutura, função e os acervos.

Inicialmente, a nossa preocupação foi a locomoção dos discentes até as instalações físicas do Arquivo, já que a escola não disponibiliza de veículo para o transporte de alunos e também não havia recursos para qualquer locação. Em seguida, as inquietações se direcionaram na forma de deslocamento de um número expressivo de pessoas em um local que requer silêncio, pois muitos pesquisadores se dirigem até ao Arquivo para acessarem e consultarem os documentos. Após obter a autorização dos responsáveis para a visita ao Arquivo Público, a solução encontrada foi dividir os estudantes em dois grupos, já que se tratava de duas turmas. Cada grupo iria ao Arquivo em dias diferentes, uma vez que a visita só seria possível se acontecesse no horário diferente ao das aulas, pois outros professores colaboraram, ajudando na condução dos estudantes.

No dia agendado para a visita do primeiro grupo nem todos os alunos compareceram ao local combinado, porém, os discentes que estavam presentes, demonstraram entusiasmo e curiosidades. Chegando às dependências do Arquivo, as responsáveis pelo local nos receberam com solicitude, pois afirmaram que raramente recebiam a visita de tantos alunos das escolas da cidade e com isso se dispuseram a conduzir os estudantes para conhecer todos os espaços onde estavam acondicionados os acervos e documentos. Naquela oportunidade os estudantes tiveram melhor dimensão sobre os diferentes tipos de documentos e perceberam que eles são produtos da ação humana, pois como destaca Jacques Le Goff,

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (LE GOFF, 1996, p. 547).

Após ressaltar que todos aqueles documentos armazenados no Arquivo eram produtos da sociedade de diferentes épocas, solicitamos alguns exemplares dos jornais que circularam na cidade, na década de 1970. O intuito era que os estudantes observassem e registrassem, a partir dos textos jornalísticos, informações sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil. A partir disso, compreenderem como as notícias abordavam sobre as arbitrariedades do regime militar (ou não), das relações de poder (local e nacional), do apoio aos militares por parte dos civis e

de outros segmentos da sociedade local, além de uma memória que foi sendo produzida sobre o período a partir das notícias publicadas nos periódicos. É importante ressaltar que não tínhamos a intenção de que os estudantes realizassem a investigação do documento, tal qual o historiador. “Essa pretensão [...] contraria os objetivos da disciplina, cuja intenção maior é desenvolver uma autonomia intelectual capaz de propiciar análises críticas da sociedade em uma perspectiva temporal” (BITTENCOURT, 2011, p.327-328).

A visita do segundo grupo ao Arquivo foi organizada de forma semelhante à primeira. Porém, quando os estudantes conheceram os espaços onde os documentos estavam armazenados, foram atraídos pelos registros das Atas de cobranças de impostos da década de 1930. Nelas, os discentes tiveram acesso a várias informações sobre o período, dentre as quais, identificaram algumas ruas da cidade, o nome de seus respectivos moradores, a moeda corrente do período e o valor dos impostos cobrados. Os interesses também se remeteram ao acervo dos registros dos óbitos. Em seguida, os alunos tiveram contato com os periódicos, também da década de 1970, nos quais observaram e registraram informações referentes ao regime militar no Brasil.

Após encerrarmos a visita pedagógica ao Arquivo Público Municipal da cidade, realizamos uma roda de conversa com os estudantes para socializar a experiência de conhecer o local e também sobre os registros e observações em relação à Ditadura Civil-Militar no Brasil, presentes nos jornais. Dessa forma, os estudantes falaram sobre o que haviam registrado, pois extraíram várias observações dos periódicos e de outros documentos que tiveram acesso. Após a fala dos discentes, relacionamos e problematizamos essas informações com o tema desenvolvido referente ao regime militar.

A experiência didático-pedagógica no Arquivo Público Municipal despertou várias inquietações nos estudantes, principalmente ao fato de compreenderem os jornais como um documento histórico, rico em informações e ao mesmo tempo cenário de disputas pelo poder. Com isso, percebemos nos periódicos uma importante fonte para se trabalhar o Ensino de História, uma vez que as publicações possibilitam levar para as discussões pedagógicas em sala de aula, uma reflexão e problematização sobre os acontecimentos sociais, questões políticas, culturais e econômicas que aconteceram em determinados locais e épocas distintas.

Nessa perspectiva, um dos elementos que justificam esta pesquisa, está relacionado à experiência didático-pedagógica realizada no Arquivo Público Municipal de Cáceres. Dessa forma, para dimensionar melhor essa experiência para os estudantes que participaram das atividades, solicitamos que relatassem um pouco sobre as aulas referentes ao regime militar e à visita ao Arquivo Público. Assim, foi realizada uma pesquisa qualitativa através de

questionário com os discentes³⁶. Devido à pandemia do novo Coronavírus (Covid-19) e as orientações para o distanciamento social, o questionário foi realizado por e-mail, o qual foi enviado aos estudantes. Para a pesquisa, enviamos e-mail para 20 alunos, porém, obtivemos retorno de 10 estudantes, sendo 2 sem respostas e 1 apenas com o nome. Dessa forma, a primeira indagação presente no questionário foi: durante as aulas, fizemos um trabalho interdisciplinar sobre a Ditadura Civil-Militar. O que você recorda daquele trabalho? Quais fatores aguçaram a sua curiosidade sobre o tema?

Aluna N. F.: Através do trabalho sobre Ditadura Militar, nós alunos, não estudamos apenas aquilo que estava presente no livro didático em relação a esse importante e triste período da história do Brasil, mas também tivemos acesso à biografia de pessoas que vivenciaram momentos terríveis, proporcionados por um governo opressor e antidemocrático, que criou um ambiente nacional instável, repleto de medo e insegurança por parte da população. Um dos fatores que aguçaram a minha curiosidade foi o fato de muitas músicas, que apesar de terem aparentemente uma letra desprezível, conterem “camufladas” entre seus versos ferrenhas críticas ao governo ao qual a sociedade brasileira era submetida.

Aluna D. K.: Lembro que vimos documentários que mostravam como as pessoas sofriam por lutar pela sua liberdade, como se manifestavam por música, poemas e vários outros tipos de arte, com o máximo de descrição possível e como eram caladas se fossem pegas. Recordo das discussões que fizemos... de como todos participavam, nos espantamos ao saber que havia pessoas envolvidas não só com os atos da ditadura como com os do nazismo também.

As estudantes acima destacaram os vários recursos didáticos utilizados nas aulas para tratar a temática referente à Ditadura Civil-Militar no Brasil. Os alunos tiveram contato com músicas, poemas, filmes, dentre outros, e perceberam as várias formas de resistência ao período de repressão. Em se tratando do gênero musical, utilizamos a Música Popular Brasileira – MPB, consideradas como canções de protestos na época, pois expressam a insatisfação e crítica ao Governo militar. Segundo Bittencourt (2011, p. 380) “Ouvir música é um prazer, um momento de diversão, de lazer, o qual, ao entrar na sala de aula, se transforma em uma ação intelectual [...]”. Dessa forma, o ensino utilizando a música é uma importante ferramenta para situar os alunos diante de uma situação e para criar possibilidades de interpretação de acontecimentos históricos de forma mais lúdica.

³⁶ Os estudantes que participaram da pesquisa qualitativa são menores de idade, por este motivo, foram citados apenas as iniciais dos nomes dos alunos.

Outros aspectos abordados pelos estudantes estão direcionados para as perseguições, prisões, torturas, sofridas por aqueles que se colocaram como oposição política ao governo. Podemos observar essa percepção na resposta de J. V.:

Aluno J. V.: Me recordo dos fatos abordados sobre essa época tão obscura do nosso país, um desses fatos foi a tortura utilizada pelo “governo” como uma forma de extrair informações das pessoas que se opunham aquele regime, e também sobre a censura que os jornais sofriam.

As respostas dos estudantes para a primeira questão nos apontam que de alguma forma, os debates realizados em sala de aula possibilitaram aos alunos, uma noção sobre as ações antidemocráticas praticadas pelos governos dos generais. E também, apontam sobre as formas que os cidadãos que não concordavam com a política do período utilizavam para expressar sua indignação contra o governo, fossem nos versos de músicas, poemas, dentre outras formas de resistência e insubmissão. Os apontamentos dos discentes reafirmam a constante necessidade do debate envolvendo a Ditadura Civil-Militar no Brasil, na sala de aula.

Na aula realizada, também falamos sobre os documentos históricos e sua importância para o estudo dos acontecimentos da sociedade, já que estes são frutos da ação humana. Dessa forma a segunda questão foi: Em 2018, um dos assuntos estudados nas aulas foram os diversos tipos de documento históricos, tais como jornais, fotografias, monumentos, cartas, músicas, filmes, dentre outros. O que você compreendeu sobre esse conteúdo? Ou qual a importância desses documentos para o estudo da História?

Aluna R. C.: Aprendemos diversos assuntos, e como era tratado os jornais antigamente, a maneira das escritas etc... a importância sobre os documentos históricos, que serviram para novas pessoas e novos conhecimentos, serviu e servira de uma aprendizagem excelente para alunos e at mesmo pessoas que não conhecem.

Aluna N. F.: A partir desse conteúdo, eu compreendi a importância da existência de pessoas e locais que preservem documentos históricos, pois eles apresentam a história de um povo e os acontecimentos marcantes de uma sociedade. No estudo da história de uma nação é fundamental conhecer documentos históricos, já que eles trazem informações cruciais para o entendimento dos momentos importantes desta sociedade que está sendo analisada, além de demonstrar como era a forma de escrita da época na qual o documento foi feito.

Aluna D. K.: Que nada melhor que algo da época para tirar suas dúvidas, esses documentos são muito importantes para a história, eles guardam muitos segredos e nos contam muitas coisas também...

As concepções de documentos históricos apresentadas nas respostas acima destacam que as estudantes compreendem, mesmo que ainda de forma superficial, sobre a importância

destes para o conhecimento do passado. Isso é muito compreensível porque o trabalho pedagógico de visita ao Arquivo não teve como premissa transformar os discentes em historiadores, mas de oportunizá-los uma forma de conhecer o passado e aproximá-los da história, ou seja, o intuito era de fazer com que eles entendessem a história se construindo na relação temporal presente-passado, a partir de fontes documentais que estão próximas a eles.

Em se tratando das fontes documentais em sala de aula, Bittencourt (2011, p. 328) enfatiza que o seu uso se torna desprezioso quando o docente tem a intenção de transformar os discentes em “pequenos historiadores”. É importante salientar que os documentos não são produzidos com neutralidade e nem com propósitos didáticos, porém, podem e devem ser utilizados como recurso pedagógico para o ensino de História.

No ofício dos historiadores, os documentos constituem parte fundamental do seu trabalho, seu uso requer critérios e metodologias fundamentais para a produção histórica. Como destaca o historiador Michel De Certeau (1995, p.29):

O historiador trabalha sobre um material para transformá-lo em história. Efetua então uma manipulação que, como as outras, obedece a regras. Tal manipulação assemelha-se à fabricação efetuada com o minério já refinado. Transformando de início as matérias-primas (uma informação primária) em produtos *standard* (informação secundária), transporta-o de uma região da cultura (as “curiosidades”, os arquivos, as coleções etc.) a uma outra (a história).

De Certeau nos diz sobre o cuidado do historiador em relação às fontes documentais, destacando que esse ofício é realizado com regras e técnicas de trabalho refinadas e requer conhecimento histórico e domínios de conceitos e categorias para análise dos documentos. A seleção das fontes, para o historiador constitui o início da investigação histórica, para isso, são necessários critérios metodológicos específicos.

O trabalho do historiador não se limita apenas à investigação dos documentos, mas requer também uma produção bem elaborada de questões a serem respondidas durante a pesquisa historiográfica. O pesquisador assume uma posição privilegiada diante do documento, pois cabe a ele a exploração do material para extrair as “respostas necessárias”. “Ele é um construtor, recortador, leitor e intérprete de processos históricos” (REIS, 1994, p. 24). A partir da elaboração dos problemas, o historiador lapida os documentos e dá a eles novos sentidos que são diferentes dos utilizados em sala de aula ou em outras situações como, por exemplo, os usos no jornalismo com a produção e veiculação das notícias.

Por tudo isso, houve o interesse em saber como os estudantes entendiam que as notícias jornalísticas poderiam ser utilizadas como documento em sala de aula e assim,

contribuir para a aprendizagem da História. Pensando dessa forma, incluímos a seguinte indagação: Você acredita que é possível estudar História através das notícias dos jornais? Como isso acontece?

Aluno J. V.: Sim, se pegarmos uma folha de jornal que foi publicado a muitos anos atrás poderemos ver o que estava acontecendo naquele período, poderíamos saber por exemplo como a sociedade pensava naquela época teríamos várias informações importantes sobre o governo que sem dúvida nos ajudaria ainda mais a estudar a História do nosso país.

As percepções apresentadas pelo estudante em relação aos periódicos vão além de compreendê-los apenas como noticiário e sim como um “espaço” carregado de informações sobre os acontecimentos do passado de uma sociedade. Essas percepções para o uso dos jornais em sala de aula evidenciam que os impressos constituem um rico campo para o conhecimento histórico e que podem ajudar muito a trabalhar a história local nas práticas pedagógicas em sala de aula.

A experiência no Arquivo Público Municipal possibilitou aos estudantes pensarem o local como um lugar de histórias que até então muitos sabiam da existência e nem o tomavam como um lugar simbólico da memória, onde os documentos que ali se encontram são carregados de informações sobre a sociedade em diferentes épocas. Nessas circunstâncias, os periódicos possibilitaram os estudantes perceberem e analisarem como os acontecimentos históricos de determinadas épocas, que nem sempre são abordados nos livros didáticos, aparecem nas notícias dos jornais que circularam na cidade em que moram. Dessa forma, o uso dessas fontes em sala de aula, tratando de “[...] temas da história, sobretudo da história nacional, cumprem um papel educativo que extrapola os muros da escola e levam esses saberes a circular mais amplamente na sociedade” (FONSECA, 2011, p.36).

O uso da mídia impressa como fonte para o ensino de História abre um leque de possibilidades para despertar o pensamento crítico, o gosto pela prática da leitura e a construção dos argumentos históricos na aprendizagem dos estudantes. As leituras e os debates acerca das notícias dos jornais ajudaram e favoreceram a proximidade dos alunos com a realidade local de seu bairro, sua cidade, seu Estado, do seu país e do mundo. E por fim, conhecer o Arquivo “por dentro” aproximou os alunos de suas próprias histórias.

Assim, a imprensa periódica constitui uma importante fonte para a historiografia e para o ensino de História, uma vez que, o seu uso torna-se cada vez mais relevante, pois contribuí para o conhecimento histórico das sociedades do passado, e consequentemente para uma aprendizagem mais crítica e significativa.

Ditadura civil-militar brasileira pelas páginas da imprensa: entre opiniões, notícias nacionais e locais

Neste capítulo, apresentamos as discussões referentes à Ditadura Civil-Militar no Brasil, pelas notícias da imprensa jornalística, sobretudo o jornal *Correio Cacerense*, de circulação na cidade de Cáceres, Mato Grosso. Considerando que as matérias dos periódicos são capazes de revelar as teias de relações sociais de determinadas épocas, nas quais ficam evidentes as disputas políticas entre os grupos que compõe a sociedade, entendemos que os jornais são importantes fontes para conhecimento do passado e, neste caso, para a análise dos vários discursos que permeiam os acontecimentos dos militares.

Inicialmente realizamos uma abordagem sobre as tramas do golpe de 31 de março de 1964 e os anos de autoritarismo do governo militar. Em seguida, analisamos as formas que os acontecimentos da Ditadura Civil-Militar brasileira foram noticiados pelo jornal local *Correio Cacerense* na cidade de Cáceres, Mato Grosso. E por fim, abordamos sobre a presença e atuação do Exército na cidade de Cáceres, enquanto esta foi território de interesse da Segurança Nacional.

2.1 O governo João Goulart e o Golpe Civil- Militar de 1964

O Sr. Jânio Quadros compareceu na manhã de ontem, pela última vez como Presidente da República, às solenidades do Dia do Soldado, levadas a efeito na Esplanada dos Ministérios, com a presença de todos seus Ministros, exceção do Sr. Catete Pinheiro, que não chegou a tempo de receber, com os demais, a Medalha da Ordem do Mérito Militar, com que fora agraciado. Embora logo depois o Sr. Jânio Quadros se recolhesse ao Planalto, para redigir a mensagem de sua renúncia, a sua aparência nas comemorações de Caxias não denunciava qualquer atitude suspeita, tendo estado inclusive com bom humor e cumprimentando o Ministro Odílio Denis, com um sorriso (*Jornal do Brasil*, Ano LXXI, n. 200, 26 ago. 1961).

No dia 26 de agosto de 1961, o *Jornal do Brasil*, noticiou os últimos compromissos de Jânio Quadros à frente da presidência do país. Segundo a matéria jornalística, na comemoração alusiva ao Dia do Soldado, o presidente não deixou transparecer nenhuma atitude que cogitasse a sua inesperada renúncia. Marcos Napolitano (2014, p.35) enfatiza que esse episódio, ocorrido no dia 25 de agosto, após sete meses de governo, foi uma atitude

inexplicável do presidente para sair do isolamento político que se encontrava. Essa ação, segundo o historiador não gerou comoção popular e muito menos alianças políticas, o que resultou na rápida aceitação da renúncia por parte do Congresso Nacional, pois se tratava de uma ação de vontade unilateral. Com isso, no dia 28 de agosto do mesmo ano, Jânio Quadros embarca com a sua família com destino a Londres deixando o país em meio a uma crescente crise política.

O distanciamento do Congresso Nacional, juntamente com a política externa executada por Jânio Quadros, foram apontadas como fortes indícios para o seu isolamento político. Segundo Napolitano (2014), as ações governamentais promovidas pelo presidente causavam constrangimentos em vários segmentos da sociedade, principalmente aos conservadores e anticomunistas, que viram com “maus olhos” a condecoração de Ernesto Che Guevara³⁷ com a Grã Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Como aponta o autor:

A polêmica condecoração de Ernesto Che Guevara, em 19 de agosto de 1961, com a Grã Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul foi a cerejinha do bolo atirado na cara dos mais reacionários. Mesmo que essa condecoração fosse o resultado da liberação, por parte do líder da Revolução Cubana, de sacerdotes católicos condenados ao fuzilamento em Cuba, a medalha causou grande mal-estar e confusão, consolidando a imagem de um político contraditório, oportunista e ideologicamente ambíguo (NAPOLITANO, 2014, p. 35-36).

Nesse cenário de crise e descontentamentos com as ações promovidas pelo governo, o vice-presidente João Goulart (ou Jango como também era conhecido) estava representando o Brasil em uma missão diplomática na China, fato que o impossibilitou de assumir a presidência da República de imediato. A ação diplomática intensificou a crise no governo brasileiro, pois, “[...] para a opinião pública conservadora, a visita aos comunistas consolidava a pecha de subversivo e filo-comunista pela qual a direita rotulava o vice-presidente” (NAPOLITANO 2014, p. 36). Sendo assim, foram articuladas várias ações para impedir a posse de Jango na Presidência. Com isso, para ocupar o cargo, assumiu provisoriamente o presidente da Câmara dos Deputados, Pascoal Ranieri Mazzilli, permanecendo na função até o retorno de Jango ao país.

É neste cenário, que as tramas do golpe civil-militar que se efetivou em 1964, começaram a ser articuladas ainda em 1961, antes da posse de João Goulart na presidência da República. Com Jango fora do país, os comandantes das Forças Armadas logo se posicionaram de forma contrária e resistente ao seu retorno, para ser empossado como novo

³⁷De origem argentina, juntamente com Fidel Castro, Raul Castro, Camilo Cienfuegos e outros, lideraram a Revolução Cubana em 1959, colocando fim ao governo de Fulgêncio Batista. Como resultado da Revolução, foi implantado um novo regime político em Cuba, unipartidário e socialista que vigora até a atualidade.

presidente, pois temiam as “ameaças comunistas”, projetadas na condecoração de Ernesto Che Guevara e na Viagem diplomática à China. Segundo Carlos Fico (2014, p.16), os militares contrários à posse de Goulart, publicaram um manifesto para justificar tal posição. No documento, os oficiais insinuaram que João Goulart demonstrara simpatia com os movimentos sindicais, além de indicar esquerdistas para ocupar importantes cargos públicos que, segundo os oficiais, teriam ligações com o comunismo internacional quando ainda era Ministro do Trabalho no governo de Getúlio Vargas (1953-1954).

Em se tratando da proximidade entre Getúlio Vargas e João Goulart, que se tornou motivo de preocupação para os opositores, Jorge Ferreira (2004), argumenta que Vargas se tornou o “mestre” de Jango nos ensinamentos políticos, e este, o seu fiel amigo e “discípulo”. Como resultado e influência dessa amizade, a figura de Goulart no cenário político foi crescendo, na medida em que este se filiou e começou a militar pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, e intensificou quando ocupou o cargo de Ministro do Trabalho do governo de Getúlio Vargas.

O prestígio e a atuação de Goulart enquanto esteve à frente do Ministério do Trabalho, aproximou a classe trabalhadora e o Estado, fato que o possibilitou intermediar nas negociações dos movimentos grevistas. Com isso, Vargas, ao dirigir-se aos líderes sindicais, no sentido de elogiar Goulart, garantiu que: “[...] naquilo que ele vos disser estará me representando. Podem confiar nele, como se eu próprio fosse” (Última Hora, 1953, p. 3, *apud* FERREIRA, 2004, p. 293). Segundo Ferreira (2004), foi nas ações à frente do Ministério do Trabalho que a oposição civil e militar ao trabalhismo e aos getulistas³⁸ descobriram Goulart.

A aproximação de Jango com os movimentos sindicais despertou desconfiança nos conservadores, que entenderam essa proximidade, como uma forma de relação com o comunismo internacional, fator relevante para que os militares tentassem impedir a posse de Goulart como presidente do Brasil, na ocasião da renúncia de Jânio Quadros.

Para ser empossado como presidente da República, João Goulart teve que “driblar” as articulações políticas contrárias a sua posse e permaneceu por alguns dias fora do país, com o intuito de articular uma solução para a crise política que assolava o Brasil. A “solução” articulada e aceita por Jango foi a proposta de um governo parlamentarista,³⁹ que reduziria os poderes do presidente, mas “acalmaria” os ânimos da “junta golpista”.

³⁸Denominação atribuída aos apoiadores e seguidores de Getúlio Vargas.

³⁹Segundo Carlos Fico (2014, p. 21), para contornar a crise política que assolava o Brasil e garantir o direito à posse, a solução encontrada por João Goulart, foi a adoção às pressas do sistema parlamentarista, que limitaria o poder do presidente da República, porém, seria a possível solução para o impasse político. Nesse sentido, no dia 2 de setembro de 1961, o Congresso Nacional aprovou uma emenda constitucional, na qual, caberia a um

Segundo Napolitano (2014, p.37), outra iniciativa que contribuiu para a posse de Goulart foi à campanha denominada “Rede da Legalidade”, liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e tinha como objetivo, defender a volta de Jango ao país e também a efetivação da sua posse. A campanha ganhou repercussão nacional e conquistou o apoio de civis, além de simpatizantes entre os militares constitucionalistas como no caso do comandante do III Exército, o general Machado Lopes. Assim sendo, a somatória desse acontecimento e a votação do Congresso Nacional que aprovou o governo parlamentarista, garantiram a posse de Jango, no dia 07 de setembro de 1961, como presidente do Brasil.

Em se tratando de conspirações para impedir a posse de João Goulart, a ocorrida em 1961, não se tratou da primeira. As eleições de 1955⁴⁰ foram marcadas por tensões políticas e a tentativa de golpe para impedir a candidatura e a posse de Juscelino Kubitschek na presidência e João Goulart à vice-presidência⁴¹. Entretanto, as diversas investidas contra o processo eleitoral, não obtiveram êxito, no dia 03 de outubro de 1955 a – temida – vitória dos candidatos do PSD e PTB foram confirmadas. Porém, mesmo com os resultados das urnas dando vitória a Juscelino e Jango, “[...] uma nova campanha iria começar, agora pelo impedimento da posse” (FERREIRA, 2019, p. 484).

Para garantir a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, um grupo de militares, liderados pelo então Ministro da Guerra, Henrique Teixeira Lott, executaram um movimento, caracterizado como contragolpe em favor da legalidade. Segundo Ferreira (2019), esse movimento, foi fundamental para derrubar o golpe tramado pela oposição, que pretendia, impedir a posse de Juscelino e Jango. Neste sentido, para garantir a legalidade das eleições e a posse dos candidatos, no dia 11 de novembro de 1955, o movimento contragolpe, ocupou pontos estratégicos do Rio de Janeiro, em uma ação para impedir a oposição de efetivar o golpe e dessa forma, garantir a posse dos eleitos.

conselho de ministros “a direção e a responsabilidade da política do governo, assim como da administração federal”. Dessa forma, Goulart pôde tomar posse na presidência do país no dia 07 de setembro do mesmo ano, no dia seguinte Tancredo Neves foi empossado como primeiro-ministro do governo parlamentar. Entretanto, essa forma de governo não obteve êxito, chegando ao fim em 06 de janeiro de 1963, após o plebiscito que retornou o presidencialismo no Brasil.

⁴⁰ Para concorrer ao pleito eleitoral de 1955, o Partido Social Democrático - PSD lançou a candidatura de Juscelino Kubitschek para a presidência da república, o que desagradou a bancada da União Democrática Nacional - UDN que tinha proposto uma aliança entre os dois partidos. O PSD, no entanto, aliou-se ao PTB, que tinha João Goulart como candidato à vice-presidência. A aliança entre o PSD e PTB, desagradou intensamente a oposição, que tentou de todas as formas interromper o processo eleitoral e a consequente candidatura dos seus representantes.

⁴¹ Naquele período as eleições para presidente e vice-presidente não tinham vínculo, os candidatos ao pleito, concorriam separadamente, a exemplo, João Goulart, eleito duas vezes como vice-presidente, a primeira de Juscelino Kubitschek em 1955 e em seguida de Jânio Quadros em 1961. A partir da Emenda Constitucional nº 9, de 23 de julho de 1964, os candidatos a vice-presidentes passaram a ser eleitos juntamente com o presidente que se candidatar, formando uma chapa única, mas não necessariamente do mesmo partido. Sendo eleitos, permanecerão no cargo por um período de quatro anos.

De acordo com Lucília de Almeida Neves Delgado (2012, p. 178), ao assumir a presidência em 1961, Goulart atuou expressivamente para promover a democracia política e social no Brasil e principalmente na realização dos projetos das “reformas de base”, em especial a reforma agrária. Tal ação era considerada moderada por alguns segmentos dos movimentos sociais nacionalistas e reformistas, porém, provocou o descontentamento dos conservadores que se tornaram oposição à política adotada por Jango.

A partir de 1963, as ações dos opositores se intensificaram, principalmente com a crise política e militar que tomou conta do país. A começar pela “revolta dos militares diante do impedimento da posse dos oficiais eleitos no pleito eleitoral de 1962, que resultou em uma grave crise em Brasília. O “protesto” dos militares e a “pacífica” tentativa do presidente para tranquilizar o país, afirmando que o governo iria “manter a ordem” e “preservar as instituições”, serviu de “combustível para inflamar” os ânimos da crise. Assim, “[...] o episódio pode ser visto como um ponto de inflexão na formação da grande coalizão antigovernista, adensando a conspiração que desembocaria no golpe civil-militar.” (NAPOLITANO, 2014, p. 51).

Intensificando a crise política, a imprensa que foi “peça-chave” na desestabilização do governo, passou a veicular suas publicações dando um ultimato para a situação política do Brasil. Na ocasião, o discurso denunciando a “incompetência” de Jango no governo e o seu envolvimento com o “comunismo”, ganharam as páginas dos jornais de grande circulação no país. Segundo Flávia Biroli (2009, p. 277), a imprensa corroborou e divulgou o discurso a favor do golpe, argumentando que o “afastamento” de Goulart da presidência, “[...] restauraria a “ordem” e protegeria o país da demagogia, do sindicalismo, do comunismo, da subversão dos valores, de uma suposta ditadura de esquerda”.

Nesse sentido, Biroli (2009, p. 277), ainda argumenta que a pretensão de muitos jornais⁴² ao participarem das tramas para a deposição de Goulart, tinha a expectativa de “[...] um retorno próximo a eleições que, expurgado o campo político, levariam ao poder seus candidatos”. Dessa maneira, parte dos jornais de grande circulação veiculavam notícias direcionadas para promover a desestabilização do governo, como exemplo a notícia intitulada “BASTA”, veiculada pelo *Jornal do Brasil*, no dia 13 de setembro de 1963, que estampava em seu noticiário o que se tornou uma declaração de posicionamento de parte da imprensa nacional contra o sistema de governo adotado por João Goulart, apresentando também claros

⁴² Neste sentido ao utilizarmos a palavra “jornais”, estamos nos referindo a todos aqueles ligados as produções jornalísticas e, que apresentavam opiniões concordantes com a deposição de João Goulart da presidência do Brasil.

indícios das articulações tramadas para a culminância, meses após a publicação, do Golpe de 31 de março de 1964.

Antes que cheguemos à Revolução, digamos um BASTA! Digamos enquanto existem organizadas, coesas e disciplinadas Forças Armadas brasileiras e democráticas, para sustentar pela presença de suas armas o próprio BASTA! Chegou o momento – e agora mais do que antes com a revolta dos sargentos... – de pôr termo no seio do próprio governo à existência de duas políticas: uma legal, sem eficiência e resultado administrativo democrático, e o outro ilegal, visivelmente subversiva, montada nesse apêndice ilegal do governo, chamado Comando Geral dos Trabalhadores – CGT [...]. Registramos o óbito da falsa política de conciliação de classes por sortilégios e bruxarias do presidente da República [...] a paciência nacional tem limites. Ela saberá preservar sempre, nos momentos oportunos e pelos meios constitucionais a Ordem. A bandeira da legalidade hoje, se confunde com a bandeira da Ordem. Com nenhuma outra, fique isso bem claro. Os que estão se solidarizando hoje com os sublevados em Brasília estão do outro lado da barricada (*Jornal do Brasil*, 1993, p. 6 *apud* NAPOLITANO, 2014, p. 50-51).

A publicação do *Jornal do Brasil* fazendo alusão à revolta dos sargentos e a afirmação da intenção e poderio das Forças Armadas brasileiras, foram a demonstração de que parte da imprensa estava favorável e participando diretamente na conspiração contra o governo de Goulart.

Nessa ótica, as publicações da grande imprensa ganhavam projeções ainda maiores, por serem republicadas nos jornais de circulação nas cidades interioranas do país, a exemplo, o jornal *Correio Cacerense*, cujas publicações eram veiculadas no município de Cáceres, Mato Grosso. O periódico replicava notícias de âmbito nacional e internacional, além de dividir suas páginas com as publicações de interesse local. Assim, as informações noticiadas sobre a cidade abarcavam as questões políticas, econômicas e sociais, que geralmente estavam em consonância com as publicações da grande imprensa e com o discurso oficial (produzido pelos militares), sobretudo nos anos de maior autoritarismo do governo.

Dessa maneira, grande parte da imprensa brasileira se tornou fundamental na articulação para a realização do golpe e, para a propagação do discurso afirmando que o Brasil caminhava para o comunismo e subversão, argumentos utilizados como “justificativa” para o golpe de 31 março de 1964, conforme argumenta Napolitano:

Tradicionalmente ligada à linha liberal-conservadora, a grande imprensa brasileira consolidou a leitura de que o país caminhava para o comunismo e a subversão começava no coração do poder, ou seja, a própria Presidência da República. A luta pelas “reformas”, na visão da imprensa liberal afinada com o discurso anticomunista da Guerra Fria, tinha se tornado a desculpa para subverter a ordem social, ameaçar a propriedade e a economia de mercado (NAPOLITANO, 2014, p.52).

Dessa forma, a imprensa participou da articulação do golpe que depôs João Goulart da presidência. Sendo assim, os opositores do governo de Jango poderiam se sentir “[...] amparados pela opinião pública ou, ao menos, pela ‘opinião publicada’” (NAPOLITANO, 2014, p. 53), mesmo esta não condizendo com a realidade do período. Nesse sentido, Maria Helena Rolin Capelato (1988, p.22) afirma que na “[...] construção do fato jornalístico interferem não apenas elementos subjetivos de quem o produz, mas também os interesses aos quais o jornal está vinculado”. Com isso, os representantes da imprensa ligados à linha liberal-conservadora, também nutriam a intenção de promover a desestabilização do governo e para isso noticiavam informações condizentes com os seus interesses.

O discurso produzido pela imprensa e intensificado por algumas instituições como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES, a Escola Superior de Guerra - ESG, o Movimento Anticomunista - MAC, dentre outros, que tinham o objetivo de “[...] convencer a sociedade brasileira de que ela estava em vias de perder valores como a liberdade e democracia, pois Goulart tinha o objetivo precípuo de comunizar o país” (FERREIRA; GOMES, 2014, p.95). Essas instituições conclamavam o povo a lutar em defesa da democracia e dos ideais de Segurança Nacional.

Outro fator que contribuiu para o agravamento da crise política e econômica em que o país se encontrava, estava relacionado à ação moderadora e em certos aspectos contraditórias, apresentadas por João Goulart. A postura “apaziguadora” do presidente diante de alguns acontecimentos desagradou os seus apoiadores, sobretudo a esquerda que pretendia mudanças profundas na área social, no campo e na cidade através das “Reformas de Base”, em especial a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), que passaram a realizar greves constantes, em prol de melhorias.

Seguindo a linha anticomunista e antigovernista, outro elemento que contribuiu diretamente na campanha de desestabilização do governo de João Goulart foi a atuação dos Estados Unidos juntamente com a direita conservadora, na elaboração e efetivação do Golpe Militar de 1964. Sob o contexto da Guerra Fria e o combate ao comunismo internacional, o país norte-americano, se empenhou em manter o controle político no Brasil, tentando impedir a influência da esquerda no governo e principalmente qualquer aproximação com o comunismo, pois era “[...] inadmissível para os Estados Unidos a hipótese de estabelecimento de um regime com qualquer pretensão esquerdista justamente no maior país da América do Sul, algo que ampliaria a órbita de influência comunista.” (FICO, 2008, p.97).

Nessa linha, Toledo (1997) e Gonçalves (2012, p. 40) argumentam sobre a influência exercida pelo embaixador norte-americano, Lincoln Gordon, no governo brasileiro. Segundo a

autora, Gordon tinha livre acesso ao Palácio do Planalto onde participava ativamente de reuniões com políticos e militares brasileiros, apresentava críticas aos projetos do governo e participava diretamente com “aconselhamentos” na escolha de ministros, impedindo que estes fossem esquerdistas. Sendo assim, Napolitano enfatiza que:

O esforço do embaixador Lincoln Gordon era mapear quem era quem na barafunda de conspiradores de plantão que buscavam seu apoio, e os norte-americanos puderam traçar um quadro mais claro dos acontecimentos e de quem deveriam apoiar. O problema para os EUA não era falta de conspiradores, mas seu excesso. Era preciso separar aventureiros, oportunistas e hesitantes das lideranças mais confiáveis e efetivas (NAPOLITANO, 2014, p. 69).

Tentava-se, dessa forma, identificar os conspiradores mais confiáveis, que pudessem fazer frente ao “movimento” anticomunista no governo brasileiro. É necessário salientar que os Estados Unidos usaram de várias estratégias para impedir o avanço do comunismo no país. Carlos Fico (2008) destaca a criação do Programa “Aliança para o Progresso” pelo governo norte-americano em 13 de março de 1961, que pretendia, numa parceria de mão dupla, “contribuir” para a melhoria da qualidade de vida da população da América Latina.

No caso do Brasil, representantes do governo norte-americano realizaram visitas ao país com a finalidade de conhecer o mapa da pobreza brasileira, cujos bolsões se localizavam especialmente no Nordeste brasileiro. Oportunamente, visitaram a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) na gestão de Celso Furtado, o então responsável pelo projeto que tinha como objetivo a recuperação sócio-econômica do Nordeste brasileiro.

Nessa visita ao Nordeste, a atenção dos Estados Unidos foi direcionada às Ligas Camponesas, pois havia a preocupação de uma suposta ligação destas com o comunismo internacional e que segundo o governo norte-americano, poderia haver “infiltrados” nos movimentos dos trabalhadores rurais do Brasil. Para Carlos Fico (2008), o programa tinha como proposta oferecer ajuda financeira e consequentemente proporcionar melhores condições de vida à população mais pobre, porém, apresentava fortes evidências ideológicas que, conforme o autor tinha indícios de que pelas ações do Programa Aliança para o Progresso, o objetivo central era combater ao comunismo.

No entanto, as evidências referentes à preocupação ideológica e à intervenção dos Estados Unidos na política do Brasil não se concentravam apenas nas ações do “Aliança para o Progresso”. Outra estratégia que demonstrou a interferência norte-americana nas tramas do golpe foi à operação Brother Sam, que consistia no envio de uma força-tarefa naval às costas marítimas brasileiras. Essa ação demonstra a relativa importância do Brasil para o governo

estadunidense, que para exercer plenamente o seu poderio mundo afora deveriam manter o controle incontestável no território latino-americano.

Para demonstrar o seu apoio às ações antigovernistas, especificamente as militares, no dia 31 de março de 1964, o Departamento de Estado dos Estados Unidos, aprovou e a

Movimentação da força-tarefa naval foi autorizada no dia 31. Ela consistia de um porta-aviões, um porta-helicópteros, um posto de comando aerotransportado, seis contratorpedeiros (dois equipados com mísseis teleguiados) carregados com cerca de 100 toneladas de armas (inclusive um tipo de gás lacrimogêneo para controle de multidões chamado *CS Agen*) e quatro navios-petroleiros que traziam combustível (FICO, 2008, p.99).

Fico (2008) ressalta que apesar dos Estados Unidos disponibilizarem todo esse “aparato de guerra” a favor dos “golpistas”, o apoio militar através da operação Brother Sam, na execução do Golpe, só seria executado caso houvesse evidências da intervenção de Cuba ou da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A operação não chegou a ser iniciada, pois não houve ação alguma, fosse cubana ou soviética em apoio aos “revolucionários” e apoiadores de Jango. É importante ressaltar, segundo o autor, que apesar da participação dos Estados Unidos nas articulações tramadas para a destituição do presidente brasileiro, seria incorreto afirmar que o golpe “nasceu” em Washington, pois esta afirmação desconsidera os fatores e as articulações internas do Brasil.

Conforme analisa Carlos Fico (2008), entre os fatores internos que destinaram ao golpe estão os grupos conservadores que temiam o “fantasma” do comunismo e viam na aproximação de Jango com os movimentos sindicais e os projetos para as reformas de base, sinais cada vez mais claros de que o país estava caminhando para o socialismo. Sendo assim, essas concepções significavam a “ameaça comunista” que deveria ser combatida não só pela direita conservadora, mas também pela sociedade “tradicional”, sendo representada, principalmente, nas “Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade”. Essa manifestação nos espaços públicos, de natureza conservadora, se espalhou por todo o país sendo uma das mais expressivas realizadas em São Paulo no dia 19 de março, com cerca de 500 mil pessoas.

As manifestações contrárias ao governo de João Goulart e que em conjunto levaram à queda do presidente, apontam evidências de que o golpe não foi uma ação isolada dos militares brasileiros. As enérgicas participações de vários setores da “sociedade civil” teriam contribuído para o desdobramento que resultou no acontecimento dia 31 de março de 1964.

Nessa esteira, Gonçalves (2012), ao parafrasear Wasserman (2004), afirma que a visão desse acontecimento não foi concebida de forma homogênea dentro das Forças Armadas. Segundo a pesquisadora, alguns militares consideravam inadmissível a quebra da disciplina e

da hierarquia, cometidas por Goulart na resolução de alguns episódios ocorridos em seu governo. Os eventos que teriam despertado a atenção dos oficiais para ação de Jango foram a Revolta dos Sargentos em 1963, a greve dos marinheiros e fuzileiros navais ocorrida em março de 1964, e o discurso de João Goulart na palestra ministrada para os sargentos no Automóvel Clube do Rio de Janeiro em 30 de março de 1964.

Os eventos acima inflamaram os ânimos dos militares que exigiam medidas drásticas contra o presidente. No entanto, mesmo a um “passo do golpe”, no dia 31 de março, alguns generais do Exército ainda estavam dispostos a apoiar a permanência de Jango na Presidência da República. Estes foram chamados de militares constitucionalistas.

Ainda no dia 31 de março, o presidente perdeu o apoio de um importante aliado militar, o general Amaury Kruel, que na ocasião deixou claro que “[...] apoiaria o governo se Jango afastasse os “comunistas”, o que equivalia a reprimir os movimentos sociais e se afastar dos sindicatos, sobretudo o CGT” (NAPOLITANO, 2014, p. 74). Goulart recusou a proposta do oficial, pois essa ação resultaria em um “suicídio político”.

Na madrugada do mesmo dia, sem conter o ímpeto para a realização do golpe, o general Olímpio Mourão, após ouvir o discurso de Jango no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, sairia de Minas Gerais para “[...] salvar o país do comunismo” (NAPOLITANO, 2014, p. 72). Como noticiou o Jornal do Brasil:

A tropa do Exército sediada em Minas e a Polícia Militar mineira rebelaram-se ao amanhecer de ontem contra o Governo Federal, ocupando o Estado, bloqueando fronteiras e ganhando a adesão do II Exército, com o lançamento, em São Paulo, de um manifesto do general Amaury Kruel, anunciando que suas tropas iam se fixar “numa posição de extrema responsabilidade para salvar a Pátria da infiltração comunista que se observa no governo”. A Cadeia da Liberdade, formada por todas as estações de rádio de Minas e São Paulo, informou esta madrugada que as tropas do II Exército estavam prontas para marchar sobre o Rio de Janeiro (Jornal do Brasil, Ano LXXIII, n.76, 01 abr. 1964).

Neste cenário de “guerra”, com as articulações políticas limitadas e o adensamento da crise que se tornou golpe de Estado, na manhã seguinte Goulart rumaria para Brasília, e posteriormente para o exílio no Uruguai. No dia 2 de abril contrariando a Constituição, “[...] as forças conservadoras do Congresso Nacional declararam a “vacância” da presidência da República, sem discussão no plenário. Com o presidente ainda em território nacional” (NAPOLITANO, 2014, p. 74). Tal ação possibilitou a posse do presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, na presidência do país.

Nesse mesmo dia, no Rio de Janeiro, uma das versões da “Marcha da família, com Deus, pela Liberdade”, que teria sido convocada antes da efetivação do golpe, foi realizada.

Uma multidão se aglomerou nas proximidades da igreja da Candelária. O que seria um protesto contra o governo de Goulart acabou se tornando o movimento que ficou conhecido como “Marcha da Vitória”, visto que a sua realização foi posterior à deposição de João Goulart. A convocação para o ato ganhou grande repercussão na imprensa, conforme relata Fico (2014, p. 79):

Os jornais publicaram anúncios que diziam: “em nome de sua fé religiosa compareça e traga a sua família”. Folhetos vinham sendo distribuídos afirmando que o movimento estava “destinado a reafirmar os sentimentos do povo brasileiro, sua fidelidade aos ideais democráticos e seu propósito de prestigiar o regime, a Constituição e o Congresso, manifestando total repúdio ao comunismo ateu e antinacional”. Antes do início da marcha, hinos foram entoados e os sinos da Candelária badalaram. À frente da marcha, vinham 20 membros do Regime de Cavalaria da Polícia Militar. A manifestação foi transmitida ao vivo pela Rádio Nacional, a partir de um automóvel, em cadeia com a Agência Nacional. Seu locutor garantia: “A Rádio Nacional é do governo e o governo agora é democrata”.

As evidentes campanhas anticomunistas e contrárias ao governo de Goulart foram intensificadas com os movimentos sociais, liderados por grupos de mulheres de vários lugares do país, ligados a “Campanha da Mulher pela Democracia” (CAMDE), “Liga da Mulher Democrática” (LIMDE) de Minas Gerais, e também a “União Cívica Feminina” (UFC) de São Paulo, que tinham como “base de sustentação” o apoio do empresariado brasileiro. Dessa forma, a realização das marchas, além de fortalecer a campanha contra o “perigo do comunismo”, também ressaltava o sentimento de insatisfação da classe média. Fico (2014, p. 81) ainda destaca que “[...] durante algum tempo, as marchas foram lembradas pelos militares como justificativa e base da legalidade do golpe de 1964”, sendo este, a realização do que as mulheres pregavam tanto nos espaços privados como nas ruas contra o comunismo.

Segundo Napolitano (2014), ainda no mês de abril, as articulações palacianas começaram a acontecer para construir e legitimar o novo governo, pelo menos é o que pensavam os conservadores. Entretanto, nesse mesmo tempo, o Comando Supremo da Revolução, “encabeçado” pelo general Artur da Costa e Silva que se autoneou comandante do Exército Nacional, juntamente com os partidos políticos que o apoiaram, ainda que veladamente, tentasse se afirmar como efetivo poder. Entre as articulações tramadas para o golpe, o nome do general Humberto Castelo Branco foi indicado para ser o novo presidente do Brasil, sendo um dos articuladores do golpe, era o candidato preferido do oficialato. Dessa forma, os militares procuravam, “[...] legalizar, mais do que legitimar, o seu mandato para que o golpe de Estado ganhasse honras de salvação nacional e respeito às instituições” (NAPOLITANO, 2014, p. 75).

Os dias que seguiram ao golpe foram marcados por vários acontecimentos que deram indícios do que aconteceria nos anos seguintes. As manifestações contrárias ao evento do dia 31 resultaram em uma série de apreensões e prisões.

Lideranças de entidades dos movimentos sociais como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), as Ligas Camponesas, a Ação Popular (AP) e diversos sindicatos foram presas. A sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro, foi invadida por tropas e incendiada já no dia do golpe. A Universidade de São Paulo (USP) foi tomada por militares; a de Minas Gerais, submetida a intervenção; a de Brasília sofreu severa interferência em seu programa. Diversos detidos foram conduzidos a locais como o Estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, ou navios da Marinha, que se tornaram prisões improvisadas como o *Custódio de Mello* e o *Raul Soares* (D'ARAUJO; JOFFILY, 2019, p.21).

As ações arbitrárias, executadas na tentativa de conter as manifestações contrárias ao golpe, se intensificaram em curto período de tempo. Para isso, antes da posse do general Castelo Branco, a junta militar que assumiu o comando do poder Executivo no Brasil, em abril de 1964, mediante o “Comando Supremo da Revolução”, pretendia promover a “limpeza da sociedade” brasileira. Dessa forma, houve a edição do primeiro Ato Institucional- AI,⁴³ o qual possibilitou a realização de perseguições, prisões, cassações de mandatos parlamentares, suspensões de direitos políticos e transferências de militares para a reserva. Conforme D'Araujo e Joffily (2019, p. 22), “[...] o ato inaugural de legalização da nova ordem, o Ato Institucional (AI), justificado pelos militares como uma tradução do ‘interesse e a vontade da Nação’”, ampliou os poderes do Estado e iniciou uma série de 17 Atos expedidos durante a ditadura. Segundo as autoras, o novo governo manteve, inicialmente, em vigor a Constituição de 1946 e também o Congresso Nacional, porém ambos tiveram seus poderes limitados pelo Ato Institucional.

Segundo Bueno (2014), os Atos Institucionais, outorgados durante a ditadura, foram a “materialização” da Doutrina de Segurança Nacional (DSN),⁴⁴ a qual fixava um padrão para o estabelecimento da relação entre o Estado e a sociedade civil no Brasil. Segundo o autor, no intuito de legalizar os Atos e institucionalizá-los, foi realizada uma “revisão” na Constituição em 1967. A partir de então, o conceito de Segurança Nacional, que já constava na Constituição de 1946 e dizia respeito às ameaças externas no contexto da Ditadura Civil-Militar, foi inserido o sentido da ameaça interna, colocando todos os cidadãos na condição de

⁴³ Ação designativa dos presidentes gerais durante a vigência do regime militar. Ao todo, foram 17 Atos Institucionais editados e publicados, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional.

⁴⁴ Citando Giannassi (2011), Bueno (2014) ressalta que a Doutrina de Segurança Nacional foi concebida pelos Estados Unidos da América, tendo como pressupostos o desenvolvimento econômico e a geopolítica. No Brasil, a Doutrina de Segurança Nacional foi gestada pelo alto oficialato da Escola Superior de Guerra, sendo esta vinculada ao então Estado Maior das Forças Armadas.

“informantes do regime”. Dessa forma, os anos que seguiram ao golpe militar de 1964 foram alicerçados pela Doutrina de Segurança Nacional.

Segundo José Murilo de Carvalho (2012), essas ações arbitrárias executadas pelos militares, juntamente com a posse do general Humberto de Alencar Castelo Branco na presidência do país (abril de 1964), inauguram a primeira fase da Ditadura Civil-Militar no Brasil. Para o autor, esse período de exceção pode ser dividido em três fases: a primeira delas corresponde aos anos de 1964-1968, iniciando no governo do general Castelo Branco até o primeiro ano do general Costa e Silva na presidência do país. Carvalho ainda ressalta que nesse período inicia as intensas atividades repressivas, seguidas de sinais de abrandamento.

A segunda fase corresponde aos anos de 1968, correspondente à publicação do Ato Institucional número 5 (AI-5), até 1974, quando inicia a “abertura política” do general Ernesto Geisel. Do ponto de vista dos direitos políticos e civis, foram considerados os anos mais “sombrios da história do Brasil”; por outro lado, esse mesmo período também foi marcado pelo intenso desenvolvimento econômico.

A posse do general Ernesto Geisel em 1974 inaugura a terceira fase desse período, que se estende até 1985, com a realização das eleições indiretas para presidente do país. Segundo Carvalho (2012, p. 158), no governo, o general Ernesto Geisel inicia uma tentativa de “[...] liberalizar o sistema, contra a forte oposição dos órgãos de repressão”.

Nesse sentido, nos atemos às últimas fases apontadas por Carvalho (2012), especialmente aos anos que compreende a vigência do AI-5 (1968-1978). Segundo o autor, esse período foi marcado por profundas mudanças e transformações na vida política, social e cultural dos brasileiros. As ações e medidas adotadas pelo Estado autoritário restringiram direitos constitucionais da população, sobretudo os de natureza política, dando início a um tempo de intenso autoritarismo. Também houve intervenções no poder judiciário, uma vez que os casos considerados como “crimes políticos”, enquadrados na Lei de Segurança Nacional, foram todos julgados pelos Tribunais Militares.

Essas ações opressivas executadas pelo governo de exceção estavam “respaldadas”, pelos poderes conferidos aos presidentes referendados nos mecanismos autoritários. Dentre estes, a edição e vigência do AI-5 (13 de dezembro de 1968), demarcou os autoritarismos dos militares. Para Rodrigo Patto Sá Motta (2018, p. 202):

O Ato Institucional nº 5 conferia ao presidente da República poderes praticamente ilimitados. Embora o primeiro artigo afiançasse a manutenção da Constituição de 1967, nos artigos seguintes ficava evidente que a Carta passava a submeter-se à vontade do Poder Executivo. O presidente poderia fechar as casas parlamentares, cassar mandatos e direitos políticos dos cidadãos, confiscar bens acumulados no exercício de cargos públicos, censurar

a imprensa e decretar estado de sítio. Além disso, ficava suspensa a garantia de *habeas corpus* para crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. Para retomar o expurgo do serviço público iniciado em 1964, mais uma vez foi decretada a suspensão das garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade. O governo poderia demitir, remover ou aposentar qualquer servidor público, sem necessidade de processo ou inquérito regular.

Os poderes concedidos ao presidente da República pelo AI-5 permitiram ações arbitrárias de efeito duradouro e destrutivo da cidadania plena. Por este motivo, segundo Motta (2018, p. 202), o Ato dava poderes de exceção ao presidente, o que despertou forte embate com os aliados do regime de governo, pois muitos “[...] preferiam um regime autoritário moderado, compatível com algumas instituições liberais”.

Ainda na vigência do AI-5, o governo autoritário, utilizou de mecanismos cada vez mais cruéis, para respaldar e garantir “severa repressão”, para aqueles que se colocaram como oposição política ao governo. Com isso, em 05 de setembro de 1969, foi editado o Ato Institucional n. 14, estabelecendo uma alteração no art. 150, parágrafo 11 da Constituição Federal de 1967, incluindo a execução por pena de morte no Brasil. Para tal, foi realizada a seguinte ponderação:

CONSIDERANDO que atos de guerra psicológica adversa e de guerra revolucionária ou subversiva, que atualmente perturbam a vida do País e o mantém em clima de intranquilidade e agitação devem merecer mais severa repressão;

[...]

CONSIDERANDO que aqueles atos atingem, mais profundamente, a segurança nacional, pela qual respondem todas as pessoas naturais e jurídicas, devendo ser preservada para o bem-estar do povo e desenvolvimento pacífico das atividades do País, resolvem editar o seguinte Ato Institucional.

Art. 1º - O § 11 do art. 150 da Constituição do Brasil passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 150 -

§ 11 - Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento, ou confisco, salvo nos casos de guerra externa psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva nos termos que a lei determinar. Esta disporá também, sobre o perdimento de bens por danos causados ao Erário, ou no caso de enriquecimento ilícito no exercício de cargo, função ou emprego na Administração Pública, Direta ou Indireta."⁴⁵

As considerações utilizadas pelo governo para a “alterar”⁴⁶o texto da Constituição remetem o caráter repressivo e parcial da política exercida pelos militares, que tentavam de

⁴⁵Disponível em: www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-14-69.htm. Acesso em: 06 de abr. de 2021.

⁴⁶Na Constituição de 1946 a pena de morte era proibida, salvo sob casos específicos em tempos de guerra, onde houvesse crime contra a nação. Com a edição do Ato Institucional n. 14, o governo militar realizou uma ressalva no art. 150, o qual acrescentou: “salvo nos casos de guerra externa psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva nos termos que a lei determinar”. Com tal ressalva, a execução por pena de morte se tornou possível

todas as formas dar legalidade para suas ações, a exemplo, o AI- 14 que previa, através das considerações acima destacadas, a execução dos condenados por cometer crime contra a segurança nacional, aqueles denominados pelos governos dos generais de “subversivos” e “comunistas”.

Em se tratando da execução por pena de morte, fato que repercutiu nos meios de comunicações do país. Na cidade de Cáceres, Mato Grosso, *locus* desta pesquisa, o Jornal local *Correio Cacerense*⁴⁷, noticiou sobre a edição do AI-14 em primeira página. Na publicação, reproduzida a partir do jornal *Correio do Estado* (Rio de Janeiro), foi veiculada uma explicação referente ao funcionamento da pena de morte no Brasil e em quais circunstâncias seria aplicada. Em edição posterior, o jornal local, apresentou uma breve “pesquisa”, divulgada na Coluna Social, na qual, algumas leitoras apresentaram o seu ponto de vista em relação ao tema. Dilma Correia da Costa, ao expressar sua opinião enfatizou:

Acho que foi uma maneira acertada do Governo atual, para pôr fim à anarquia, desordens que os maus brasileiros estão levando a efeito, com assaltos a bancos, sequestros de embaixadores de país amigo, terroristas etc.... ‘Tirando a tranquilidade da família brasileira’ (Jornal *Correio Cacerense*, Ano I, n. 78, 25 set. 1969, p.4).

A opinião emitida pela leitora apresenta argumentos que estão em consonância com o ideário da Segurança Nacional utilizados pelos militares para “combater” os inimigos externos e principalmente os internos, aqui representados pelos “maus brasileiros”. A classificação de “bons” e “maus” cidadãos foi constantemente explorada durante a ditadura, principalmente quando emergiu a figura do subversivo⁴⁸. Segundo Julia Letícia Camargo Barbosa (2012, p. 33), no campo político a definição para subversivo está relacionada à “[...] delimitação do que está fora dos modelos políticos, morais, comportamentais e culturais desejados dentro de determinadas esferas de poder”. Dessa forma, o processo de definição entre “bons” e “maus” revelam o ideário da instituição que detém o papel de rotulação dos indivíduos. Sendo assim, a autora ressalta que:

no Brasil. Vale ressaltar que durante a Ditadura Civil-Militar, foram realizados três tribunais de pena de morte, sendo eles: o de Theodomiro Romeiro dos Santos, em março de 1971; no mês de novembro do mesmo ano foram condenados Ariston de Oliveira Lucena e Diógenes Sobrosa de Souza. Entretanto, os acusados tiveram a pena revertida para prisão perpétua e posteriormente anistiados.

⁴⁷ Neste período, parte das notícias veiculadas pelo jornal *Correio Cacerense*, eram reproduzidas dos jornais de circulação nacional.

⁴⁸Para as discussões acerca do conceito de subversivo, ver: BARBOSA, Júlia Letícia Camargo. Conhecendo o inimigo: criminalidade política e subversão, o DOPS mineiro na ditadura militar (1964-1973). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Sociais, Política e Jurídicas, Universidade Federal de São João Del Rei, Minas Gerais, 2012. Disponível em: www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/file/pghis/DissertacaoJuliaLeticiaBarbosa.pdf.

Os subversivos ou desviantes no regime militar, não eram somente pobres e marginalizados da sociedade como ocorreu na colônia ou no império, mas observa-se a introdução de novos componentes oriundos da classe média como estudantes universitários, intelectuais, artistas, além de religiosos e trabalhadores de todos os tipos, há aí um alargamento do conceito de subversão que passa a ter uma conotação muito mais ampla englobando toda a oposição. O subversivo seria aquele que ameaçasse as instituições e o ordenamento social, independente de sua origem social (BARBOSA, 2012, p. 39).

Nesse sentido, a concepção de “bons” e “maus” sujeitos foram aspectos explorados pelos militares durante a ditadura, principalmente, como justificativa para suas ações repressivas e autoritárias contra aqueles que ameaçavam a “tranquilidade da família brasileira”, como destacou Dilma Correia da Costa. Sendo assim, Barbosa (2012, p. 39) enfatiza que o Estado, passa a assumir o papel de “protetor” da sociedade, “[...] assegurando a ordem nas ruas e executando a segurança pública”.

Na cidade de Cáceres, a presença militar era e ainda é efetiva e constante nos diversos âmbitos da sociedade, devido à existência do 2º Batalhão de Fronteiras⁴⁹, o qual exercia uma relação de proximidade com os munícipes. Neste sentido, Maria de Lourdes Costa Martins⁵⁰, ao opinar sobre a pena de morte, demonstra aspectos que remetem (ou não) à “confiança” nas ações promovidas pelo governo, ao enfatizar: “o governo sabe o que faz” (*Jornal Correio Cacerense*, Ano I, n. 78, 25 set. 1969, p.1). Entretanto, tal apontamento, também apresenta indícios do não envolvimento da leitora com as questões políticas do período, pois, o seu marido, Ernani Martins, estava à frente da administração pública municipal. Nesse período, Cáceres foi um dos municípios selecionados como território de interesse da Segurança Nacional pela Lei Federal nº 5.449 de 04 de junho de 1969⁵¹, que previa a nomeação dos prefeitos e estes deveriam ser alinhados com o regime vigente - pelo governador do Estado. Por este motivo, é provável que a leitora tenha evitado emitir opiniões detalhadas sobre o assunto abordado na pesquisa realizada pelo jornal.

Maria da Conceição Dias Rondon, ao emitir sua opinião sobre a pena de morte, considera uma ação excessiva do governo, e enfatiza:

⁴⁹ A presença e a influência do 2º Batalhão de Fronteiras no município de Cáceres serão abordadas posteriormente neste capítulo.

⁵⁰ Maria de Lourdes Costa Martins é viúva do ex-prefeito da cidade de Cáceres Ernani Martins. Sendo este, gestor do município entre os anos de 1966 – 1970, e indicado para o cargo novamente em 1975 – 1980. Na ocasião da “pesquisa” realizada pelo jornal *Correio Cacerense* em setembro de 1969, Ernani Martins estava à frente da administração pública municipal.

⁵¹ A referida Lei Federal e sua influência no município de Cáceres, serão abordadas posteriormente neste capítulo.

Acho uma medida muito severa, apoiar-se de certa maneira, apesar de acreditar que não será realizada e será transformada em prisão perpétua pelo fato do brasileiro ser muito sentimental. (Jornal *Correio Cacerense*, Ano I, n. 78, 25 set. 1969, p.1).

Mesmo atribuindo um caráter severo à execução por pena de morte, a leitora não considera a efetivação desta e remete ao “abrandamento” da punição recorrendo ao sentimentalismo do povo brasileiro.

Em se tratando da severidade da pena de morte no Brasil, Eliana Rondon Pinto de Arruda tem a seguinte opinião: “Acho que é uma medida drástica e antipática...porém, necessária para a garantia da tranquilidade do povo brasileiro” (Jornal *Correio Cacerense*, Ano I, n. 78, 25 set. 1969, p.1). Entretanto a leitora apresenta uma dualidade em sua opinião, pois por um lado considera o caráter excessivo para a ação do governo em punir aqueles considerados “inimigos” do país; por outro, entende que a medida é necessária para garantir a “segurança” da população. Nesse sentido a “tranquilidade” seria mantida com a ausência daquilo/daquele que oferece “perigo” à sociedade, neste caso, os subversivos e comunistas.

Como forma de compreender o discurso sobre os “inimigos” do país, recorremos a Roger Chartier (1990), o qual ressalta que as representações do mundo social são construídas e como tal, são determinadas de acordo com os interesses de grupos específicos. Sendo assim, tais representações tendem a dar sentido de universalidade ao discurso, embora estes dependam do grupo que o produz e da posição em que está inserido. Com isso, o discurso presente na fala das leitoras, em relação à pena de morte e principalmente para os considerados “inimigos” do Estado, não são neutros, suas representações “[...] tendem a impor uma autoridade à custa de outros, [...] a legitimar um projeto reformador ou a justificar, as suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 1990, p. 17). Nesse quesito (pena de morte), as opiniões hesitam entre a vida e a morte dos “subversivos”, ao mesmo tempo em que conferem uma legitimidade política ao Estado autoritário. Assim, as lutas de representações adquirem importância no estudo da estruturação dos discursos e da construção do imaginário.

As ações governamentais de natureza repressivas não foram “aceitas” pacificamente. Ademais, entre os anos de 1967 e 1968, houve a intensificação dos movimentos de resistência aos autoritarismos dos militares, sobretudo o “[...] ativismo estudantil, a ação parlamentar, as greves operárias e o início da luta armada promovida pela esquerda radical” (CARVALHO, 2012, p. 13). Carvalho destaca que para “conter” os opositores, o Exército criou a agência de mais atuante de repressão na Ditadura: o Destacamento de Operações de Informações e

Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), que junto com os Estados tentavam “eliminar” os opositores do regime, especialmente, os “inimigos internos”.

Em contraposição ao período de intenso autoritarismo, entre os anos de 1968 e 1977, o país experimentou um período de expressivo crescimento da economia. Muitos segmentos da sociedade, principalmente a classe média, comemoraram e se beneficiaram com os índices de desenvolvimento do país. Segundo Carvalho (2012), a partir de 1968 a taxa de crescimento econômico subiu rapidamente, tendo maior expressão no ano de 1973, quando o Produto Interno Bruto (PIB) atingiu o número máximo de 13,6%, durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici. Para Cordeiro, de forma geral, tais indicadores da economia projetaram na sociedade a “confiança” de um futuro próspero para o país. Assim,

[...] o futuro parecia estar cada vez mais ao alcance das mãos. As vitórias na área do esporte; as estradas e pontes se multiplicando, integrando as diversas regiões do país; o país que agora também via e era visto pelo mundo inteiro a partir de um moderno sistema de comunicações. Tudo isso colaborava para o fortalecimento de uma imagem positiva do Brasil, criando uma atmosfera de entusiasmo, refletida nas campanhas publicitárias oficiais, as quais insistiam que “este é um país que vai pra frente” e que “ninguém segura este país” (CORDEIRO, 2009, p. 86).

As conquistas no esporte, os investimentos em obras públicas, dentre outras medidas para o crescimento econômico, resultaram na formação de uma imagem positiva do país, para boa parte dos brasileiros. Carvalho (2012) diz que esse clima de “contentamento” foi fortalecido quando a seleção brasileira de futebol conquistou o tricampeonato mundial no México, o que despertou na população a “exaltação patriótica”. Esse “sentimento”, segundo o autor, foi aproveitado pelos militares para aumentar a popularidade do governo e dessa forma tornar o autoritarismo dos militares “imperceptíveis”.

O crescimento econômico no Brasil também teve o seu lado negativo. Segundo José Murilo de Carvalho (2012), análises de especialistas apontaram que os bons índices na economia também proporcionaram a desigualdade social. Enquanto alguns setores da sociedade, sobretudo a classe média e empresariado, comemoravam os índices econômicos, os setores mais pobres do país ficavam às margens do sistema. Com isso, os anos de intenso crescimento econômico contrastaram com o auge da repressão política e a intensificação da desigualdade social.

2.2 – Ditadura Civil-Militar brasileira pelas páginas do jornal Correio Cacerense

Fora!

A Nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do governo. Chegou ao limite final a capacidade de tolerá-lo por mais tempo.

Não resta outra saída ao Sr. João Goulart que não a de entregar o governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: Saia! (Jornal *Correio da Manhã*, 01 abr. 1964, apud. FICO 2014, p. 55-56).

O editorial publicado pelo jornal *Correio da Manhã*, conclamando a deposição do presidente do Brasil, João Goulart, deixa evidente a contribuição da imprensa na desestabilização do governo e nos acontecimentos que se seguiram, em abril de 1964. Dias anteriores à execução do golpe, parte da imprensa nacional estampava na primeira página de suas publicações o descontentamento com o governo de Jango. Alguns jornais publicaram fortes repúdios ao presidente, com a justificativa de se tratar de um governo corrupto, incompetente e subversivo. Em consonância, a matéria intitulada “Fora”, representa um “ultimato” para Goulart, ao veicular a intenção das Forças Armadas, da direita conservadora e, também, dos setores empresariais que, “naquela altura” estavam “amedrontados” com as possíveis Reformas de Base.

Assim como em outros Estados, a imprensa de Mato Grosso também se demonstrou “temerosa” com os “rumos” da política no país e, principalmente, com a “ameaça” comunista. Em 24 de março de 1964, com a manchete **Derzi: “Jango perdeu a autoridade de falar em nome de todos os brasileiros”**, o jornal *O Estado de Mato Grosso*, anunciava a seguinte matéria:

Na condição de Deputado Federal, o Dr. Rachid Saldanha Derzi acompanha com acentuada vivência os acontecimentos verificados na área da política nacional, tendo afirmado que “o momento é um dos mais graves para a política brasileira e para a Democracia, não só pela ação desagregadora do Presidente da República, que desce de sua posição de Chefe de Estado e vai se confundir com agitadores profissionais, como foi o caso do comício do 13 de maio na Central do Brasil [...]

[...] Por estes fatos, o Sr. Presidente João Goulart já perdeu a autoridade de falar em nome de todos os brasileiros. Fala êle hoje em nome de uma minoria de agitadores nacionais e internacionais, que só têm um objetivo: comunizar esta pátria tão necessitada de paz e trabalho e patriotismo dos seus filhos. Esquece o Presidente João Goulart o lema Nacional de “Ordem e Progresso” e descamba para a anarquia, a agitação e a inquietação, trazendo sérios prejuízos para o desenvolvimento nacional (Jornal *O Estado de Mato Grosso*, Ano XXV, n. 4455, 24 mar.c1964, p.1, apud. GONÇALVES, 2012, p. 11).

A imprensa veiculou o discurso antigovernista, antirreformista e anticomunista, que ganhou amplitude nacional. As acusações e articulações contrárias ao governo, veiculadas pela mídia, projetaram na população uma imagem negativa e desacreditada, não só em relação aos planos e metas para o país, mas também na pessoa do presidente. Essas ações foram decisivas para que a classe média se engajasse nos movimentos a favor da queda de Goulart. Audálio Dantas (2014, p. 67) enfatiza que multidões foram às ruas, “[...] em marchas cada vez

mais concorridas. Dias depois da vitória do golpe, essas passeatas denominadas Marcha da Família com Deus pela liberdade, eram notícias nos jornais como Marcha da Vitória”.

Motta (2016), ressalta que ainda em 1963, grande parte da imprensa do país – com exceção do jornal *Última Hora*⁵², que se manteve “fiel ao trabalhismo e ao reformismo” - em especial no “eixo Rio-São Paulo”, apoiaram e participaram das tramas golpistas, contribuindo para configurar o apoio civil na justificativa do golpe de 1964. Sendo assim, a imprensa foi propagadora do discurso antirreformista, antigovernista e principalmente anticomunista. Conforme enfatiza Napolitano:

O discurso antigovernista e antirreformista conservador disseminado sistematicamente pela imprensa a partir do final de 1963, épico e jactante, serviu para encobrir velhos interesses de sempre, sobretudo dos grandes proprietários de terra que se sentiam ameaçados pelos projetos de reforma agrária, ou pelos interesses multinacionais os quais se sentiam ameaçados pelo nacionalismo econômico das esquerdas trabalhistas e comunistas (NAPOLITANO, 2014, p. 56).

Se por um lado, grande parte da imprensa festejou o golpe, por outro, com os militares no poder, experimentaria o “sabor” da censura. No cenário de autoritarismo e repressão implantado no país, a imprensa se viu afetada com as medidas autoritárias dos militares. Durante a ditadura, sobretudo a partir da edição do AI-5, a relação da mídia impressa com o governo passou a ser complexa e ambígua, como ressalta Motta:

A grande mídia apoiou os expurgos (em alguns casos chegou a exigí-los) e as ações autoritárias que considerava justas para combater a esquerda e garantir a manutenção da ordem social e econômica. Entretanto, ao mesmo tempo, não desejava que o autoritarismo implicasse limites à sua liberdade, por isso discordava da censura. Em sua maioria, os jornais perfilavam com a ala “liberal” dos apoiadores de 1964, setores que temperavam seu amor pela liberdade com notável transigência a intervenções autoritárias para defesa do *status quo* (MOTTA, 2016, p. 11).

Dessa forma, a imprensa que apoiou e participou da articulação do golpe de 1964, passou a “conviver” com a figura de um censor em suas oficinas, pois agentes públicos foram designados para as redações dos meios de comunicações para atuarem como censores. Assim, “[...] não há como deixar de lado o espectro da censura. Em vários momentos, a imprensa foi silenciada, ainda que por vezes sua própria voz tenha colaborado para criar as condições que levaram ao amordaçamento” (LUCA, 2008, p. 129). Com a liberdade de opinião limitada pela

⁵²Se por um lado, havia a grande imprensa que apoiou e participou das articulações que culminaram no golpe, por outro, estava a “imprensa alternativa” que defendia as Reformas de Bases propostas por João Goulart e condenava as ações dos militares, mesmo antes do acontecimento do 31 de março 1964. Motta (2016), destaca que o jornal *Última Hora*, foi um dos mais atuantes durante a ditadura.

censura, a imprensa passou a dar indícios de “discordância” com o governo. Conforme argumenta Motta:

Como os outros setores liberais e conservadores da sociedade brasileira, a grande imprensa preferiu os riscos da intervenção militar às ameaças de um processo de esquerdização com apoio no Estado, tendência que identificaram no governo deposto. Nos primeiros anos, pelo menos até o AI-5, esses diários reivindicaram a “revolução” como obra sua também, e reclamaram o direito de influenciar seus rumos. Eles aferraram-se ao argumento de que os “ideais” de 1964 estavam ancorados na defesa da liberdade, supostamente ameaçada por Goulart e aliados, e quando os novos governantes passaram a agredir a sua concepção de liberdade reclamaram o retorno aos princípios de “31 de março”, como se todos os atores de 1964 se identificassem com os mesmos valores. Era posição ambígua, um liberalismo pronto a fazer concessões ao autoritarismo. Entretanto, isso não significa que a ligação com os valores liberais fosse irrelevante ou apenas retórica, pois, como será mostrado, no momento da crise de 1968 quase todos divergiram da solução ditatorial (MOTTA, 2013, p.67).

Os dilemas vividos pela grande imprensa com a censura imposta pelo militarismo se dividiam entre o desejo de liberdade e a defesa da ordem, e entre o instável interesse pela autonomia e a dependência e os favores do Estado. Por isso, “[...] quando o regime militar adotou medidas para cercear a imprensa e agrediu os valores liberais tradicionais (opinião, manifestação, garantias individuais), a maioria dos veículos jornalísticos mostrou-se descontente” (MOTTA, 2013, p.67).

Marinalva Barbosa (2014) destaca que para os militares o “papel” da imprensa no cenário político, deveria ser o de orientar e informar a população, sobre as ações promovidas pelo governo, sobretudo, as direcionadas para o desenvolvimento do país, porém, tais informações deveriam estar tuteladas pelo Estado. Sendo assim, as publicações que fizessem alusão a oposição aos militares, deveriam ter sua veiculação impedida. A censura à imprensa inicialmente ficou a cargo das Forças Armadas, posteriormente passou a ser responsabilidade do Ministério da Justiça e por último, ficou aos cuidados da Polícia Federal. Barbosa, ressalta que grande parte da imprensa, por receio das represálias da parte do Estado e submeteram à “autocensura”, como destaca a autora:

Poucas foram as publicações que viveram períodos de censura prévia, sendo que a maioria foi submetida às práticas da autocensura, que ocorria em duas dimensões: ou o periódico (ou outro meio de comunicação) recebia ordens via bilhetinho e/ou telefonemas que indicavam o que poderia ou não ser publicado; ou os editores tentavam se antecipar à censura e procuraram interpretar o que poderia vir a ser censurado e já não editavam aquela informação (BARBOSA, 2014, p. 15).

Sendo assim, as publicações veiculadas pelos meios de comunicações, eram controladas pela censura e também, pelos mecanismos de autocensura, que impediam que as

informações referentes aos problemas sociais, autoritarismo, dentre outros entraves vivenciado pela sociedade, fossem divulgadas pela imprensa.

Fico (2019), destaca dois tipos específicos de censura à imprensa: o primeiro se remete à “censura prévia”, que trata da análise dos textos jornalísticos, realizada pelo Departamento de Polícia Federal - DPF, antes de suas publicações. Essa inspeção poderia ser realizada na própria redação do periódico ou na sede do DPF de sua respectiva cidade. O segundo tipo de censura, “[...] implicavam fiscalização sistemática e velada, no sentido de impedir a divulgação de notícias ou comentários contrários ao regime e às instituições” (FICO, 2019, p. 224). O autor ainda ressalta, que a censura também era exercida através das recomendações que implicavam nas técnicas jornalísticas. Sendo assim:

[...] em 1970, o ministro da justiça, proibiu que expressões como “fontes bem informadas” ou “fontes autorizadas” fossem utilizadas nas notícias. Do mesmo modo, não admitia manchetes escandalosas e recomendava que notícias de assaltos a bancos fossem resumidas e publicadas nas páginas internas. Crimes escabrosos e fotografias “obscenas ou deprimentes” preocupavam especialmente o ministro. Eventualmente, donos de jornais eram chamados a Brasília para ouvir admoestações (FICO, 2019, p. 226).

Com a edição do AI-5, a imprensa que, anteriormente, foi uma das articuladoras para a execução do golpe de 1964, passou a ser “acompanhada” pela presença constante do censor, que executava a censura em todos os âmbitos da produção jornalística. Nesse sentido, recorrendo a Araújo (2005), Livia Assad de Moraes (2014, p. 33), enfatiza que os militares “[...] defendiam que se a liberdade de imprensa era condição necessária para a democracia, para a democracia ‘aperfeiçoada’ seria fundamental uma imprensa ‘aperfeiçoada’ sob a tutela dos militares.”

No período em que a imprensa esteve sob forte censura, muitos jornalistas se colocaram na condição de resistência aos ideais dos militares. Todavia, muitos foram demitidos, perseguidos, presos e torturados, alguns até a morte, a exemplo do jornalista Vladimir Herzog,⁵³ vítima das ações autoritárias e opressoras do governo. Nesse cenário, a mídia se dividia, de um lado, a imprensa oficial, de outro a imprensa alternativa, que se colocou como oposição ao militarismo.

Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (2013, p. 235), ressaltam que a “imprensa alternativa”, sempre se colocou como oposição as tendências hegemônicas da imprensa

⁵³ O jornalista Vladimir Herzog, ao apresentar-se para prestar depoimento pelo suposto envolvimento com o Partido Comunista, foi preso no Departamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna – DOI-CODI. Torturado, Vladimir foi vítima de espancamentos, choques elétricos e afogamento. Os registros “oficiais” apontam que a causa da morte do jornalista foi por “suicídio”. Entretanto, investigações posteriores apontaram o espancamento como motivo para morte. Consultar: <https://vladimirherzog.org/biografia>

convencional brasileira, fato que sobressaiu a partir de 1964 quando o conceito “[...] de ‘alternativos’ ficou associado a uma posição antigovernista generalizada”. Segundo as autoras, com a edição do AI-5, os jornalistas ficaram insatisfeitos, pois foram privados de escrever o que queriam; além disso, tinham que adequar a produção de informações para atender aos interesses conservadores. Esses aspectos atribuídos à grande imprensa foram fundamentais para o crescimento dos “alternativos”. Como destaca as historiadoras:

“[...] massa de produtores insatisfeitos com suas condições de trabalho, meios técnicos em transformação, massa de leitores em potencial insatisfeitos com o que liam, foi o caldo de cultura favorável para a proliferação da imprensa alternativa, que pela primeira vez, recebeu esse nome, ao lado de outro, “imprensa nanica” dado pelo escritor João Antonio, numa alusão ao episódio bíblico de Davi e Golias (MARTINS; LUCA, p. 237)

Diante do exposto percebemos que “imprensa alternativa” teve ação importante na oposição ao militarismo, uma vez que, suas publicações iam na “contramão” da “grande imprensa”. Aurení Moraes Ribeiro (2011, p.20) afirma, que “a imprensa alternativa foi uma forma de resistência que muitos escritores e jornalistas encontraram para lutar contra a censura e a favor da liberdade de imprensa”.

Entretanto, mesmo sob pressão e censura, os jornais encontravam formas – implícitas ou explícitas - para expressar sua visão de mundo e seu discurso de poder. Mesmo que suas publicações fossem autorizadas pelos militares, no sentido de determinar o que seria ou não publicado, podem ser analisadas, segundo Michel De Certeau (2014, p. 184-185), como estratégia de resistência, em que os espaços de poder se movimentam, se cruzam, aliam ou confrontam.

Se no cenário de amplitude nacional a mídia impressa travava grandes embates, seja como apoiadora do golpe (posteriormente censurada), ou por ser resistente ao governo (mesmo com intervenções do censor), como essa relação funcionaria em um jornal do interior do país? Como as questões de proporções nacionais foram apresentadas neste jornal? Sua linha editorial seria um mero reproduzidor de temas publicados pelos jornais de grande circulação ou assumiria uma posição própria? De que forma o cenário local seria apresentado? Para pensarmos essas questões nos direcionamos para a cidade de Cáceres, Mato Grosso entre os anos de 1968-1978, especialmente na vigência do Ato Institucional Nº 5 (AI-5).

Entre os anos 60 e 70 do século XX, a imprensa no município de Cáceres era composta pelo jornal *Correio Cacerense* (1968), o *Jornal de Cáceres* (1976), *O Jornal* (1979). Para efeito desta pesquisa, optamos pelo *Correio Cacerense*, por ser o único meio de comunicação local com publicação ininterrupta durante a ditadura civil-militar.

O jornal *Correio Cacerense* foi fundado em 1968, pelo então médico veterinário José Wilson Campos⁵⁴, que também assumiu a direção do impresso até o ano de sua morte em 1976. Nesse mesmo ano a família decidiu vender a empresa para o comerciante Dércio Cruz, que permaneceu na direção do jornal por aproximadamente um ano. Em 1977 o veículo de comunicação foi vendido para o advogado Odilon Viegas Muniz e para o seu sócio, o capitão do Exército, Cláudio José de Carvalho, que permaneceu na sociedade até 1979, quando o empresário rural Aloísio Coelho de Barros⁵⁵, assumiu o seu lugar na sociedade da empresa, juntamente com Odilon Viegas até 1981. A partir desse ano, Aloísio assumiu inteiramente a propriedade do impresso até 1986.⁵⁶ Sendo assim, é importante destacar que o jornal *Correio Cacerense*, sempre teve como proprietários, “representantes” da elite local.

A composição do impresso incluía uma coluna de religiosidades católica, uma coluna social apresentando os eventos cotidianos ligados às elites políticas e econômicas da cidade.⁵⁷ Havia ainda um espaço denominado de “Mosaíco” com notícias variadas sobre saúde, educação, política, segurança pública, dentre outros.⁵⁸ O impresso também apresenta uma coluna esportiva, além de espaços destinados para as propagandas de empresas, anúncios e comunicados oficiais de instituições como a Prefeitura, Exército, Partidos Políticos etc.

Inicialmente o impresso tinha suas publicações veiculadas quinzenalmente. Com o tempo, passou a circular de 10 em 10 dias, posteriormente, circulou semanalmente. Na década de 1970, sua circulação passou a ser diária. As edições do *Correio Cacerense* variaram com tempo, a princípio foram compostas de quatro, depois seis e até oito páginas. Seus conteúdos se remetiam a um noticiário local, mas abrangia acontecimentos estaduais, nacionais e internacionais, ainda que de forma replicada.

Nos primeiros anos de circulação, o jornal *Correio Cacerense* realizava “enquetes” pedindo a opinião dos leitores sobre os assuntos abordados no impresso. Como “**Resposta ao leitor**” o Jornal disse o seguinte:

⁵⁴ Wilson Campos pertencia a uma das “famílias importantes” da cidade de Cáceres, seu cunhado, Antonio Carlos Souto Fontes foi prefeito do município entre os anos de 1986-1988, e posteriormente entre 1993-1996. Em setembro de 1976, Wilson Campos faleceu, deixando esposa e filha.

⁵⁵ Aloísio Coelho de Barros é pecuarista e proprietário de terras no município. Foi prefeito da cidade de Cáceres entre os anos de 1997-2000.

⁵⁶ Em 1986, Aloísio Coelho de Barros vendeu o Jornal *Correio Cacerense* para a empresária Ofélia Michelis, que permaneceu como proprietária do impresso até 2015 quando veio a falecer, assumindo a partir dessa data, sua filha Rosane Michelis. Atualmente o impresso ainda está em circulação, somando mais de meio século de existência.

⁵⁷ Em grande parte das publicações, a Coluna Social do jornal, divulgava presença de visitantes “ilustres” de outras cidades ou estados brasileiros, além de “anunciar” quando um morador (também ligado a elite local) viajava para outros locais do país.

⁵⁸ Nesse espaço, as publicações eram produzidas pelos colunistas do *Correio Cacerense* e, também reproduzidas de outros jornais ou agências de notícias, sendo elas estadual, nacional ou internacional.

Um missivista solicitou – “criar notícias e não copiá-las”. Caro leitor, isso não fazemos e nem pretendemos fazer. Nossa norma é noticiar o fato com absoluta imparcialidade ou transcrever, como outros jornais, matérias de fontes que mereçam credito. “Criar notícias” enquadra-se bem nos jornais da classe “C”, cujos diretores trazem muitos processos pelas costas e outras coisas mais.(Jornal *Correio Cacerense*, Ano II, n. 133, 16 abr. 1970, p.4).

Ao publicar a “resposta” ao leitor, o *Correio Cacerense*, atribui a ação de “criar notícias” – ou inverdades - aos jornais que considera da “classe C”, fato que coloca esses impressos – aqui não fica evidente qual é o jornal na condição de inferioridade na produção jornalística. Sendo assim, o *Correio Cacerense*, se coloca na condição contrária a essas mídias, na situação de superioridade, já que o fato de produzir/reproduzir informações, o coloca em níveis mais “preparados” para a veiculação de informações.

No que se refere às formas de produzir informações sobre as ações dos militares, em especial a censura, as publicações se referiram a esse tema com abordagens sutis. A exemplo disso foi a edição do dia 10 de abril de 1969, quando o *Correio Cacerense*, republicou uma nota do jornal *Correio do Estado* (Rio de Janeiro), anunciando a partida de artistas para o exterior como, Elis Regina, indo para os Estados Unidos e Chico Buarque de Holanda que já estaria na Itália. O motivo da procura por outros países, estava relacionado as “[...] dificuldades que cercam o trabalho profissional dos artistas brasileiros [...]” (Jornal *Correio Cacerense*, Ano I, n. 39, 10 abr. 1969, p.4). Meses depois, o jornal local publicou outra nota, reproduzindo a divulgação da Agência de Notícias Transpress, referente à reação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) em relação a Lei de Segurança Nacional, com o seguinte texto:

[...] a imprensa brasileira concorreu para a revolução de 1964 formando, na sua quase unanimidade, ao lado dos que se batiam contra a formação do regime em favor de uma democracia autêntica. Diz ainda, quando ajudou a quebrar os órgãos legais na esperança de que daí adviesse o aprimoramento do regime, não poderia prever, de certo, que leis draconianas tornassem difícil o exercício da “primeira das liberações democráticas, que a liberdade da imprensa” (Jornal *Correio Cacerense*, Ano I, n. 82, 09 out. 1969, p. 01).

Na nota, replicada da imprensa de circulação nacional, percebemos indícios de críticas ao governo militar, entretanto, por se tratar do período de vigência do AI-5, onde a censura foi instaurada com maior severidade e repressão, as críticas às ações do governo aconteciam de formas sutis. É importante destacar que esse discurso, sofreu sensíveis modificações nas publicações do Jornal *Correio Cacerense*, principalmente ao que se refere às ações governamentais na esfera municipal, estadual e federal.

Segundo Gonçalves (2012, p. 108), em se tratando do jornal *Correio Cacerense*, é preciso ponderar que nem todas as decisões e afirmações estariam ligadas com as questões de cunho político e/ou econômicos. Para a autora, “[...] em muitos aspectos, o texto condizia exatamente com o ideal de sociedade defendido pelo jornal. O que, em tese, justificaria o movimento golpista de 1964 e as diversas ações autoritárias durante o regime militar”. Conforme apontam as seguintes publicações na matéria **“Aniversário da Revolução”**:

Na certeza de comungar com os princípios revolucionários de 31 de março de 1964, que implantou uma nova filosofia de governo autenticamente estribada na saúde moral e no progresso da nação, beneficiando a causa da valorização humana e concomitante com o bem estar sócio-econômico, a Prefeitura Municipal de Cáceres prestou sua homenagem à Revolução, congregando civis e militares para as solenidades realizadas no dia 31 último. O prefeito Dr. José Monteiro da Silva, embasado nesses mesmos princípios, soube dar ênfase a efeméride revolucionária, comemorada em todas as cidades brasileiras, programando atos festivos e religiosos com a participação civil e militar (Jornal *Correio Cacerense*, Ano II, n. 129, 2 abr. 1970, p. 1)

Outra publicação veiculada pelo jornal *Correio Cacerense* nos primeiros anos de circulação apresenta uma notícia contendo elogios ao governo pela edição do AI-5, expressa na matéria **“Jurista famoso elogia Ato Institucional n. Cinco”**:

Enviado especial do presidente Costa e Silva, recebeu ontem mensagem do jurista Vicente Rago, alusiva ao Ato Institucional número cinco, quando afirma que não havia outro remédio senão decretação do ato para manter democracia. Eis a íntegra da mensagem: “Meu presidente. Não havia outro remédio, democracia não é subversão nem anarquia, imunidade parlamentar não é impunidade. Difamação das autoridades e das Forças Armadas que defendem nossas tradições de civilização cristã não é direito. Estou com meu presidente, a quem envio meu cordial abraço”.

E replicando a resposta do então presidente Artur da Costa e Silva à mensagem do jurista citado, a matéria jornalística prossegue com o seguinte teor:

O presidente Costa e Silva respondendo mensagem do jurista afirma: “Professor Vicente Rago, honra-me agradecer ao eminente amigo e consagrado mestre do direito atenciosa manifestação de solidariedade ao governo, ao ensejo da promulgação do Ato Institucional número cinco. Tão valiosa e judiciosa opinião fortalece-me o ânimo para prosseguir na obra de soerguimento moral e material do país, assentando-lhe fundamentos sólidos para prosperidade, clima de ordem e tranquilidade” (Jornal *Correio Cacerense*, Ano, I, n. 18, jan. 1969. p. 1).

A mensagem do jurista acima citado dá ênfase à edição do Ato Institucional n. 5, conferindo-lhe reconhecimento e legitimidade à ação autoritária do governo federal, considerando que o ato enunciativo está investido da autoridade que fala, ou como diz Michel

de Certeau (2014), é o lugar do sujeito que fala. A resposta do então Presidente, de fato, encarna o que era o regime militar: “soerguimento moral e material do país” pelos princípios doutrinários da segurança nacional. Esse tipo de “notícia-opinião” ajudou muito a formular uma percepção positiva sobre o militarismo governamental e ainda que o AI-5 tenha ocasionado sobressaltos, a expressão “não havia outro remédio” procurava amenizar a brutalidade política da época.

Para Tania Regina de Luca (2008, p. 140), as produções de revistas e jornais, não são ações solitárias, “[...] mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita”. Apesar da produção jornalística compartilhar um conjunto de ideais, é precipitado afirmar que havia unanimidade de opiniões na imprensa escrita de Cáceres, em relação aos acontecimentos do país e do município.

As discussões de Michel De Certeau (2014), nos permite compreender que no “tabuleiro social” o jornal poder ser compreendido como um *lugar*⁵⁹ de produção cultural e ação de poder. Configura um ambiente onde, sob um discurso de “verdade”, existem defesas de ideias e interesses econômicos. Espaço onde transitam diferentes personagens, que muitas vezes carregam – camufladas – aparências de homogeneidades, mas que por motivos diversos, podem expressar pensamentos ou atitudes divergentes.

Nessa esteira, em um contexto em que as relações de forças definem e delimitam as ações entre os diferentes personagens e a formalidade do lugar impede certos tipos de operações, é necessário aproveitar as circunstâncias que permitem a sobrevivência de um em relação ao outro. Para isso, é preciso criar estratégias de ação, possibilitar brechas e agir taticamente para que consiga driblar ou tirar proveito dos grandes esquemas e decisões. Segundo Certeau (2014, p. 93), as estratégias estão ligadas a um lugar de poder, sujeita a ser circunscrita, “[...] como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetivos da pesquisa etc.)”.

Para Certeau (2014, p. 95), “a tática é a arte do fraco”. Quanto maior o poder, mais visibilidade terá o que torna difícil os “efeitos da astúcia”. Fato que nos conduz novamente ao ambiente de um jornal. Nos editoriais dos impressos, o discurso de “verdade”, ligado aos

⁵⁹ Segundo Michel De Certeau (2014, p. 184), “[...] um lugar é onde [...] segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar”. Um lugar “é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade”. Em se tratando do Espaço, “é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram”. “[...] O espaço estaria para o lugar como a palavra quando é falada, isto é, quando é percebida na ambiguidade de uma efetuação”. “Em suma, *o espaço é um lugar praticado*”.

interesses políticos e econômicos (e também ideológicos), poderia ser interpretados como estratégias de sobrevivência e de força em meio ao tabuleiro social em que está inserido.

Analisando os noticiários do jornal *Correio Cacerense*, no marco temporal desta pesquisa, percebemos elementos que podem ser considerados como estratégias editoriais de “sobrevivência” em meio a um cenário que envolve, de um lado os limites estabelecidos pelas ações governamentais, com a execução da censura e, de outro, a “garantia” do poder de comunicação, o compromisso com o discurso da “verdade”, com a “imparcialidade” da imprensa e também a manutenção dos seus interesses políticos e econômicos.

No decorrer dos anos de 1970, os editoriais do jornal *Correio Cacerense*, passaram a apresentar discursos mais “expressivos”, de certa forma, um tanto ácido, em relação aos acontecimentos municipais, estaduais e nacionais. No âmbito municipal, o discurso mais sutil começou a sofrer alterações, principalmente no que se refere às críticas em relação à administração municipal e principalmente estadual, como a publicação a seguir com a manchete **“Levante o topete, exija e bata o pé”**

O crescimento espetacular de Cáceres requer várias providências, que visam acompanhar o desenvolvimento. Um município que está classificado como o terceiro do Estado, em população, forçosamente necessita ampliar os seus recursos para atendimento a inúmeros problemas normais em tais circunstâncias. Além de sermos o terceiro do Estado, em população, com segura confirmação de SEGUNDO, em vista do aumento populacional espantoso verificado depois do último censo [...]. Verificamos a luta do Sr. Ernani Martins, moço dinâmico, que sob as expensas exclusivas da Prefeitura, dotou Cáceres de melhoramentos, SEM UM CENTAVO DE AJUDA DO ESTADO; o mesmo está acontecendo com Dr. José Monteiro da Silva, que vem se esforçando ao máximo, vem trabalhando para o bem desta terra, por amor a este rincão, sem CONTAR TAMBÉM COM AS VERBAS DO ESTADO, ONDE ESTÁ A RETRIBUIÇÃO DO ESTADO PARA TUDO QUE CÁCERES APRESENTA? – O mesmo Estado, que recheia os cofres com o trabalho, dinamismo e coragem deste povo? LEVANTE O TOPÉTE CÁCERES! – Temos o direito de exigir, ordenar, bater o pé. Para um Município como o nosso está ultrapassando “o chapéu embaixo do braço”, pedindo e esmolando ajuda. O que queremos é a parte que nos cabe por direito e por justiça [...] (Jornal *Correio Cacerense*, Ano III, n. 277, 23 set. 1971. p. 2).

A matéria veiculada pelo *Correio Cacerense* apresenta críticas ao governo do Estado e ao mesmo tempo tece elogios à administração municipal. Nas frases escritas em “letras garrafais”,⁶⁰ é atribuído um sentido de apelo e ao mesmo tempo “afirmando” o sentimento de repúdio, em relação à falta de assistência por parte do governo estadual. Outro fator que nos

⁶⁰ A expressão “letras Garrafais”, geralmente é atribuída para destacar e intensificar uma fala ou situação que o escritor deseja que o leitor se atente.

chama a atenção diz respeito ao desenvolvimento da cidade, que pode ser percebido na expressão “O crescimento espetacular de Cáceres, requer várias providências, que visam acompanhar o desenvolvimento”. É importante ressaltar que no período da veiculação da notícia, o país estava passando por crescente desenvolvimento econômico, o chamado “Milagre Brasileiro”.⁶¹

Janaina Martins Cordeiro (2009, p. 43), enfatiza que entre os anos de 1969 a 1974, “[...] o Brasil viveu um período de significativo crescimento da economia. Era o chamado Milagre Econômico Brasileiro, quando o país, comparado a um imenso canteiro de obras, foi tomado por incontida euforia desenvolvimentista”. Sobre esse assunto, o jornal *O Globo* veiculou a notícia a seguir com a manchete “**Médici: Brasil será um dos grandes**”, e que foi reproduzida pelo *Correio Cacerense*:

O Presidente Médici já encaminhou ao Congresso Nacional acompanhado de mensagem, o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento – uma definição, em sentido global, da estratégia do desenvolvimento brasileiro capaz de assegurar a continuidade do crescimento e a consolidação de uma economia moderna. Baseada na experiência de transformação do País, a partir de 1964, a estratégia – Modelo Brasileiro de Desenvolvimento – apresenta três objetivos nacionais: colocar o Brasil, no espaço de uma geração, entre os grandes, duplicar, até 1980, a renda “per capita” e elevar a economia, em 1974, às dimensões de um crescimento anual do Produto Interno Bruto entre 8 e 10 %. São instrumentos financeiros os programas de integração social (Jornal *Correio Cacerense*, Ano III, n. 276, 19 set. 1971, p. 1).

O jornal *Correio Cacerense*, ao publicar/republicar as notícias dos acontecimentos estaduais e nacionais, buscava destacar os “bons ventos”, da economia do país. Segundo Mendes (2009), esse anseio pelo desenvolvimento estava relacionado com o advento da “frente de expansão agrícola” ocorrida a partir da década de 1970, quando a produção de arroz no município de Cáceres cresceu exponencialmente, sendo destaque no cenário nacional. O acontecimento foi citado em uma reportagem do jornal Folha de São Paulo, em 08 de agosto de 1970 e republicada pelo *Correio Cacerense* no dia 30 do referido mês e ano.

Cáceres foi notícia em São Paulo

[...] O jornal Folha de São Paulo, na sua edição de 8 do corrente, publicou um longo Artigo sobre Cáceres, do qual tiramos esta nota, de autoria do Sr. Garibaldi Introcaso, de Nova Granada. Diz o articulista: Produtores de

⁶¹O “Milagre Econômico” ou “milagre econômico brasileiro” corresponde ao crescimento econômico ocorrido no Brasil entre os anos de 1968 a 1973, durante o governo do então general Emílio G. Médici (1969-1974), fundamentado na aceleração do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), da industrialização e, por conseguinte, do comércio de bens de consumo e uma baixa inflação. Esse tempo de prosperidade econômica baseado na oferta de crédito e investimentos em projetos desenvolvimentistas de grande porte produziu um aumento do PIB na ordem de 10% ao ano. Entretanto, essa economia ocasionou um aumento considerável da concentração de renda, corrupção (desvio de recursos públicos) e exploração da mão de obra com achatamentos salariais e perda de poder aquisitivo dos trabalhadores e, sobretudo, da classe média brasileira.

Cáceres, em Mato Grosso, estão ameaçados de perder suas safras por causa das deficiências existentes no sistema de armazenamento, no escoamento dos produtos, notadamente o arroz, paralelamente a um movimento social migratório tendente à penetração do brasileiro na bacia amazônica, através do Sul daquele Estado.

O município, com 120mil⁶² habitantes, localiza-se na fronteira com a Bolívia, e tornou-se um dos mais procurados pelos agricultores nacionais, dada a fertilidade de suas terras.

A produção de arroz da safra em curso atinge 1,4 milhões de sacas. De tal forma avolumou-se a colheita que, depois de lotados os armazéns, prédios desocupados e mesmo algumas dependências do deficiente hospital da cidade, o estocamento do arroz passou a ser feito, sem qualquer proteção, nas praças públicas, no recinto da exposição anual e até mesmo em frente ao cemitério. A agência do Banco do Brasil na cidade está autorizando a adquirir o produto, mas até agora só o fez em torno de duzentos mil sacas... (Jornal *Correio Cacerense*, Ano II, n. 172, 30 ago. 1970, p. 01).

A edição do *Correio Cacerense* que reproduziu a matéria do jornal *Folha de São Paulo* procurou destacar a “crescente economia” do município e o seu consequente “reconhecimento” no cenário nacional. Conforme destaca Mendes (2009, p. 193) o fato da veiculação ser realizada por um periódico de grande circulação, enfatizando a abundância da produção de arroz no município, se tornou motivo de orgulho para os cidadãos.

Se a publicação da matéria em um jornal com expressão nacional, enfatizando o crescimento econômico de Cáceres, foi motivo de “orgulho”, em 1974, o sentimento seria outro. Diante de uma grave crise no fornecimento de energia elétrica, que perdurou cerca de 132 dias, o jornal *Correio Cacerense*, apresentou um “sentimento” conflitante diante da seguinte publicação intitulada “**Crise na distribuição de energia**”:

O município de Cáceres é hoje um dos alicerces econômicos de Mato Grosso. Se no passado a sua presença foi sempre marcada por tradição e história, assinalados com a fibra e o valor dos seus filhos, Cáceres hoje teme um aspecto sério dentro do contexto do desenvolvimento sócio econômico de Mato Grosso. A sua região agrícola não é apenas citada pela sua potencialidade e sim pela realidade evidente e espetacular da sua produção. Mato Grosso, segundo o secretário Paulo Coelho Machado, da Agricultura, na sua palestra para o general Ernesto Geisel, já é o segundo produtor de arroz do Brasil e Cáceres participa decisivamente deste crescimento. Cáceres, vale acentuar, não é só arroz quando se evidencia a sua vitalidade econômica. É muito mais.

É também, infelizmente, deficiência gritante no setor de energia elétrica, situação esta a exigir uma providência urgente por parte dos setores competentes. Desde o dia dois de janeiro em curso em Cáceres está sem energia elétrica e tudo indica que o problema não será tão facilmente solucionado (Jornal *Correio Cacerense*, Ano VI, n. 6, 8 fev. 1974, p. 01 e 04).

⁶²Segundo Mendes (2009, p. 195), na década de 1970, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente ao Censo Demográfico do município de Cáceres, apontavam o seu crescimento populacional que o colocava como o terceiro mais populoso do Estado de Mato Grosso, tendo sua população estimada em 86.552 habitantes.

Se por um lado não havia dúvidas quanto à importância crescente do município, o que projetava um sentimento de “orgulho” pela grandiosidade da agricultura, por outro, a preocupação diante da permanência do “atraso”, revelada pela crise energética, causa um “sentimento” conflitante, afinal, o anseio pelo desenvolvimento encontrava constantes obstáculos que deveriam ser superados.

Segundo Mendes (2009, p. 148), o ano de 1974 foi um dos mais desafiadores para a administração municipal de Cáceres. Apesar do problema com a energia elétrica ser solucionado, havia ainda as consequências causadas pela enchente, (considerada uma das maiores da história do município) que acometeu naquele ano. Os danos causados seriam sentidos pela população e pelo Poder Público durante o primeiro trimestre do ano, causando despesas indevidas.

Ainda na década de 1970, o *Correio Cacerense*, assumiu uma postura mais crítica diante das notícias veiculadas, em âmbito nacional, referente ao município de Cáceres. Na ocasião o impresso local, discordou das informações “incorretas”, publicada no editorial do jornal *Correio Braziliense* pela matéria “**Cáceres: ainda desconhecida**”:

Como toda divulgação que Cáceres vem tendo na última década, os redatores do “Correio Braziliense”, órgão dos Diários Associados, editado em Brasília, ainda não se deram conta de que este município vem sofrendo um processo de transformação excepcional, o que obriga a todos que quiserem bem escrever sobre êle a estarem constantemente informados para não caírem em erros e contradições. Recentemente, na sua edição do dia sete do corrente mês, o referido órgão de imprensa estampou um artigo focalizando Cáceres sob o título: “Quatro Universidades ajudam Cáceres”. Embora o objetivo do articulista tenha sido o de divulgar êste município, o que muito agradecemos, o leitor Francisco do Prado e Silva apontou duas falhas no referido artigo: a primeira em que o redator do “Correio Braziliense” atribuiu a êste município apenas “52 mil habitantes” e a segunda em rebanho bovino “atinge 32 mil cabeças”. É preciso acrescentar ao redator de Brasília que esses dados são totalmente anacrônicos e longe estão de corresponder a realidade cacerense. Na verdade este município tem aproximadamente 120 mil habitantes e, em se tratando de rebanho bovino, apenas uma família, a Fontes, possui a quantidade atribuída a todo município pelo articulista do jornal citado. Diante disso é oportuno que a direção de “Correio Braziliense” envie um repórter à Cáceres para informar-se melhor sôbre o nosso progresso (Jornal *Correio Cacerense*. Ano V, n. 419, 22 fev. 1973, p. 1).

Na republicação da matéria, há um certo “incomodo” em relação à veiculação do jornal *Correio Braziliense*, ao apresentar informações “incorretas” referente ao município de Cáceres. Ao divulgar a matéria do articulista brasiliense e em seguida a “indignação” do leitor Francisco do Prado e Silva, o *Correio Cacerense* se comporta como o porta-voz da cidade, se alegrando com os “elogios” ao município, porém, condenando as informações “infundadas”, o que (GONÇALVES, 2012, p. 101) reafirma que “[...] assim como um pai tem o poder sobre o

seu filho, o jornal toma para si a incumbência de zelar pela cidade e seus hábitos e, como um pai severo, mas orgulhoso, elogia quando preciso, mas pune se necessário”.

A partir de 1977, o jornal *Correio Cacerense* passou a “intensificar” uma coluna mais crítica do ponto de vista político e da dinâmica social da cidade, nominada de “Zé Bacuri – o Implacável”, cujos alvos eram pessoas e/ou fatos cotidianos. Vejamos uma amostra dessa coluna:

Que fim tomou o senador abelha, aquele que quando não está tomando “mé” está voando ou fazendo cerca na encebada colmeia do Congresso?

Resposta com seus milhares de fãs, admiradores de seus olhos verdes e puxa-sacos em geral? Eu já vi terra ruim pra produzir políticos, mas como Cáceres, Deus não faz outro nem por erro de cálculo. [...]

Podem me informar se já chegou óleo para o DERMAT consertar as nossas estradas? Se não chegou, no caminhão deve ter sido sequestrado, pois o governador ordenou providências imediatas quando da última visita à Cáceres, quando inclusive aconteceu aquela histórica reunião no Lions, onde cachorro comeu a língua de todos os nossos políticos, que não disseram essa boca é minha. Ah, povinho ruim de serviço, avemaria. [...] Se inventassem uma fábrica de sabão de político inoperante Cáceres saía da miséria em poucos dias. Posso apostar que tal sabão não ia nem espumar de tão ruim. Cruz credo três vezes, arri vote! [...] (Jornal *Correio Cacerense*, Ano V, n. 1780. 12 mar. 1978. p. 3).⁶³

A Coluna “Zé Bacuri”, veiculada semanalmente, parecia mesmo implacável quando fazia críticas às figuras políticas locais, qualificando os políticos vinculados à cidade como “ruins de serviço”. Tal classificação deixa indícios de que a coluna realizava comparações entre os políticos locais com outros do Estado e da União, na qual, colocavam os políticos da cidade na condição de “inoperantes”.

Se os primeiros anos das publicações do Jornal as matérias jornalísticas teceram elogios aos governos e também noticiaram a realização de festejos de aprovação (como as comemorações do dia 31 de março), em 1978 o discurso seria no sentido da redemocratização do país, o que pode ser observado, mesmo que indiretamente, na notícia reproduzida pelo *Correio Cacerense*, com o título “**A Defesa da Democracia**”:

Cuiabá (SEDIMAT) O Governador Garcia Neto voltou a demonstrar confiança na redemocratização do País, uma esperança que já externou há algum tempo e que, por isso mesmo, o credenciou junto às altas esferas do pensamento liberal como espírito de vanguarda na luta para institucionalização do regime brasileiro.

Com a unção do reconhecimento nacional, e a autoridade que lhe confere o múnus administrativo do Estado de Mato Grosso, Garcia Neto dirigiu-se aos políticos para “considerar, com seriedade e circunspeção, a oportunidade

⁶³A coluna *Zé Bacuri – O Implacável*, não era assinada nas edições do jornal *Correio Cacerense*, entretanto, em entrevista cedida à coluna eletrônica ZakineWS, o jornalista Luizmar Faquini atribuiu autoria aos textos publicados e ao “personagem”.

preciosa da consolidação do regime, pelas aberturas democráticas”. O Governador não se referiu ao AI-5, mas para quem bem entendeu, de resto corroborado por manifestações anteriores, não faltou um desacordo com a permanência indeterminada dos ucasses da exceção.

Quem fala em democracia, coloca-se por inércia na defesa do restabelecimento do estado de Direito. Portanto, ficou implícito na colocação do Governador que democracia significa, *Latu sensu*, a eliminação dos procedimentos discriminatório.

[...] No fecho do pronunciamento, julgou amadurecido o povo brasileiro para o exercício democrático, ou seja, a escolha dos seus legítimos representantes.

E frase do Presidente Geisel: - Não deixemos o povo soçobrar em frustração. (Jornal Correio Cacerense, Ano. I. n. 204, 03 abr. 1978. p. 1)

Apesar de apresentar mudanças no discurso referente ao governo militar e também ao Ato Institucional n. 5, o jornal *Correio Cacerense*, direciona as publicações para a defesa da ordem. Nesse caso, tal defesa justificou o golpe de 31 de março de 1964, bem como a edição do AI-5, e outras ações promovidas pelos governos dos militares, que pretendiam – a qualquer custo – combater o subversivo e o comunismo, e assim, o país estaria preparado para a democracia.

A postura da imprensa em relação à situação política do país, foi gradativamente modificada, sobretudo a partir de 1973 quando o período de intenso desenvolvimento econômico, começou a apresentar sinais de esgotamento, a começar pela crise do petróleo e o aumento da dívida externa. Nesse período, alguns jornais utilizavam como forma de “driblar” a censura e, como resistência, deixar espaços vazios na primeira página dos periódicos, ou então, publicar receitas culinárias e poemas de Camões, dentre outros, para substituir as matérias censuradas.

Outros fatores que possibilitaram mudanças nos posicionamentos e discursos da imprensa aconteceram com o início da abertura política em 1974 e, nos anos posteriores, sobretudo a partir de 1978, quando algumas medidas para o abrandamento da ditadura foram tomadas, a começar pela revogação do AI-5, fim da censura prévia, e a volta dos primeiros exilados políticos ao país. Nesse período, a imprensa unindo-se a outras organizações da sociedade civil participaram de mobilizações a favor da Lei de Anistia⁶⁴, a qual, pretendia a volta das liberdades políticas e o “perdão” dos crimes cometidos contra a segurança nacional. Essas medidas possibilitaram que os jornais passassem a publicar informações mais claras e condizentes com a realidade política do Brasil, a exemplo, está a republicação realizada pelo

⁶⁴ Segundo José Murilo de Carvalho (2012, p. 176), a Lei da Anistia se tratava de algo polêmico, pois se entendia para aos dois “lados”, ou seja, “[...] aos acusados de crime contra a segurança nacional e aos agentes de segurança que tinham prendido, torturado e matado muitos dos acusados. Entretanto, essa Lei devolveu os direitos políticos aos que tinham perdidos e ajudou a renovar a luta política.

Correio Cacerense, citada anteriormente, referindo-se, mesmo que de forma implícita, sobre o processo de redemocratização do país, ao destacar que a “democracia significa, *Latu sensu*, a eliminação dos procedimentos discriminatório”. Assim, a imprensa passou a publicar e a protestar a favor da redemocratização para o país.

Nesse sentido, Carvalho (2012, p. 189), enfatiza que no caminho para a redemocratização, a imprensa desempenhou um papel importante, sobretudo na campanha pelas eleições diretas em 1984, que se tornou uma das maiores manifestações populares da história do país. Segundo o autor, “a ampla cobertura da imprensa [...], tornava quase impossível deter o movimento. Interrompê-lo só seria possível com o uso de muita violência”. Apesar das intensas manifestações a favor das eleições diretas, o Congresso Nacional não aprovou a proposta, permanecendo as eleições indiretas para presidente da República. Entretanto, a pressão popular influenciou para a vitória de candidato civil, Tancredo Neves para a presidência, mesmo com a impossibilidade de sua posse, o movimento contribuiu para o fim do governo dos militares no Brasil.

O movimento favorável as eleições diretas, pode ser notado na fala do governador Garcia Neto (citada anteriormente na republicação do *Correio Cacerense*) ao referir que o povo brasileiro estaria amadurecido para o exercício democrático – e indiretamente o *Correio Cacerense* demonstrou concordância – deixou evidente que a ordem havia sido restabelecida e a população que outrora era rebelde, tornou-se ordeira e, portanto preparada para eleger seus próprios representantes. Entretanto, é preciso ponderar que a partir de junho de 1969, o município de Cáceres, foi selecionado território de interesse da Segurança Nacional, em que a presença do Exército do 2º Batalhão de Fronteiras, era efetiva em todos os âmbitos socioculturais, o que colocava a cidade em constante vigilância e controle.

2.3 - A cidade de Cáceres como território de Segurança Nacional

Alicerçados na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), os governos militares estabeleceram dispositivos de controle geopolítico do território brasileiro de todas as formas. Para as Forças Armadas a ameaça de “inimigos” internos e externos eram eminentes, sendo necessário proteger e guarnecer os lugares considerados estratégicos para os governantes da época. Dessa forma, várias localidades no país foram oficializadas como de interesse da Segurança Nacional.

De acordo com a Lei Federal nº 5.449 de 04 de junho de 1969, em todo o país foram selecionados sessenta e sete municípios, como território de interesse da Segurança Nacional, nos termos do artigo 16, § 1º, alínea b, da Constituição Federal de 1967 (*apud* MENDES, 2009, p. 131). Após a promulgação da lei os municípios passaram a ser observados pelos seguintes termos:

Art. 2º Os Prefeitos dos Municípios especificados no artigo primeiro serão nomeados pelo Governador do Estado respectivo, mediante prévia aprovação do Presidente da República.

Parágrafo único. Se o nome escolhido não merecer aprovação do Presidente da República, este, por intermédio do Ministério da Justiça, comunicará ao Governador do Estado, sua decisão, devendo ser feita a indicação de novo nome, dentro do prazo de dez (10) dias, a contar daquela comunicação.

Art. 3º Nas faltas e impedimentos não superiores a trinta (30) dias, os Prefeitos nomeados para os Municípios declarados de interesse da Segurança Nacional serão substituídos na forma do disposto na Lei Orgânica dos Municípios.

§ 1º O Prefeito que tiver de se ausentar da sede do Município, por prazo superior ao previsto neste artigo, dará ciência prévia ao Governador do respectivo Estado, para efeito de ser nomeado um substituto.

§ 2º Dentro do prazo de cinco (5) dias a contar do recebimento da comunicação referida no parágrafo anterior, o Governador do Estado deverá submeter o nome do Prefeito substituto à aprovação do Presidente da República por intermédio do Ministro da Justiça.

Art. 4º Os Prefeitos nomeados, nos termos dos artigos anteriores, serão exonerados quando decaírem da confiança do Presidente da República ou do Governador do Estado.

Parágrafo único. Comunicado pelo Presidente da República por intermédio do Ministro da Justiça, ao Governador do Estado, que o Prefeito deixou de merecer confiança, deverá ser imediatamente exonerado.

Art. 5º Ficam respeitados os mandatos dos atuais Prefeitos Municipais, cujos municípios são declarados, por esta Lei, de interesse da segurança nacional.

Parágrafo único. Até trinta (30) dias antes do término desses mandatos, ou, no caso de vacância do cargo, no prazo de dez (10) dias, após ocorrer a vaga, o Governador do respectivo Estado deverá enviar ao Presidente da República, o nome do Prefeito a ser nomeado para o Município, para os efeitos desta Lei.⁶⁵

A partir desta Lei Federal, Cáceres passou por intervenções políticas pelas quais os prefeitos alinhados com o regime militar passaram a ser nomeados pelo Governador do Estado, mediante prévia aprovação e anuência do presidente da República.

⁶⁵Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5449-4-junho-1968-359221-norma-1968-359221-pl.html> Acesso em: agosto de 2020.

Em 1967, o senhor Ernani Martins⁶⁶ (1967-1970) assumiu a gestão pública da cidade de Cáceres como o último prefeito eleito pelo voto direto. Conforme Artigo 5º da Lei de Segurança Nacional,⁶⁷ no qual mantém vigente o mandato dos prefeitos em andamento na ocasião de sua promulgação, assim o seu mandato permaneceu em vigor, sem alterações. Segundo Mendes (2009), o seu governo teve como um dos principais marcos administrativos a expansão urbana e suburbana do município. Ernani Martins assumiu novamente a administração municipal de Cáceres entre os anos de 1975 a 1980, na ocasião, foi indicado pelo então governador do Estado, o engenheiro civil, José Garcia Neto.⁶⁸

Entre os anos de 1970 a 1971, o médico, José Monteiro da Silva,⁶⁹ assumiu pela segunda vez a gestão da Prefeitura Municipal de Cáceres, se tornando o primeiro prefeito indicado pelo então governador do Estado, Pedro Pedrossian, mediante aprovação do presidente da República o General Emílio Garrastazu Médici, conforme o Artigo 2º da Lei de interesse de Segurança Nacional.⁷⁰ Após a indicação do médico José Monteiro da Silva, outros cinco nomes seriam indicados para as gestões que se seguiram. Encerrando esse período de indicações, a auxiliar de contabilidade e comerciante, Ana Maria da Costa e Faria⁷¹ (escolha pessoal do então governador Júlio J. Campos), assumiu a gestão da cidade entre os anos de 1983 e 1985.

⁶⁶ Ernani Martins, nasceu na cidade de Cáceres – Mato Grosso, em 17 de novembro de 1927. Seu pai era descendente de portugueses e sua mãe cacerense de nascimento, pertencia a família Fontes, tradicional na política do município. Em 1957, Ernani se tornou comerciante no ramo de “secos e molhados”, logo mudou sua atividade comercial para materiais de construção em 1967. Interessou-se cedo pela política, em 1965, aos 39 anos, foi eleito prefeito de Cáceres pelo PTB, posteriormente, nos anos de 1975 a 1980, assumiu a gestão municipal novamente, sendo indicado pelo então governador do Estado, José Garcia Neto. Entre os anos de 1982 a 1986 ocupou uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado como deputado estadual.

⁶⁷Art. 5º Fica respeitado os mandatos dos atuais Prefeitos Municipais, cujos municípios são declarados, por esta Lei, de interesse da segurança nacional.

⁶⁸ José Garcia Neto, formado em engenharia, pela Universidade da Bahia. Migrou para Cuiabá – Mato Grosso, na década de 1950 do século XX, onde atuou como professor na Escola Técnica de Cuiabá, neste mesmo período atuava no ramo da construção civil. Eleito prefeito de Cuiabá em 1954, pela UDN, vice-governador em 1960 e deputado federal entre os anos de 1966-1970. Foi indicado para governador do Mato Grosso, pelo presidente militar Ernesto Geisel, em 1974. Em sua administração a frente do Estado, foi sancionada a Lei Complementar n. 31 de 11 de outubro de 1977, a qual cria o Estado de Mato Grosso do Sul.

⁶⁹ José Monteiro da Silva, formado em medicina, prestou atendimento médico aos cidadãos cacerense desde a década de 40 do século XX. Com grande interesses pela política, foi eleito prefeito da cidade de Cáceres entre os anos de 1959- 1963 tendo como seu vice José Esteves de Lacerda. Para exercer o mandato de quatro anos na prefeitura municipal, ambos fizeram o compromisso de cada um governar o município por dois anos. Sendo assim, José Monteiro esteve a frente da administração municipal nos anos de 1959-1961. Posteriormente, em 1970 foi indicado pelo então governador do Estado de Mato Grosso, Pedro Pedrossian, para assumir novamente, a administração municipal da cidade. Entretanto, o seu mandato foi de curta duração, pois em 1971, acometido por graves problemas de saúde, José Monteiro da Silva veio a falecer.

⁷⁰ Art. 2º Os prefeitos dos Municípios especificados no artigo primeiro serão nomeados pelo Governador do Estado respectivo, mediante prévia aprovação do Presidente da República.

⁷¹ Nascida em Cáceres, Ana Maria da Costa Faria, ou Nana como também era conhecida, foi a primeira mulher a ser prefeita no município. Nana, trabalhou como auxiliar de contabilidade, e também foi comerciante no ramo de padaria. Segundo, o colunista do jornal eletrônico ZakiNews, Wilson Kishi, Ana Maria, tinha uma relação de amizade e confiança mútua com o então governador do Estado, Júlio José de Campos, fato que a possibilitou ser

Situada na região transfronteiriça, o município de Cáceres se enquadrava no Artigo 1º da Lei Federal nº 6.634 de 02 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira. Na Lei, “[...] é considerada área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150 km (cento e cinquenta quilômetros) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional que fora designada como Faixa de Fronteira”.⁷²

No município de Cáceres, como em outros locais do país, havia apoiadores e opositores ao regime militar, porém de acordo com a Lei de Segurança Nacional, o município deveria ser guarnecido para garantir o controle e a segurança contra os “inimigos” internos e externos. Por se tratar de um território com fronteira binacional entre Brasil/Bolívia, o Exército, especificamente o 2º Batalhão de Fronteiras, incorporou a função institucional de proteger o local contra tais “ameaças”, sobretudo, pelo fato do território boliviano ser o lugar, onde o argentino Ernesto Che Guevara foi assassinado em outubro de 1967, por tentar expandir no país, as experiências da Revolução Cubana.

Segundo Mendes (2010), as Forças militares estão no município de Cáceres, guardando-se alterações/mudanças institucionais, desde o século XVIII. Nessa temporalidade, vale ressaltar que as fronteiras ibéricas (Portugal/Espanha) sempre foram militarizadas (fortes), que juntamente com as “benfeitorias” serviram de base jurídica legal para as posses dos domínios territoriais.

A presença efetiva e constante dos militares na cidade (na estrutura estabelecida atualmente) aconteceu a partir da criação do 2º Batalhão de Fronteira, mediante o Aviso nº 26, de 24 de maio de 1939, que oficializava a junção da 2ª e da 4ª Companhias de Fronteira, presentes na cidade naquele período. Essa denominação foi modificada pelo Decreto nº 82044 de 27 de julho de 1978, passando a denominar-se 66º Batalhão de Infantaria Motorizado (66º BIMTZ), permanecendo até o ano de 1994 quando a denominação voltou a ser 2º Batalhão de Fronteira. Mendes (2010, p. 31) reconhece a importância dos militares para a cidade de Cáceres, dizendo que essa instituição “[...] participou ativamente da sua evolução, transformou-se com ela, através dos tempos, e, hoje, elo atual de extensa corrente de ação de defesa e incremento da vasta região fronteiriça”.

Esse quadro mostra que o Quartel do Exército sempre teve uma presença mais consistente nos espaços políticos, sociais e culturais da cidade, exercendo uma influência

a última prefeita indicada no município, entre os anos de 1983-1985. Posteriormente, foi eleita para ocupar uma cadeira na Câmara Municipal de Cáceres, no período de 1992-1996. Ana Maria da Costa e Faria, faleceu em junho de 2008, em decorrência de um problema de saúde. Para consultas: www.zakinews.com.br/noticia.php?codigo=3845

⁷²Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6634.html Acesso em: outubro de 2020.

direta em todos os âmbitos da sociedade e nos acontecimentos do Município, situação importante para observarmos a relação entre a sociedade civil e os militares.

A estrada BR- 416 que serve a Descalvados é de grande importância para esta unidade, uma vez que é por meio dela que processa o abastecimento dos nossos destacamentos. Declarou o major Laury Gianchini de Souza, do 2º B. Fronteira, sediado nesta cidade. Foi visando melhorar as condições de tráfico dessa estrada, é que solicitamos da Comissão de Faixa de Fronteira, auxílio financeiro para construir quatro pontes de madeira sobre os córregos: Morro Branco, Conchas, Santa Rita e Tarumã (Jornal *Correio Cacerense*, Ano II, n. 149, 11 jun. 1970, p.1).

Os militares do Exército atuavam diretamente no cotidiano da cidade e dessa forma, estabelecia uma interação entre o município e a Instituição militar. Citando Alves (1989, p. 109), Bueno (2014, p. 59) argumenta que através do Conselho de Segurança Nacional, órgão responsável por tomar decisões acerca das áreas de interesse de segurança nacional, havia o controle sobre a “[...] concessão de terras, o controle de sistemas de transportes e comunicação, a construção de pontes, estradas e aeroportos, e a instalação de indústrias de particular relevância para a segurança nacional”.

Por ser um Batalhão de Fronteira binacional (Brasil/Bolívia), o Quartel do Exército em Cáceres reúne um contingente considerável de militares – homens nascidos e/ou residentes nesses espaços fronteiriços – o que muito ajuda a compor um ideário de importância institucional na cidade, mesmo porque em muitas famílias cacerenses há pelo menos uma pessoa incorporada às fileiras do Exército. Ainda há a passagem temporária de militares procedentes de outras unidades da federação, incluindo as trocas de comando que acontecem de dois em dois anos. É importante registrar ainda que em função da navegabilidade do Rio Paraguai, em Cáceres há também um posto da Marinha do Brasil com a nomenclatura de Capitania dos Portos.⁷³

Esse quadro mostra uma presença significativa e operacional de instituições militares e, particularmente do Exército, nos acontecimentos políticos, sociais e culturais na cidade. Nas décadas de 1960 e 1970, em função da escassez de profissionais da educação, era muito comum que militares do Quartel ou alguns familiares também fossem docentes, palestrantes e/ou parceiros de projetos e eventos nas escolas de Cáceres, sobretudo as localizadas nos espaços de fronteira. Da mesma forma, as gestões municipais sempre contaram com as

⁷³As Capitânias, tais como as Delegacias e Agências Fluviais, têm a função de contribuir para a orientação, coordenação e o controle das atividades inerentes à Marinha Mercante, bem como as organizações correlatas e atividades de Esporte e Recreio, no que se refere à defesa nacional, salvaguarda da vida humana no mar, segurança da navegação e prevenção da poluição hídrica, concernente à embarcações, plataformas ou instalações de apoio. Consultar <https://www.marinha.mil.br/dpc/node/3505>

parcerias em ações governamentais. A exemplo, a construção de escolas que foram realizadas em parceria entre o governo municipal e o 2º Batalha de Fronteiras.

Em sua passagem por Porto Índio, o Comandante do II Exército inaugurou o novo prédio da Escola Municipal de 1º grau “Monte Castelo”, mantida pelo 2º B. Fron. naquele Destacamento, com professores militares.

O prédio foi construído pela Prefeitura de Cáceres com recursos próprios da Secretaria de Educação do Estado e do 2º B. Fron.

[...]

Porto Índio, localizado na Ilha Ínsula, entre as lagoas Gaíva e Uberaba, o rio Paraguai e o Canal Pedro II, este na fronteira com a Bolívia é o único Destacamento do 2º B. Fron debruçado sobre a linha fronteira e sobre o curso d’água (Jornal *Correio Cacerense*, Ano I, n. 129, 29 maio. 1977, p.1).

Desse modo, a população de Cáceres sempre teve uma imagem positiva sobre a presença e ações dos militares na cidade, o que serviu também para não entender os governos militares como repressivos e/ou autoritários. Pelo contrário, ainda é fácil encontrar pessoas que viveram esses tempos “sombrios”, mas não reconhecem os governos militares como repressivos e/ou autoritários porque entendem o Quartel/Exército como instituição ilibada e como uma referência da moral pública da cidade.

Em nível nacional, como veículo de formulação e circulação de opiniões, boa parte da grande imprensa à priori contribuiu para fazer crer que o discurso das Forças Armadas e as ações dos governos militares (1964-1970) teriam restaurado a democracia no país, mesmo vivendo no regime de exceção. Em Cáceres, a imprensa da época também seguiu o mesmo caminho. Gonçalves (2012) afirma que no período em que o município de Cáceres foi área de Segurança Nacional, as notícias jornalísticas faziam pouca ou nenhuma referência à face repressora e aos controles políticos dos sucessivos governos. Segundo a autora, o jornal *Correio Cacerense*, único a circular, ininterruptamente na cidade durante a Ditadura Civil-Militar, sempre noticiava as ações do Exército como um bem institucional dotado de um “sentimento” de orgulho nacional para a população local.

Como forma de “aproximação” entre os militares e os civis da cidade, também havia constantes eventos promovidos pelo então 2º Batalhão de Fronteira realizados nos espaços físicos do Quartel. As ações eram publicadas na imprensa local e induziam nos munícipes a “sensação” de segurança e confiabilidade nas Forças Armadas. Um dos eventos pautados no discurso de ordem e civismo acontecido em 1970, em alusão à comemoração dia 31 de março, foi noticiado dessa forma:

O 2º Batalhão de Fronteiras, sediado nesta cidade prestará sua homenagem ao VI aniversário da Revolução redentora de 31 de março de 1964. O coronel Flávio Hugo Lima da Rocha, comandante desta unidade do Exército brasileiro, programou juntamente com seu Estado Maior, o calendário relativo

ao dia 31 de março, em homenagem ao Movimento Revolucionário que restaurou a democracia no País.

Dia 31 – 6 horas, Alvorada Festiva.

[...]

Dia 31 – 8 horas, Palestra Sobre a Revolução de 31 de março, proferida pelo major Laury Geanchini de Souza.

Dia 1 de abril – 19 horas, na praça Duque de Caxias, retrêta da Banda de música do batalhão.

Dia 3 de abril – 19 horas, retrêta na Praça do Rio Branco.

Nos dias 1º, 2 e 3 de abril, visitaçaõ pública às instalações do 2º Batalhão de Fronteiras, pelos alunos dos colégios da cidade. Haverá uma exposição de armamentos nesses dias (*Jornal Correio Cacerense*, Ano II, n. 128, 29 mar. 1970, p. 1).

A ênfase atribuída à afirmação de que o “Movimento Revolucionário que restaurou a democracia no País”, publicada no jornal, remete à intenção de inferir na população uma memória positiva e preponderante sobre o acontecimento do dia 31 de março de 1964. Além de conferir certa legitimidade ao regime em vigor, a circulação das notícias também ia produzindo uma memória notável e uma importância moral da Instituição Militar na cidade. Essa “operação” de produção da memória é abordada por Jacques Le Goff, ao ressaltar que a memória coletiva sempre foi campo de disputa e manipulação dos grupos dominantes das sociedades. Segundo o autor, “[...] os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (LE GOFF, 1996, p.426).

Após o golpe de 31 de março de 1964, os militares afirmavam veementemente que o acontecimento tratava da vitória da democracia contra a “ameaça comunista” que representava um perigo iminente ao país. Entretanto, mesmo nos anos de intenso autoritarismo e repressão (1970) - data de veiculação da nota acima - o discurso do retorno à democracia pelas mãos dos militares, permaneceu. Inicialmente, grande parte da imprensa nacional corroborava com essa declaração. Sendo assim, “[...] a imprensa, ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade” (CAPELATO, 1988, p. 25). Portanto, aquelas afirmações, foram incorporadas, especialmente pelas propagandas oficiais, colocando o acontecimento do golpe, como a solução para a suposta crise no país.

Nesse sentido, entendemos que parte da imprensa nacional colaborou com a desestabilização do governo que resultou na deposição do presidente eleito, João Goulart. Capelato (1988, p. 22) diz que na “[...] construção do fato jornalístico interferem não apenas elementos subjetivos de quem o produz, mas também os interesses aos quais o jornal está vinculado”. Sendo assim, é importante refletirmos se o discurso do convite para os eventos de comemoração da “Revolução” em Cáceres também seria o posicionamento do *Jornal Correio*

Cacerense em relação a tais acontecimentos, ou se essa “postura” seria resultado da influência militar na cidade e as ações estabelecidas pelo AI- 5.

Na cidade de Cáceres, os espaços de sociabilidades eram constituídos pela sociedade civil e militar, que de certa forma interagiam possibilitando certa afinidade na concepção de temas relacionados à moral, bons costumes, religiosidade, civismo, tradições familiares, dentre outros. Por outro lado, podemos entender que esses acontecimentos também funcionavam como certa vigilância contra o “perigo” do comunismo e da subversão que deveriam ser combatidos em nome da Segurança Nacional. É certo que tais posicionamentos não eram homogêneos, pois havia aqueles que se posicionavam de forma contrária ao regime militar. Mesmo aqueles que de certa forma faziam parte de grupos “privilegiados” da sociedade, poderiam apresentar concepções e opiniões divergentes.

Em se tratando do posicionamento em relação aos governos dos militares, o jornal *Correio Cacerense*, em sua *Coluna Social*, publicou entrevistas realizadas com algumas estudantes da época e moradoras do município de Cáceres,⁷⁴ na qual, foram abordadas questões diversas sobre cultura, moda, economia e política. Entre as indagações realizadas pelo impresso, aquelas referente às situações políticas do país chamou a nossa atenção. Ana Tereza Souto Fontes, entrevistada da edição nº 31 de março de 1969, constante na coluna **“Jornal: Dê-nos uma ideia sobre sua maneira de pensar politicamente”**, respondeu à seguinte indagação da mídia impressa:

O interesse por assuntos políticos em nossa época surge quase que obrigatoriamente com a vivência dos fatos e acontecimentos no panorama mundial. Discutir política deixou de ser questão privativa dos entendidos para passar a uma necessidade popular. Qualquer entrosamento em planos de sociedade organizada: escola, trabalho, responsabilidades profissionais diversas, determina uma série de situações que nos comprometem diretamente com a estrutura do nosso governo e deste não é menor o “compromisso” a saldar com a nação, ou seja, o de não deixar perecer a sua liberdade integral, cuidando dos princípios da democracia [...] (jornal *Correio Cacerense*, Ano I, n. 31, 09 mar. 1969, p. 4).

Ana Tereza deixa evidente sua “preocupação” em relação aos assuntos políticos e aponta os acontecimentos de projeção mundial, como fator fundamental para justificar a necessidade do interesse pelas questões políticas. É importante frisar que a ditadura civil-militar teve como pano de fundo a “Guerra Fria”, que influenciou diretamente na condição política que o Brasil estava vivenciando naquele período. Tal influência estava condicionada ao ideário norte-americano, que buscava de todas as formas combater o comunismo,

⁷⁴ Segundo informações presentes no jornal, Ana Tereza Souto Fontes, nesse período era estudante universitária em uma instituição fora do município.

especialmente, na América Latina. Segundo Fico (2014, p.25), para os Estados Unidos, “[...] o fortalecimento de governos militares [...] também seria visto como admissível e desejável, tendo em vista o combate ao comunismo”. Embora Ana Tereza, tenha evidenciado a necessidade de a população entender e discutir as questões envolvendo a política do país – a qual destaca o comprometimento com a estrutura do governo, é evidente a “confiança” atribuída ao Estado para a garantia dos princípios da democracia.

A construção desse imaginário de “confiança” foi resultado de várias estratégias dos governos militares para projetar uma imagem positiva perante a sociedade, o que lhes serviria de apoio e legitimidade. Para isso, se utilizaram de propagandas que remetiam à representação simbólica das Forças Armadas como protetora da sociedade. Sendo assim, como justificativa e respaldo para o Golpe de 31 de março de 1964 e para os anos que se seguiram, esses governos alicerçados na Doutrina da Segurança Nacional, “investiram” “[...] na construção ideológica de uma ameaça interna e externa que precisava ser combatida” (BUENO, 2014, p. 53). Dessa forma, cabia ao governo “proteger” a população de tal “perigo”.

Em Cáceres, a presença e participação do Exército em todos os acontecimentos do município contribuíram para que a imagem “positiva” fosse aceita pelos cidadãos. Neste sentido, em entrevista ao jornal *Correio Cacerense*, Vanilda Castrillon Mendes, emitiu sua opinião sobre as questões políticas vivenciadas no país, na mesma coluna mencionada anteriormente:

A Revolução de 64 foi feita para arrancar o Brasil das garras da anarquia e da corrupção. Merecem, pois, aplausos as medidas saneadoras que estão sendo impostas pelo Governo Federal, dentro da mesma Revolução. O Brasil é jovem, portanto irrequieto, mas cheio de ardor em busca do caminho de destaque que lhe está reservado num futuro próximo. Creio que a nossa juventude apesar de ruidosa e incompreendida, saberá guiar, mais tarde, o nosso país, dando-lhe o lugar que merece (jornal *Correio Cacerense*, Ano I, n. 30, 06 mar. 1969, p. 4).

A fala da leitora/relatora indica a incorporação dos discursos positivados e tornados enobrecedores que veiculados pela grande imprensa circulavam em todos os segmentos sociais (ambiente familiar, escolar, religioso, etc.), formulando concepções a partir da prevalência militar e dos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional. No relato da entrevistada há também uma distinção entre ela – a jovem que acredita e reconhece a legitimidade do regime militar e seus dispositivos governamentais – e a “juventude ruidosa” que naquele “estágio” de imaturidade ainda não estaria preparada para “guiar” o país e “levá-lo para o lugar merecido”. É com essas percepções que ela diz textualmente que os militares

“merecem, pois, aplausos às medidas saneadoras que estão sendo impostas pelo Governo Federal, dentro da mesma Revolução”.

Outro evento que também demarcou a presença do Exército no cotidiano do município de Cáceres, diz respeito à presença efetiva da instituição militar no sistema público de comunicação (alto-falantes) que funcionava nas dependências do cinema local. Esse episódio é relatado na coluna eletrônica conhecida como “Zakinews”, assinada pelo comunicador Antônio Costa. O fragmento a seguir teve como propósito rememorar o centenário do cinema na cidade, noticiando os acontecimentos da seguinte forma:

Basta lembrar que era época da plena ditadura militar e, assim sendo, as devidas precauções e cuidados deveriam ser tomados. Antes de tocar as músicas da programação do dia, que constava anúncios de propagandas de lojas, comunicados de falecimento, era obrigatório que fosse apresentado o 2º. Batalhão de Fronteira a grade musical do dia. Que após ser vistoriada pelo serviço de inteligência, ganhava o visto e a autorização de exibição. Longe de se ouvir na época uma música de protesto. Assim sendo o alto-falante do [Cine] Copacabana jamais poderia tocar um musical de Caetano Veloso, Gilberto Gil, Milton Nascimento, Chico Buarque, Geraldo Vandré, etc. (COSTA, 2020, p.3).

Através do relato proferido pelo jornalista Antônio Costa, entendemos que havia certa vigilância do Exército sobre os espaços públicos da cidade como lugares vigiados e sob controle do que deveria ou não ser publicizado. Isso indica que os atos de censura também funcionavam na fronteira, sobretudo como área de Segurança Nacional, ou seja, um lugar militarizado onde o Quartel assumia a função de instituição censora da cidade. Para além de uma vigilância político-ideológica, esse serviço de radiotelefonia operado por alto-falantes tinham uma função pedagógica de fazer crer que as notícias tais quais tornadas de conhecimento público eram as “verdades” da Nação em si mesma. Assim, como “guardião da fronteira”, o Quartel mapeava e controlava a vida cotidiana da cidade e, por conseguinte, poderia prever e impedir quaisquer “ações subversivas” que pudessem “brotar” em Cáceres.

Como forma de estabelecer a “ordem” nos espaços da cidade, o Exército realizava a vigilância e em alguns casos aplicava alguma medida coercitiva como “advertência” para aqueles que de alguma forma, desrespeitavam ou promoviam a “desordem” no município. Falando sobre esses aspectos, o comunicador Luizmar Faquini⁷⁵, em entrevista à coluna eletrônica Zakinews, narra o que poderia ser um ato de censura da seguinte forma:

⁷⁵Natural de Goiânia, Goiás, Luizmar Faquini, chegou à Cáceres em 1974, onde reside até hoje. Foi colunista do jornal local *O Jornal* e, posteriormente, do jornal *Correio Cacerense*. Atualmente apresenta o jornal matinal, *Espaço Livre*, na Rádio Difusora de Cáceres. A entrevista concedida à coluna eletrônica ZakiNews, se deu em razão da homenagem realizada ao comunicador. Consultar www.zakinews.com.br/noticia.php?codigo=15286

Volta e meia, lá vinha o camburão do 2º Befron carregado de milicos e de prepotência discricionária. Nalgumas vezes me fiz “caroneiro” daquela inesquecível Veraneio verde, que “gentilmente” conduzia-me até aos altos coturnos do comando. Algumas vezes, apenas esbregues e escalda-rabo sob duras ameaças. Os mais encardidos eram os “baixa-patentes” (os piores). Outras vezes, “cana” mesmo. Um quartinho cheirando a mofo, quase sem iluminação, uma cama de campanha (aramada), um colchãozinho de três centímetros de espessura (estopa embolada), fedorento e rasgado; uma moringa velha, um copo de alumínio embaçado sobre um pequeno criado e um soldado (geralmente franzino e narigudo, como todo soldado franzino) pra lá e pra cá, na porta, o tempo todo com um fuzil imenso sobre o ombro. Eu me sentia um Wladimir Herzog. Esta a hospedagem que algumas vezes desfrutei gratuitamente no interior do nosso histórico 2º Befron. Numa dessas, certo dia, quem me recebeu foi o estressado comandante Léo Tércio Sperb. Não estava bem-humorado e no próximo voo do Bandeirante – avião militar que regularmente aterrissava em Cáceres - mandar-me-ia pra São Paulo (preso, claro), por “subversão”.

Raramente alguém de lá voltava pra contar o caso. Mas, graças a interveniência do cardiologista cacerense José Rondon, que desfrutava de boa amizade junto ao tal Sperb, escapei por um fio. Fui liberado, mas, sob o juramento de nunca mais escrever uma só frase que pudesse contrariar as Forças Armadas ou ferir susceptibilidades, mesmo que de longe, ao intocável Governo Militar. Censura braba mesmo e o jogo era de fato bruto! Só quem sofreu na pele sabe... (COSTA, 2020, p. 8).

Luizmar Faquini, ao rememorar os anos em que passou por intervenção da censura na cidade de Cáceres, diz que a instituição do Exército também realizava tal função e que esta se intensificava na medida em que as ações dos opositores aconteciam, o que pode ser notado na afirmação: “Algumas vezes, apenas esbregues e escalda-rabo sob duras ameaças. [...]. Outras vezes, ‘cana’ mesmo”. Essa afirmação demonstra que além da vigilância político-ideológica, o Exército também tinha o papel de punir e, conseqüentemente, “combater” as “ameaças subversivas”.

Outro aspecto que nos chamou a atenção foi o sentido registrado na afirmação: “Só quem sofreu na pele sabe...”. A frase aqui destacada apresenta indícios de um passado marcado por traumas e resistências. Nesse sentido, Michael Pollak (1989, p. 06), enfatiza que “[...] em face dessa lembrança traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança “comprometedora”, preferem, elas também, guardar silêncio”. O Estado autoritário, por muitas vezes silenciou muitos brasileiros com o uso da tortura, perseguição, prisão e em muitos casos o desaparecimento das pessoas.

Nesse contexto, está a jovem cacerense Jane Vanini,⁷⁶ que na década de 1960 mudou-se para a cidade de São Paulo com o intuito de ingressar nos estudos universitários. Segundo Maria do Socorro de Souza Araújo (2002), entre os anos de 1964- 1974, Jane Vanini, vivenciou uma trágica experiência político-social, na qual sentiu o “amargo gosto” da repressão e perseguição executadas na ditadura civil-militar brasileira. No Brasil, Jane, foi perseguida, processada à revelia e condenada, o que a levou viver clandestinamente no Chile. Em setembro de 1973, quando iniciou a ditadura chilena do general Augusto Pinochet, Jane, passaria, novamente, a vivenciar tempos de autoritarismo, até o seu “desaparecimento” em dezembro de 1974.

Fico (2019), chama a atenção para outro tipo de censura e vigilância praticadas durante a ditadura civil-militar no Brasil, as chamadas “diversões públicas”, direcionada para a “vigilância” das ações promovidas nos teatros, cinemas, apresentações musicais, dentre outras. Segundo o autor, a execução da censura era “[...] baseada na defesa da moral e dos bons costumes (FICO, 2019, p. 226).

Em se tratando da censura nas “diversões públicas”, na cidade de Cáceres, Mato Grosso, tal vigilância, foi veiculada pelo jornal *Correio Cacerense*, da seguinte forma:

Nos termos do Decreto de nº 61.123, de 01 de agosto de 1967, esta Subdelegacia Regional faz ciência aos responsáveis, que qualquer espetáculo público, seja representação, execução, irradiação, funções esportivas, recreativas e beneficentes, peças teatrais, “shows” etc. com ou sem cobrança de ingressos, realizados em cinemas, estações de rádio e de televisão, clubes, associações recreativas ou esportivas, parque de diversões, circos, “boites”, bares, restaurantes ou qualquer estabelecimento de diversões públicas com programação musical, bailes em geral, dísticos de propaganda com serviço de alto-falante, etc., dependem de prévia aprovação dos respectivos programas, pelo Setor de Censura de Diversões Públicas, do Posto da Subdelegacia Regional de Polícia Federal em Cáceres à rua Marechal Deodoro n. 495.

Os infratores estão sujeitos às penalidades da Lei, com sanções punitivas, desde a aplicação de multas, até em casos especiais com medidas interditórias. (Jornal *Correio Cacerense*, Ano I, n. 67, 17 ago., 1969, p. 2).

Essa nota veiculada pelo Jornal, com base nesse mencionado decreto de 1967, dar a conhecer a vigilância e o controle oficial escancarados pelo AI-5, que os governos militares estabeleceram em todo país. Fico (2019), ressalta que a censura às “diversões públicas” era declaradamente assumida pelos militares, que viam com orgulho tal feito. Para o Estado essa vigilância tratava da “proteção da família”, para garantir que nada pudesse violar a “moral” e os “bons costumes”, tão estimados pelos governos dos generais. Nesse sentido, uma cidade

⁷⁶ Consultar: ARAÚJO, Maria do Socorro de Souza. Paixões políticas em tempos revolucionários: nos caminhos da militância, o percurso de Jane Vanini. (1964 - 1974). Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 2002.

interiorana como Cáceres, sob a vigilância direta das Forças Armadas, deveria manter seus costumes, se “resguardando” dos “perigos”.

Nas décadas de 60 e 70 do século XX, Cáceres era considerada uma cidade pacata, com hábitos de vida tranquilos e ao mesmo tempo festiva, composta por vários espaços de sociabilidade, dentre eles, a Praça Barão do Rio Branco, o UBSSC (agremiação dos Sargentos do Exército), Esporte Clube Humaitá, e em anos posteriores o cinema somava-se a esses espaços. Dentre as festividades realizadas na cidade estavam os desfiles de modas, bailes de debutantes, desfiles do Sete de Setembro (independência), desfile de Seis de Outubro (aniversário da cidade), dentre outros. Em todos esses espaços e acontecimentos a presença de militares era constante. Se por um lado, a participação nos acontecimentos era possível devido à existência do Quartel do Exército na cidade e de seus militares, por outro, havia a necessidade de manter a vigilância e assim, a aproximação dos civis era essencial.

Como espaço de sociabilidade, a Praça Barão do Rio Branco era ponto de encontro dos munícipes que se reuniam para assistir os eventos culturais realizadas no local, a exemplo, das retretas apresentadas pela Banda do 2º Batalhão de Fronteiras, que foram rememoradas pela senhora Raquel Ramão da Silva, quando esta foi entrevistada pelo comunicador Antonio Costa (2020), na ocasião da homenagem prestadas à professora pelos anos dedicados à educação escolar no município de Cáceres. Assim sendo, a entrevistada recorda das retretas da seguinte maneira.

São lembranças que permanecem indelevelmente gravadas em sua memória e que carregam imensa saudade. Saudade a exemplo das animadas retretas que aconteciam no coreto da Praça Barão do Rio Branco, sob a regência do maestro da Banda do 2º. Batalhão de Fronteira. Aos domingos era sagrado curtir a retreta... (COSTA, 2020, p. 5).

Raquel Ramão da Silva ao rememorar com saudades os tempos em que assistia as apresentações culturais realizadas na Praça Barão do Rio Branco, em especial, as “animadas retretas”, nos permite perceber a presença constante do Exército nesses espaços da cidade, o que possibilitava uma imagem positiva dos militares para os cidadãos.

A presença militar na dinâmica social e cultural da cidade produzia na população o sentimento de “segurança”, principalmente, na defesa contra as “ameaças” que assolavam o país. Nesse sentido, o 2º Batalhão de Fronteiras tinha a incumbência de garantir, não só uma fronteira guarnecida contra tais ameaças, mas também uma cidade ordeira, disciplinada, alicerçada nos “bons costumes”, livre da ameaça comunista. Sendo assim, dentre as ações ostensivas dos militares, estão as realizadas nas regiões próximas, como noticiou o jornal *Correio Cacerense* pela manchete “**2º B. Fronteira em Marcha**”

Para participar de manobras anti-guerrilha na região de Rondonópolis, em conjuntos com outras unidades da 9ª Região Militar, deverá seguir dia seis do corrente, para aquela cidade, 2º Batalhão de Fronteira, sob o comando do Cel. Flávio Hugo Lima Rocha. Durante a ausência do titular, deverá responder pelo expediente do Batalhão o Major Laury Geanchini de Souza (*Jornal Correio Cacerense*, Ano I, n. 80, 02 out. 1969, p. 01).

Embora, o Exército tenha a preparação para combater um inimigo em guerra, na ocasião os guerrilheiros comunistas, “inimigos do país”, havia a necessidade de mostrar à população cacerense, a “cordialidade” do 2º Batalhão de Fronteiras, através das ações promovidas pelos militares ou a presença destes nos acontecimentos sociais da cidade. Além disso, para os leitores de Cáceres, essa notícia produzia um efeito de verdade sobre a imagem do Exército como uma instituição atenta, enérgica e eficiente capaz de combater as “desordens” e conduzir o país na mais “perfeita ordem” política e social.

Segundo Mendes (2010, p. 16), no decorrer da década de 1970, o município de Cáceres passou por significativas mudanças, que resultaram na “[...] transformação radical em sua estrutura econômica e social”. Entretanto, a presença militar nas ações sociais e culturais da cidade ainda era consistente, sobretudo, pelo fato de ser considerada território de interesse da Segurança Nacional, o que se manteve, até a sua descaracterização em 19 de dezembro de 1984, pelo Decreto Lei n. 2.183.⁷⁷ Diante disso, o Exército do 2º Batalhão de Fronteiras, esteve e ainda está presente no cotidiano da cidade de Cáceres, além de ser a instituição responsável por guarnecer a fronteira binacional Brasil/Bolívia.

⁷⁷Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/De12183.htm#art1

CAPÍTULO III

Fontes documentais e ensino de História: as notícias jornalísticas para aprendizagem em sala de aula

Neste capítulo serão apresentadas algumas discussões pertinentes para nortear a construção do “produto pedagógico” desta pesquisa. Como resultado desta dissertação, será produzido um material pedagógico com a proposta de uma aula de História utilizando a metodologia “Unidade Temática Investigativa” que será descrita no decorrer do capítulo. Ressaltamos que esse método de ensino resultou das discussões da autora portuguesa Isabel Barca (2004) ao propor um novo modelo de ensino para atender as realidades educacionais portuguesas, o qual denominou de aula-oficina. Nesse sentido, enfatizamos que os pressupostos teóricos-metodológicos provenientes das discussões da autora foram base para o debate referente à educação histórica e aula-oficina no Brasil. Através dessas abordagens realizadas no Brasil e com as discussões propostas por Lindamir Zeglin Fernandes (2008), a metodologia passou a ser denominada de Unidade Temática Investigativa, que configura o nosso “produto pedagógico”.

A escolha da Unidade Temática Investigativa como “produto pedagógico” está relacionada à compreensão de que essa metodologia pode contribuir para que os estudantes possam agir como protagonistas na construção do próprio conhecimento histórico. Esse modelo de aula investigativa também nos possibilita entender que as ideias prévias e as experiências vivenciadas no decorrer do tempo, permitem aos alunos e professores se verem enquanto investigadores com o propósito de compreender o aprendizado histórico. Outro aspecto que nos chamou a atenção está relacionado com a perspectiva de trabalhar com fontes documentais e conhecimentos históricos prévios dos professores e alunos na produção do conhecimento histórico na sala de aula.

Nessa ótica, justificamos a construção desse material pedagógico por meio da Unidade Temática Investigativa, por compreender que os métodos pautados na investigação dos conhecimentos históricos proporcionam aos estudantes condições para compreender e construir suas narrativas históricas de maneira mais significativa e interessante, o que contribui para o desenvolvimento da consciência histórica. Sendo assim, essa proposta de aula tem importância social e educacional, pois dará suporte aos professores de história do

município de Cáceres, Mato Grosso, para ensinar a temática referente à Ditadura Civil-Militar no Brasil, usando como fonte as publicações do jornal local *Correio Cacerense*.

Para o entendimento da construção do conhecimento histórico, iniciaremos as discussões propostas neste capítulo, abordando sobre o campo de pesquisa denominada Educação Histórica. As discussões sobre a Educação Histórica são pertinentes, pois a partir de suas abordagens em relação ao ensino de História foram desenvolvidas as metodologias da Aula-oficina e Unidade Temática Investigativa.

Em seguida abordamos as discussões realizadas por Barca (2004), que deram início ao modelo de aula-oficina em Portugal, para então, apresentarmos a adaptação desse método para atender as realidades educacionais do Brasil, passando a denominar-se Unidade Temática Investigativa. Por fim, apresentamos os métodos para a realização da proposta de Unidade Temática Investigativa que será nosso “produto pedagógico”.

3.1. Educação Histórica: caminhos para o desenvolvimento do pensamento histórico

As pesquisas que deram origem à Educação Histórica tiveram início a partir da década de 1970, a princípio na Europa e, posteriormente em outros países, inclusive no Brasil. Tais estudos no campo do ensino de História foram direcionados para compreender a constituição e o desenvolvimento do pensamento histórico de estudantes e professores com o objetivo de promover o ensino que possibilite ao estudante se ver como sujeito no desenvolvimento da aprendizagem histórica.

Nessa esteira, Flávio Batista dos Santos e Marlene Rosa Cainelli (2019, p.3), ressaltam que a Educação Histórica “[...] não se configura como teoria da aprendizagem, mas como um campo de pesquisa que trata do ensino da História a partir da ciência da História”. Desse modo, a análise desse campo do conhecimento diz respeito à percepção do conhecimento histórico dos alunos baseando-se nas narrativas construídas a partir da investigação de fontes históricas, sendo elas imagéticas ou escritas.

Outro elemento de análise da Educação Histórica está relacionado aos conhecimentos prévios apresentados pelos estudantes, que servem como parâmetro para a verificação da compreensão do pensamento histórico. Nesse sentido, é importante ressaltar que o diferencial dessa concepção de aprendizagem diz respeito à “[...] manifestação dos sujeitos frente a uma tarefa concreta e não na quantidade de informações acumuladas ou mesmo no processo de desenvolvimento cognitivo marcado por etapas ou fases relacionadas à idade do indivíduo” (SANTOS; CAINELLI, 2019, p. 3). Sendo assim, um dos fatores importantes nesse campo da

História volta-se para a qualidade da aprendizagem como resultado e não para a quantidade de conhecimentos assimilados com o passar do tempo.

Em se tratando do conhecimento prévio dos alunos, Isabel Barca (2001), ressalta sobre a importância da contribuição do professor para a clareza e organização desses “conjuntos de ideias”, ao enfatizar que:

[...] as crianças têm já um conjunto de ideias relacionadas com a História, quando chegam à escola. O meio familiar, a comunidade local, os *media*, especialmente a TV, constituem fontes importantes para o conhecimento histórico dos jovens, que a escola não deve ignorar nem menosprezar. É a partir da detecção destas ideias – que se manifestam ao nível do senso comum, e de forma muitas vezes fragmentada e desorganizada – que o professor poderá contribuir para as modificar e tornar mais elaboradas (BARCA 2001, p. 15).

Com essa prática, o professor fica responsável por extrair o máximo de informações dos estudantes para assim aprofundar e articular com os conhecimentos históricos, como forma de auxiliar os estudantes no processo de “reelaboração” da aprendizagem. Nessa concepção da História é possível que o docente elabore métodos que possibilite um aprendizado mais dinâmico, interessante e estimulante para que o ato de aprender se torne significativo e prazeroso.

A Educação Histórica, além de valorizar o conhecimento tácito dos discentes, também avalia a postura destes ao realizar uma atividade de análise histórica. Para isso, constituiu novos aportes metodológicos, dentre os quais evidencia o trabalho com as fontes documentais em sala de aula, como forma de desenvolver a análise contextual e habilidades interpretativas dos documentos. Assim, o uso de documentos como recursos didáticos nas aulas de História, auxiliam os estudantes a trilhar caminhos para o desenvolvimento do saber histórico, além de respostas às indagações e às problematizações “[...], com o objetivo de estabelecer um diálogo com o passado e o presente, tendo como referência o conteúdo histórico a ser ensinado” (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p. 95).

Santos e Cainelli, (2019, p. 3) argumentam que a perspectiva da Educação Histórica “[...] vai além do ensino da História baseado nos chamados conceitos substantivos, abrindo espaços para os chamados conceitos de segunda ordem, vinculados à ciência da História”. Segundo os autores, esse campo do conhecimento se desenvolve a partir do entendimento de “causas, evidências, narrativas, mudanças” (SANTOS; CAINELLI, 2019, p. 4).

Nesse sentido, esse campo investigativo considera como conteúdos substantivos aqueles abordados no cotidiano das aulas de História como, por exemplo, Revolução Francesa, Ditadura Civil-Militar, Feudalismo, dentre outros. Para Márcia Elisa Teté Ramos e

Marlene Rosa Cainelli (2015), esses conteúdos não são suficientes para que os estudantes desenvolvam o conhecimento histórico, sendo necessário a utilização de conceitos de segunda ordem. Recorrendo a Barca (2011), as autoras enfatizam esses conceitos da seguinte forma:

[...]os conceitos substantivos são importantes, mas demandam a compreensão dos conceitos meta-históricos, – ou conceitos estruturais, ou ainda, conceitos de segunda ordem –, destaca a questão do aprendizado. Em outras palavras, o entendimento sobre conceitos próprios do campo da história, como evidência, significância histórica, multiperspectividade, empatia histórica (ou compreensão histórica), mudança/permanência, explicação e imaginação histórica etc., significa compreender a realidade com uma lógica especificamente histórica e, significa também, um processo de construção, e não apenas de memorização, do conhecimento (BARCA, 2011, *apud*. RAMOS; CAINELLI, 2015, p. 20).

Nessa ótica, a aprendizagem em História se torna mais significativa quando o ensino da disciplina passa a considerar os conceitos, acima destacados, que possibilitam os discentes a compreender que os acontecimentos do passado são constituídos por várias e distintas narrativas, que são forjadas a partir da análise de diferentes fontes. Sendo assim, a aprendizagem histórica passa a ter um novo sentido que permite aos estudantes compreender que a História não é um acúmulo de conteúdos sobre o passado, ela valoriza “[...] os sujeitos, a sua subjetividade, seus saberes, seu cotidiano, sua cultura e sua experiência. [...], um sujeito contextualizado que em movimento recursivo é produtor do processo histórico que o produz” (RAMOS; CAINELLI, 2011, p. 16).

Segundo Schmidt e Cainelli (2012), um dos pressupostos da Educação Histórica está relacionado com a valorização do conhecimento tácito dos estudantes e na sua forma de pensar historicamente. Neste sentido, esse campo de pesquisa busca estudar e apontar caminhos que possibilite o discente desenvolver a Consciência Histórica. Jörn Rüsen (2001, p. 57), define a Consciência Histórica como “[...] a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo”. Dessa maneira, é possível que o estudante consiga compreender suas experiências do passado, articulando com o presente e o futuro.

A Educação Histórica aponta caminhos para a realização de novas práticas pedagógicas dentre as quais atribui grande importância aos usos de fontes documentais e suas interpretações como possibilidades para a aprendizagem. Uma das metodologias sugeridas por este campo de pesquisa é a aula oficina, que abordaremos a seguir.

3.2. Da aula-oficina à Unidade Temática Investigativa

Os estudos desenvolvidos no campo da Educação Histórica alcançaram vários países no mundo, em especial Portugal, através das pesquisas realizadas por Isabel Barca, que resultaram em novos conceitos e métodos para o ensino de História. A historiadora portuguesa, alicerçada nos pressupostos teóricos desse campo de pesquisa, elaborou o conceito denominado aula-oficina, cuja preocupação está direcionada para ouvir os alunos e, principalmente, ouvir o que eles sabem sobre a História. Devido aos resultados positivos obtidos com a aplicação desse método em Portugal, a aula-oficina se tornou modelo para o ensino de História em outros países, inclusive o Brasil. Segundo Lindamir Zeglin Fernandes (2008), no Brasil, os debates acerca da importância dessa metodologia, possibilitaram a sua adequação às especificidades do ensino brasileiro, o que resultou na denominação de Unidade Temática Investigativa.

Neste sentido, nos alicerçamos no conceito de aula-oficina desenvolvido por Isabel Barca (2004), para a produção da proposta de Unidade Temática Investigativa para ensinar sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil pelas páginas do jornal local Correio Cacerense (1968-1978), definida como produto pedagógico dessa dissertação. Antes, porém, é necessário compreendermos as etapas do modelo de aula-oficina que serão apresentadas a seguir.

Nas pesquisas realizadas envolvendo o ensino de História, Barca (2004), destaca e compara três “modelos” de aula, os quais são classificados, como: aula-conferência, aula-colóquio e aula-oficina. Ao se referir à aula-conferência, a autora atribui os métodos de ensino “tradicional”, no qual o conhecimento está a cargo do professor, sendo o aluno apenas um receptor desse ensino com a função de memorizar os fatos históricos sem ter a possibilidade de questionar ou até mesmo refletir sobre o que está sendo ensinado.

O modelo de aula-conferência destacado por Barca (2004), apresenta o docente como o “agente” principal no processo de ensino e aprendizagem. Nessa metodologia, o professor é o detentor do conhecimento que ocupa a posição de “conferencista” nas aulas ministradas. Schmidt e Cainelli (2004, p. 30), enfatizam que esse método para o ensino de História resulta na “[...] repetição enfadonha dos conteúdos pelos alunos”, uma vez que aos discentes cabe apenas absorver esse conhecimento.

Barca (2004), apresenta outro modelo de aula e o classifica como aula-colóquio. Segundo a autora, esse método fundamenta-se nos princípios tecnicistas e seus pressupostos são direcionados para o ensino objetivo e operacional. Nessa prática, a ação educativa para ter alguma eficácia não deve ser planejada e organizada apenas com a programação de

conteúdos. Na realização da aula, o professor pode utilizar suas experiências, recursos pedagógicos e tecnológicos e diversas estratégias que o auxiliem em sala de aula.

No modelo da aula-colóquio é possível a utilização de diversos recursos e metodologias que tornam o debate e a problematização possíveis, porém, o professor ainda ocupa a posição central no processo de ensino e aprendizagem que não considera o conhecimento tácito dos estudantes e nem o desenvolvimento do pensamento histórico.

O último modelo classificado por Barca (2004) trata da aula-oficina. Nesse método, a base da aprendizagem não está atrelada unicamente ao conhecimento do docente; este passa a assumir o papel de professor investigador e o estudante a ser considerado como um agente do seu próprio conhecimento. O quadro abaixo apresenta informações destacadas por Barca (2004) ao explicitar a aula-oficina.

Quadro 1 – Aula-oficina

Paradigmas Educativos – modelo de aula-oficina	
Lógica	O aluno, agente de sua formação com ideias prévias e experiências diversas O professor, investigador social e organizador de atividades problematizadoras
Saber	Modelo do saber multifacetado e a vários níveis: - senso comum, - ciência, - epistemologia
Estratégias e recursos	Múltiplos recursos intervenientes aula-oficina
Avaliação	Material produzido pelo aluno, testes e diálogos
Efeitos sociais	Agentes sociais

Fonte: BARCA, 2004, p. 134.

A aula-oficina tem por objetivo colocar o discente como agente na construção do seu próprio aprendizado e, para isso, valoriza as suas experiências e o conhecimento histórico dos estudantes, no qual o professor deve tornar-se o investigador social com a atribuição de compreender os conceitos concebidos pelos alunos, não com a função de atribuir-lhes algum julgamento, mas para ajudá-los a modificar positivamente tais concepções. Segundo Barca (2004, p.133), esse modelo apresenta resultados significativos, pois possibilita que os alunos sejam, “[...] visto como um dos agentes do seu próprio conhecimento, as atividades das aulas, diversificadas e intelectualmente desafiadoras, são realizadas por estes e os produtos daí resultantes são integrados na avaliação”.

Schmidt e Cainelli (2004, p. 30), enfatizam que os novos métodos para o ensino de História, a exemplo a aula-oficina, propõem uma prática docente que se distancie da imagem “[...] do ‘professor-enciclopédia’, detentor de todo o saber, buscando a construção de um ‘professor-consultor’, que contribui para a construção do conhecimento de seus alunos”. Nesse sentido, Barca (2004, p.136), ressalta que o professor, ao planejar suas aulas, deve atribuir maior importância para as competências a serem desenvolvidas e não se preocupar apenas com o conteúdo a ser ensinado. Ao valorizar o desenvolvimento das competências, espera-se que as mesmas contemplem o “[...] domínio da cronologia, conhecimento e compreensão de temas em âmbito e profundidade, interpretação histórica (interpretação de fontes) e comunicação”. Nesses procedimentos metodológicos, a elaboração das aulas deve ser realizada com cuidado de forma que possibilite um aprendizado sistematizado e significativo e que não valorize apenas a aquisição cumulativa de conteúdos.

Barca (2004), propõe que na aula-oficina o ensino de História tenha como “ponto de partida” a investigação dos conhecimentos históricos dos estudantes. Nesse sentido, Marlene Rosa Cainelli e Elizabete Cristina de Souza Tomazini (2017), recorreram à Barca (2013) para analisar o modelo de aula-oficina, definido pela autora portuguesa da seguinte maneira:

Primeiramente o professor deveria selecionar um conteúdo, perguntando aos alunos o que eles sabem a respeito e, então, selecionar as fontes históricas pertinentes para a aula. Em seguida, ele deve orientar os estudantes a analisar os materiais, fazer inferência e comparações. Todos se envolvem no processo e produzem conclusões históricas, que podem ser mais ou menos válidas e mais ou menos próximas às dos historiadores. No entanto, elas devem sempre ser valorizadas, avaliadas e reconceitualizadas com a ajuda do educador. Assim, as crianças tomam consciência do que aprenderam, do que falta saber e do que mais gostariam de conhecer. A aula-oficina vai contra a corrente que não se preocupa com o que ensinar e prioriza em manter o grupo motivado (BARCA, 2013 apud CAINELLI; TOMAZINI, 2017, p. 17).

Nesse modelo pedagógico, o professor aparece como um intermediador e/ou investigador social e organizador das atividades destinadas a problematizar o conhecimento histórico. Schmidt e Cainelli (2004, p. 30), destacam que “[...] ao professor cabe ensinar ao aluno como levantar problemas, procurando transformar em cada aula de história, temas e problemáticas em narrativas históricas”. Para isso, novas metodologias devem ser adotadas para o ensino de História, tendo a iniciativa de utilizar fontes documentais como possibilidade para a aprendizagem histórica. Barca (2004) aponta as fontes históricas como um dos recursos a ser utilizado no modelo da aula-oficina e para isso, apresenta a seguinte estruturação para a análise dos documentos:

I Interpretação das fontes

- “Ler” fontes históricas diversas com suportes diversos, com mensagens diversas;
- Cruzar as fontes nas suas mensagens, nas suas intenções, na sua validade;
- Selecionar as fontes com critérios de objetividade metodológica, para confirmação ou refutação de hipóteses descritivas e explicativas.

II Compreensão contextualizada

- Entender – ou procurar entender – situações humanas e sociais em diferentes tempos, em diferentes espaços;
- Relacionar os sentidos do passado com as suas próprias atitudes perante o presente e a projeção do futuro;
- Levantar novas questões, novas hipóteses a investigar – o que constitui, em suma, a essência da progressão do conhecimento.

III Comunicação

- Expressar a sua interpretação e compreensão das experiências humanas ao longo do tempo com inteligência e sensibilidade, utilizando a diversidade dos meios de comunicação atualmente disponíveis (BARCA, 2004, p. 134-135).

Na perspectiva da aula-oficina, para o professor acompanhar os avanços da aprendizagem dos conceitos históricos dos alunos, ele deve planejar suas aulas usando como base o desenvolvimento das competências citadas acima e apresentar suas ideias com clareza, “[...] imaginar a aula em concreto, a priori, é fundamental para o sucesso em termos de perspectivação das aprendizagens a promover” (BARCA, 2004, p. 135). Pensando a prática pedagógica pelas discussões aqui apresentadas, a elaboração das aulas deve ser criteriosa e seguir a sequência de ensino por cada uma das instrumentalizações abordadas pela autora.

Em se tratando do planejamento das aulas realizados pelo docente, Barca (2004), destaca algumas vertentes que devem ser abordadas no plano, com o intuito de destacar conteúdos temáticos através de questões problematizadoras que possibilitem experiências de aprendizagem para os estudantes. Conforme enfatiza a autora,

Levantar e trabalhar de forma diferenciada as ideias iniciais que os alunos manifestam tacitamente, tendo em atenção que estas ideias prévias podem ser mais vagas ou mais precisas, mais alternativas à ciência ou mais consistentes com esta; Propor questões orientadoras problematizadoras, que constituam um desafio cognitivo adequado aos alunos em presença e não apenas um simples percorrer de conteúdos sem significado para os jovens; Desenhar tarefas adequadas ao desenvolvimento das instrumentalizações em foco, que ultrapassem uma interpretação linear das fontes ou a compreensão simplista de uma qualquer versão histórica sobre o passado; Integrar as tarefas em situações diversificadas, não esquecendo a potencialidade de os alunos trabalharem em pares ou individualmente, oralmente e por escrito; Avaliar qualitativamente, em termos de progressão da aprendizagem, o nível conceitual dos alunos, em vários momentos da (s) aula (s) (BARCA, 2004, p. 136-137).

Os apontamentos apresentados no fragmento acima, caracterizam um modelo de instrumentalização a ser seguido para a realização de uma aula-oficina. A partir dessa organização o professor pode pensar detalhadamente o planejamento e a realização da aula, iniciando com a valorização dos conhecimentos históricos dos discentes, sugerindo questões problematizadoras e orientadoras que contribuam com o processo de aprendizagem dos estudantes. Dessa forma, o professor que pretende utilizar o modelo de aula-oficina, deve se atentar para as etapas de planejamento e execução da aula, que apresentaremos a seguir.

Para dar início à aula-oficina, Barca (2004), aponta que o docente deve selecionar e delimitar uma temática a ser trabalhada com os estudantes. Em seguida, é preciso elaborar questões que possibilite investigar sobre as ideias históricas que os estudantes possuem em relação à temática definida.

Nesse sentido, além dos conhecimentos históricos, também evidenciamos a importância das experiências de vida dos estudantes que apresentam significativas contribuições para a construção do saber histórico em sala de aula, possibilitando que o ensino de História se torne mais dinâmico e reflexivo mediante os métodos que possibilitam a problematização de tais conhecimentos. Para Schmidt e Cainelli, no ensino de História o ato de problematizar/questionar possibilita apontar questões oriundas dos conteúdos estudados nas aulas usando como referência o cotidiano dos alunos e do professor. “Para a construção da problemática, é importante levar em consideração o saber histórico já produzido e, também, outras formas de saberes, como aquele difundido pelos meios de comunicação” (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p. 52).

Outra etapa da aula-oficina a ser realizada pelo docente é a categorização do conhecimento histórico dos estudantes. Nesse momento, o professor deve realizar a análise e problematização das ideias iniciais apresentadas que servirão de ponto de partida para a elaboração de uma intervenção pedagógica como forma de auxiliar os alunos no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos conceitos históricos em relação à temática abordada. E a escolha e a utilização das fontes documentais nas aulas são fundamentais. Recorrendo a Barca (2004), Cainelli e Tomazini (2017), chamam a atenção para a análise dos conhecimentos tácitos dos discentes, ao enfatizar que a investigação dessas ideias históricas, não devem ser direcionadas apenas ao que os alunos conhecem sobre a temática abordada, ela deve oportunizá-los, a partir da aula-oficina

A compreensão contextualizada do passado, com base na evidência disponível, e pelo desenvolvimento de uma orientação temporal que se traduza na interiorização de relações entre o passado compreendido, o

presente problematizado e o futuro perspectivado (BARCA, 2004, *apud* CAINELLI; TOMAZINI, 2017, p.20).

Segundo Cainelli e Tomazini (2017), a categorização dos conhecimentos tácitos dos estudantes é imprescindível para contemplar uma das etapas da aula-oficina, através dela o professor terá maior clareza para selecionar as fontes documentais, os materiais didáticos e as problematizações a serem trabalhadas em sala de aula.

Em se tratando das fontes documentais para a realização da aula-oficina, Schmidt e Cainelli (2004), ressaltam sobre a importância da utilização de tais recursos para o ensino de História, ao enfatizar que

[...] os documentos não serão tratados como fim de si mesmos, mas deverão responder às indagações e às problematizações de alunos e professores, com o objetivo de estabelecer um diálogo com o passado e o presente, tendo como referência o conteúdo histórico a ser ensinado (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p. 95).

As autoras ainda enfatizam sobre o uso de fontes variadas para o ensino de História ressaltando que o docente deve considerar a perspectiva de cada documento e planejar momentos diferentes para estudá-los. Dessa forma, proporcionar aos alunos estudos que possibilite visões diferentes sobre um personagem ou acontecimentos históricos, “[...] seria mais significativo a análise ser feita em momentos diferentes para, a partir disso, buscar semelhanças e diferenças oportunizando, aos alunos, perceber os distintos pontos de vista” (CAINELLI; TOMAZINI, 2017, p. 20). Assim, o professor pode utilizar diversas fontes para a realização da intervenção pedagógica, com a finalidade de fornecer ferramentas que possibilite o confronto entre as ideias tácitas e as concepções historiográficas para contribuir com a construção do conhecimento histórico e com a formação escolar dos estudantes.

A aula-oficina tem como uma de suas etapas a comunicação, que se refere ao momento em que o discente pode expressar as narrativas históricas construídas ou melhor elaboradas, a partir das investigações e problematizações propostas na intervenção pedagógica. Segundo Fernandes (2008, p.8), essa etapa consiste na comunicação como parte de um processo de avaliação, que pode ser compreendido como “[...] a sistematização, por parte dos alunos, em forma de narrativas, histórias em quadrinhos, charges, desenhos e outros”. A última etapa que compõe a aula-oficina é a aplicação da metacognição.⁷⁸

⁷⁸Segundo Bernadette Beber, Eduardo da Silva e Simone Urnau Bonfiglio (2014, p. 145), a metacognição pode ser definida como “[...] a capacidade de um indivíduo refletir e considerar cuidadosamente os seus processos de pensamento, especialmente quanto à tentativa de reforçar as capacidades cognitivas”. Dessa maneira, a metacognição possibilita aos estudantes a capacidade de autoaprendizagem, ou seja, de perceber o que aprendeu e da forma que aprendeu determinada temática.

Nesse momento, o docente deve investigar se houve mudanças nas narrativas históricas dos alunos referente à temática escolhida e trabalhada em sala de aula. Para tal verificação, o professor deve realizar a comparação entre as narrativas apresentadas antes da realização da Unidade Temática Investigativa, com as posteriores, com o intuito de verificar mudanças no conhecimento histórico.

O modelo de aula-oficina elaborado por Barca (2004) fundamenta o desenvolvimento da Unidade Temática Investigativa. Segundo Fernandes (2008), para atender a realidade educacional do Brasil, a exemplo do número reduzido das aulas de História, o modelo passou por adaptações, possibilitando ser executado por etapas e com o número maior de aulas. Dessa forma, ressaltamos que a Unidade Temática Investigativa está alicerçada no texto fundador de Barca (2004), porém aponta um novo elemento demonstrado no quadro abaixo:

Quadro II – Unidade Temática Investigativa

a- Definição de temática, conforme diretrizes curriculares;
b- Preparação da investigação dos conhecimentos prévios, tendo por base os objetivos de ensino;
c- Aplicação da investigação junto aos alunos;
d- Categorização e análise, pelo professor;
e- Problematização junto aos alunos;
f- Intervenção pedagógica do professor (Interpretação e contextualização de fontes);
g- Produção de comunicação, pelos alunos (narrativa, história em quadrinhos, jornal, charge, paródia e outros).
h- Aplicação de instrumento de metacognição.
i- Guarda de algumas produções dos alunos e reflexão do professor, na biblioteca escolar.

Fonte: FERNANDES, 2008, p. 10.

As adaptações realizadas na aula-oficina para atender a realidade do Brasil e, que resultaram na Unidade Temática Investigativa, possibilita a inserção de mais um elemento no modelo de aula. Segundo Fernandes (2008, p. 9), essa etapa trata da “guarda de algumas produções dos alunos e reflexão do professor, na biblioteca escolar”, com o intuito de serem “preservadas”, valorizadas e, “[...] utilizadas, como documentos, em outras turmas, em outros momentos. Não como valor absoluto, mas cotejadas com outros documentos, com o manual didático e outros materiais”.

Dessa maneira, as discussões alicerçadas nos textos de Barca (2004) e Fernandes (2008), nos possibilitaram compreender que a realização da Unidade Temática Investigativa é uma importante possibilidade para as aulas de História, pois proporcionam aos discentes

condições para o desenvolvimento do pensamento histórico, a partir da valorização dos conhecimentos tácitos, o que permite aos estudantes se verem como sujeito no processo de construção da aprendizagem em História.

Por entendermos a importância da realização da aula investigativa para o ensino de História e a sua contribuição para a aprendizagem histórica, propomos como produto pedagógico desta dissertação a produção de uma Unidade Temática Investigativa, que será apresentado a seguir.

3.3 Unidade Temática Investigativa: uma possibilidade para a aprendizagem sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira.

O interesse pela proposta de ensino fundamentada na Unidade Temática Investigativa nasceu a partir do resultado de uma experiência didático-pedagógica, realizada com os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, da Escola Estadual Desembargador Gabriel Pinto de Arruda do município de Cáceres, Mato Grosso, como resultado de uma atividade interdisciplinar, sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil. No plano do trabalho, os estudantes foram estimulados a visitar o Arquivo Público Municipal da cidade onde tiveram contato com os periódicos locais a partir da década de 1970 que os possibilitaram pensar os jornais como documentos históricos e, também, conhecerem o que seria um arquivo, sua estrutura, função e os acervos. Naquela oportunidade os estudantes tiveram melhor entendimento sobre os diferentes tipos de documentos e perceberam que eles são produtos da sociedade de diferentes épocas e, fundamentais para o entendimento dos acontecimentos do passado.

O plano de aula e a visita pedagógica ao Arquivo Público Municipal não foram planejados no modelo da Unidade Temática Investigativa. Entretanto, ao conhecermos essa proposta didático-pedagógica de aula investigativa entendemos a importância dessa metodologia para o ensino de História, pois está fundamentada na valorização do conhecimento tácito dos estudantes, no uso das fontes documentos para o desenvolvimento do pensamento histórico, além do diálogo entre alunos e professor. Esse método permite que os discentes, tenham maior participação no processo de aprendizagem, atribuindo-lhes o protagonismo na construção do conhecimento histórico.

Nesse modelo, a atuação do professor de História, está direcionada em auxiliar os estudantes na aquisição de ferramentas para a construção do saber histórico. Dessa maneira, o ambiente da “[...] sala de aula não é apenas um espaço onde se transmite informações, mas

onde uma relação de interlocutores constrói sentidos” (SCHIMIDT, 2017, p. 57). É nesse espaço de compartilhamentos e trocas de saberes que os discentes devem encontrar instrumentos que favoreçam e possibilitem a aprendizagem como sujeitos históricos.

Nesse sentido, apresentamos as discussões que fundamentam o produto pedagógico dessa pesquisa, com o objetivo de proporcionar o ensino referente a Ditadura Civil-Militar no Brasil pelas páginas do jornal local *Correio Cacerense*⁷⁹(1968-1978), através da proposta de uma Unidade Temática Investigativa.

A proposta da Unidade Temática Investigativa apresenta como prerrogativas, a aprendizagem voltada para a valorização das ideias históricas, a pesquisa em documentos e a reflexão e problematização das temáticas abordadas nas aulas, dentre outras. Essas possibilidades para o ensino de História estão em consonância com a segunda, dentre as dez competências gerais⁸⁰ que norteiam a Base Nacional Comum Curricular – BNCC. A segunda competência estabelece que o ensino deve possibilitar:

Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas (BRASIL, 2016, p.9).

O fragmento do documento curricular citado acima valoriza a participação ativa dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem através da análise e reflexão sobre o que está sendo trabalhado em sala de aula. Dessa forma, os discentes têm a possibilidade de realizar estudos com a finalidade de ampliar os conhecimentos, e dessa forma, ter a possibilidade de analisar criticamente os saberes adquiridos. Assim sendo, os alunos tem condições de serem “protagonistas” no processo de aprendizagem histórica.

Nessa ótica, a utilização da Unidade Temática Investigativa para ensinar sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil pelas páginas do jornal local *Correio Cacerense* (1968-1978), se torna imprescindível, pois permite o conhecimento das ideias históricas que os discentes possuem sobre o assunto abordado, além de possibilitar ao docente a utilização de diversas fontes documentais, em especial, as notícias jornalísticas que podem contribuir para a problematização e debate acerca do tema e a construção de novas perspectivas históricas.

⁷⁹O jornal *Correio Cacerense* foi criado por José Wilson de Campos no ano de 1969, na cidade de Cáceres, Mato Grosso. O impresso foi o único no município, com publicações ininterruptas durante a Ditadura Civil-Militar brasileira.

⁸⁰A Base Nacional Comum Curricular apresenta dez competências gerais da Educação Básica, as quais, inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos (BRASIL, 2016, p. 8-9).

Dessa maneira, o uso das fontes por meio da aula investigativa, também contribui para aproximar os estudantes dos fatos históricos, e dessa forma, possibilitar o entendimento e a comparação das diversas narrativas oriundas das percepções dos acontecimentos, as quais possibilitam aos estudantes construir novas ideias históricas, diferente das apresentadas inicialmente.

Na Unidade Temática Investigativa, a escolha do tema a ser trabalhado deve estar em consonância com as diretrizes curriculares e com o planejamento do docente. Segundo Fernandes (2008, p. 6), com esse método é possível que o professor elabore com maior clareza os objetivos de ensino que “[...] em relação a uma temática pode direcionar a elaboração das perguntas para investigar os conhecimentos prévios”. Nesse sentido apontamos uma proposta de Unidade Temática Investigativa, direcionada para estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental. A escolha dessa etapa de ensino está relacionada com a proposta indicada pela BNCC que prevê o ensino sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil, para esse ano da educação básica.

O ensino dessa temática é de grande importância, pois configura muito mais do que um conteúdo escolar, é fator essencial para uma educação voltada para o respeito aos direitos humanos, às diferenças e à construção da democracia. Esse estudo, também nos possibilita refletir e dar respostas, ainda que parciais, a uma série de indagações sobre o passado para compreender os acontecimentos do presente.

Ao elegermos a temática relacionada à Ditadura Civil-Militar no Brasil pelas páginas do jornal local *Correio Cacerense* na temporalidade 1968-1978, como proposta para a aula investigativa e “produto pedagógico”, pretendemos que os docentes e discentes consigam construir o conhecimento histórico sobre essa temática, utilizando e analisando fontes documentais, especialmente nesse caso as matérias jornalísticas, possibilitarão conhecer e compreender as diversas narrativas que envolvem esse acontecimento. Para a elaboração dessa aula investigativa, destacamos o uso didático das notícias veiculadas pelo jornal local *Correio Cacerense* nos anos de vigência do AI-5 (1968-1978), como um rico material para o ensino de História, pois as notícias impressas nos periódicos são capazes de revelar os níveis de relações sociais de determinadas épocas, indicar a força política dos grupos que compõem as sociedades e a expressar manifestações culturais predominantes. Essa relação possibilita compreender que as publicações informam no presente e se tornam, no futuro, fontes a serem desvendadas, pois se configuram como uma importante ferramenta para a construção do conhecimento histórico.

Para realizar a investigação dos conhecimentos prévios dos estudantes referente à Ditadura Civil-Militar no Brasil pelas páginas do jornal local Correio Cacerense (1968-1978), o docente solicitará aos alunos a produção de uma narrativa escrita, na qual deverão relacionar o que sabem (ou não) sobre esse período ditatorial, indicando as formas de aquisição dos conhecimentos específicos, que narrativas expressam os contextos sobre a dinâmica sócio-cultural da cidade de Cáceres nesse período, entre outros aspectos. Esse mapeamento cognitivo serve para compor um primeiro desenho dos conhecimentos históricos dos discentes para, em seguida, planejar as atividades didático-pedagógicas a partir de fontes documentais (notícias jornalísticas).

Se o professor achar pertinente, pode elaborar um questionário para auxiliar na construção da proposta solicitada aos discentes. O questionário deve conter indagações simples de forma que os estudantes respondam com tranquilidade e eficiência, como exemplo, o que foi a Ditadura Civil-Militar no Brasil? De que forma ficou sabendo desse acontecimento? Qual o fato que mais chama a atenção durante o regime militar no Brasil? Além da escola e dos professores, que outras pessoas falaram sobre a temática? Qual a importância das notícias de jornais circularem pela cidade? Conhecendo os alunos, o(a) docente pode elencar outras questões que julgar necessário. Essa etapa de investigação dos conhecimentos prévios dos estudantes deve ser organizada e orientada pelo docente para que a produção das narrativas escritas possam ser realizadas com calma, mediante o diálogo e mediação entre alunos e professor.

Após a etapa de investigação dos conhecimentos prévios, o professor realizará a categorização das informações/respostas obtidas através das narrativas escritas pelos estudantes referente à temática abordada. O ideal é que a tabulação das informações seja realizada juntamente com os alunos, conforme destaca Fernandes (2008, p. 7).

As práticas têm apontado para a importância de se fazer a problematização junto aos alunos, de preferência mostrando a tabulação para que eles se identifiquem e se localizem nas suas respostas. Acredita-se que esse momento é imprescindível para que se dê um início de conflito cognitivo quando o aluno começa confrontar as várias interpretações dadas por ele e seus colegas à temática que será estudada.

Após a tabulação das ideias apresentadas pelos estudantes, o docente deve realizar a análise das informações e verificar aquelas que se aproximam da temática proposta e as que mais aparecem nas narrativas escritas. Com a categorização das ideias históricas dos discentes, o professor deve elaborar e propor uma intervenção pedagógica problematizadora fundamentada e com o uso das fontes documentais.

Neste sentido, Barca (2004), ressalta que para a realização desse modelo de plano de aula, alguns princípios devem ser considerados:

- I – É possível que as crianças compreendam a História de uma forma genuína, com algum grau de elaboração, se as tarefas e os contextos concretos das situações em que forem apresentados tiverem significado para elas.
- II – Os conceitos históricos são compreendidos gradualmente, a partir da relação com os conceitos de senso comum que o sujeito experimenta. O contexto cultural e as mídias são fontes de conhecimento que devem ser levadas em conta, como ponto de partida para a aprendizagem histórica.
- III – Quando o aluno procura explicações para uma situação do passado à luz da sua própria experiência revela já um esforço de compreensão histórica. Este nível de pensamento poderá ser mais elaborado do que aquele que assenta em frases estereotipadas, desprovidas de sentido humano.
- IV – O desenvolvimento do raciocínio histórico processa-se com oscilação e não de uma forma invariante. Tanto as crianças, como adolescentes e adultos poderão pensar de uma forma simplista, em determinadas situações, e de uma forma mais elaborada noutras.
- V – Interpretar o passado não significa apenas compreender uma versão acabada da História que é reproduzida no manual ou pelo professor. A interpretação do “contraditório”, isto é, da divergência de mensagens, é um princípio que integra o conhecimento histórico genuíno (BARCA, 2004, p. 139).

Os princípios apontados por Barca (2004), para a realização da aula-oficina, que foram parâmetros para a elaboração da Unidade Temática Investigativa, apontam a importância dessa metodologia para o ensino de História. Entretanto, para que os princípios acima elencados façam parte do processo de ensino e aprendizagem dos discentes, as aulas ministradas devem se distanciar dos modelos tradicionais de ensino, pautados na reprodução e memorização de conteúdos.

A Unidade Temática Investigativa possibilita que o docente utilize várias fontes documentais nas aulas de História, que possam contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes, ao permitir a aproximação destes com os acontecimentos do passado. Dessa forma, o uso didático de documentos permite ao professor criar possibilidades para despertar o pensamento crítico, o gosto pela prática da leitura e a construção dos argumentos históricos, além de um ensino mais atrativo e estimulante.

Na metodologia da Unidade Temática Investigativa, a intervenção pedagógica deve acontecer por meio da utilização de fontes documentais como ferramenta para o desenvolvimento da aprendizagem histórica. Nesse sentido, ressaltamos a importância dos Arquivos como *lócus* para o ensino de História, neste caso, como possibilidade para a realização da intervenção pedagógica. Para isso, consideramos o aspecto social do Arquivo

como local de preservação da memória onde os registros nele armazenados possibilitam a compreensão dos acontecimentos de determinadas épocas, os quais possuem grande importância para o conhecimento da sociedade no passado e no presente.

Nessa ótica, Fratini (2009) argumenta que as atividades pedagógicas realizadas nos Arquivos são de grande importância, pois contribuem de várias formas no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, a começar pela “[...] formação de cidadãos conscientes da importância e da representatividade de um arquivo para um indivíduo e para uma sociedade em termos políticos, jurídicos, históricos, culturais etc. (FRATINI, 2009, p. 5). Dessa forma, a autora destaca que a Educação Patrimonial é o caminho para que a sociedade possa compreender o Arquivo como um patrimônio documental ligado as demandas político-sociais de indivíduos e grupos, e dessa forma, se desvencilhar da concepção de que o espaço é destinado para “guardar coisas antigas”.

A função do Arquivo não se destina apenas ao armazenamento de documentos, ele é um lugar de memória e, cabe à Educação Patrimonial criar mecanismos que viabilizem, e estreite a relação entre patrimônio e sociedade, de forma que esta se identifique e construa significados. Sendo assim, as fontes guardadas pela instituição constituem importantes acervos para auxiliar no entendimento sobre a memória social de uma sociedade em um determinado período.

Para ensinar História a partir das fontes documentais alocadas nos Arquivos, o professor deve elaborar métodos que possibilite o estudante a realizar leituras do meio em que está inserido, e se perceber como sujeito integrante dele. Segundo Bittencourt (2011, p. 331), os documentos não foram produzidos com intenções pedagógicas e por este motivo o docente deve elaborar metodologias diferenciadas para transformá-los em recursos didáticos, e dessa forma facilitar a “[...] compreensão de acontecimentos vividos por diferentes sujeitos em diferentes situações”.

Segundo Bittencourt (2011) são múltiplas as possibilidades para o uso pedagógico dos documentos. Para a historiadora, as fontes documentais podem ser utilizadas como instrumentos para fundamentar uma ideia ou hipóteses nas aulas, ou ser consideradas fontes de informações para uma questão histórica na qual explicita a ação de determinados sujeitos e também para apresentar o tema de estudo na condição de situação-problema.

Ao utilizarmos o Arquivo como um possível *lôcus* para a realização da intervenção pedagógica proposta pela Unidade Temática Investigativa, sugerimos que o docente, dentro de suas possibilidades, organize uma visita pedagógica ao Arquivo Público Municipal de

Cáceres⁸¹, para que os estudantes se ambientem com o lugar e realizem pesquisas nos periódicos, principalmente da década de 1970 que estão em consonância com o período de delimitação da aula investigativa. Dessa forma, o professor pode realizar a intervenção pedagógica utilizando as fontes pesquisadas pelos próprios alunos e selecionadas por ambos.

Para que a visita pedagógica ao Arquivo Público Municipal de Cáceres contemple os objetivos da aula, o professor deve possibilitar que os estudantes percebam a instituição arquivista como um local que preserva parte da memória histórica da cidade e, que a leitura desse espaço contribui para suas percepções enquanto sujeitos históricos. Nesse sentido, o Arquivo pode ser considerado um local importante para a realização das aulas de Histórias.

Entretanto, se não for possível o deslocamento ao Arquivo Público Municipal de Cáceres, o professor pode realizar a aula a partir das fontes jornalísticas que estarão presentes na proposta da Unidade Temática Investigativa para estudar a Ditadura Civil-Militar no Brasil pelas páginas do jornal local *Correio Cacerense* (1968-1978).

Em se tratando da relevância dos jornais impressos como possibilidade para o ensino de História, enfatizamos que as publicações jornalísticas carregam em si, um “leque” de possibilidades para o entendimento dos acontecimentos do passado e do presente. Entretanto, é preciso ponderar que as notícias veiculadas nos jornais não possuem neutralidade e imparcialidade em relação aos acontecimentos da sociedade, pois carregam um conjunto de intencionalidades políticas, econômicas, sociais e culturais. Nesse sentido, Vale, Arriada e Claro (2010, p. 67), enfatizam que “os jornais e periódicos estão localizados na encruzilhada entre sociedade, política e poder, combinando-se com eles em alguns momentos endossando o discurso oficial, em outros se opondo a ele”.

Nesse sentido, entendemos que os jornais são fontes importantes para o ensino sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil, pois carregam informações que contribuem para o entendimento das diversas narrativas sobre o período, possibilitando ao docente comparar fontes e problematizar a temática em questão, com o objetivo de possibilitar aos estudantes desconstruir e reconstruir concepções históricas sobre esse acontecimento político do Brasil.

Na produção da Unidade Temática Investigativa como material didático, utilizamos alguns recortes das publicações do jornal *Correio Cacerense*⁸² que foram veiculadas entre os

⁸¹ As visitas pedagógicas ao Arquivo Público Municipal de Cáceres devem ser previamente agendadas na instituição. Para a realização do agendamento o professor deve apresentar a data da visita, período e horário, número de alunos e o documento que pretende pesquisar.

⁸² As publicações do jornal *Correio Cacerense* estão alocadas no Arquivo Público Municipal de Cáceres e estão disponíveis para serem consultadas por pesquisadores, professores, estudantes e para sociedade. Muitas edições do periódico foram perdidas com o passar do tempo e a ausência de estruturas adequadas para sua conservação.

anos de 1969-1978 e, que retratam as formas como a Ditadura Civil-Militar brasileira foi veiculada nos noticiários da imprensa local (cidade de Cáceres/MT), que vão permitir aos estudantes, com a ajuda do professor analisá-las de acordo com o objetivo proposto e identificar que tipo de narrativas foram veiculadas sobre esse período.

Outra fonte que irá compor a proposta dessa Unidade Temática Investigativa são trechos das narrativas historiográficas que compõe essa dissertação, para auxiliar o docente na contextualização da temática abordada. Desse modo, o professor pode orientar os estudantes na análise e problematizações das fontes, possibilitando os estudantes compararem as semelhanças e diferenças entre as narrativas presentes nos jornais e as narrativas historiográficas. E ainda, no caso da impossibilidade da visita pedagógica ao Arquivo Público Municipal de Cáceres, as fontes a serem utilizadas nas aulas podem ser somente as que constam na proposta de Unidade Temática Investigativa.

Nesse sentido, como parte da intervenção pedagógica, o docente em conjunto com os estudantes selecionará duas fontes documentais relacionadas com a temática da aula investigativa, em seguida o professor deve orientar os alunos a responderem as seguintes indagações acerca das fontes: que tipo de documento é esse? O que está sendo abordado no documento? Quem o produziu? Como foi produzido? Para que foi produzido? Como os leitores compreenderam as notícias veiculadas? Essas e outras questões ajudarão a contextualizar historicamente as fontes documentais relacionando com o tema abordado na aula.

Após a análise das fontes referente à temática proposta e das discussões acerca do tema, começa a etapa da comunicação, na qual o docente deve solicitar aos estudantes a produção de uma narrativa histórica abordando tudo o que foi realizado até o momento. Essa atividade pode ser individual ou em grupo. Nessa etapa, a produção deve ser livre, ou seja, o estudante pode expressar o seu entendimento em relação às fontes, articulando com os conhecimentos prévios apresentados anteriormente. Ao término da produção, a narrativa será compartilhada em forma de leitura com os colegas e professor, que poderão realizar considerações e apontamentos para ajudá-los a construir uma versão posterior da narrativa.

A segunda etapa da comunicação acontece após as discussões resultantes das leituras da primeira narrativa produzida pelos estudantes. Nesse momento, o docente realizará a contextualização histórica referente à Ditadura Civil-Militar no Brasil pelas páginas do jornal local *Correio Cacerense*(1968-1978), logo, solicitará aos discentes uma nova narrativa escrita com o objetivo de verificar as mudanças em relação à produção anterior. Para produzir a segunda narrativa histórica, os estudantes terão como base as fontes documentais, as

narrativas históricas e a produção escrita anteriormente. Esses dados ajudarão na etapa da metacognição.

Neste momento, para auxiliar na comunicação das narrativas produzidas e a forma do docente verificar se houve mudanças nas ideias históricas dos estudantes referente ao tema abordada na Unidade Temática Investigativa, o professor pode solicitar aos discentes uma produção que o possibilite verificar se houve aprendizagem e de que forma ela contribuiu para a construção do conhecimento histórico adquirido por eles. Segundo Fernandes (2008, p. 8), esse momento da comunicação pode ser interpretado como “[...] uma avaliação mais formal dentro do processo todo”. Entretanto, essa avaliação não pode ser entendida como um instrumento para julgar e criticar a aprendizagem histórica dos estudantes entre certo ou errado, ela deve ser direcionada para a verificação da construção do conhecimento histórico.

Na perspectiva dessa proposta de Unidade Temática Investigativa propomos como forma de comunicação da aprendizagem dos estudantes a realização de um seminário em grupo, abordando a temática sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil. Segundo Gracieli Dall Ostro Persich e Luthiane Myszak Valença de Oliveira (2015), essa metodologia contribui para participação dos estudantes na construção do processo da aprendizagem, ao apresentar a seguinte definição:

[...] um seminário representa uma inovação educacional, quando apresenta as condições necessárias para que este se efetive e consequentemente possibilite a aprendizagem dos sujeitos envolvidos, não apenas do “seu assunto”, mas de todos os conceitos postos em pauta pelo educador nesta etapa de ensino. Condição essa que é: a participação de todos os sujeitos, com todos os elementos nas várias etapas do trabalho (PERSICH; OLIVEIRA, 2015, p. 296).

Conforme os apontamentos acima, a produção de seminários como metodologia para a aprendizagem está dentro dos requisitos da proposta de Unidade Temática Investigativa, uma vez que, a aula investigativa acontece com a participação de alunos e professor. Para a realização do seminário alguns critérios devem ser seguidos, a começar pela organização dos grupos de trabalho, planejamento das etapas da temática e a apresentação. Essas etapas podem ser realizadas em conjunto entre alunos e professores; entretanto, os estudantes devem ficar responsáveis pela elaboração do seminário, pois será uma forma de expressar o conhecimento adquirido na condição de protagonistas da ação pedagógica.

Para o seminário o docente deve sugerir que os alunos utilizem as fontes pesquisadas no Arquivo Público Municipal, juntamente com outras que achar necessário para compor a apresentação da temática abordada. Nessa etapa, os estudantes podem produzir cartazes,

folhetos explicativos e, outros recursos disponíveis na escola, como data show, aparelho de som, aparelho de TV, dentre outros.

Considerando que os alunos produzirão conhecimentos através de uma atividade diferente, sugerimos que as apresentações do seminário aconteçam para outras turmas, no intuito de que outros estudantes tenham acesso aos temas. A escolha das turmas para assistir às apresentações, ficará a critério dos estudantes e professor.

Após as apresentações do seminário, o professor realizará a última etapa da Unidade Temática Investigativa, que diz respeito à avaliação da metacognição histórica dos estudantes. Nesse momento, os alunos irão compreender se aprenderam e de que forma adquiriram o conhecimento referente à temática proposta para esse produto pedagógico. Dessa forma, o professor deve possibilitar caminhos para a realização da metacognição e para isso, pode realizar indagações que permitem os estudantes refletir sobre sua aprendizagem. As indagações podem ser da seguinte forma: Você considera a abordagem do tema importante? A pesquisa e análise das fontes foram importantes para a construção de novas aprendizagens sobre a temática abordada? De que forma a construção desse conhecimento histórico se torna importante para a sua formação escolar? Quais foram as dificuldades encontradas no processo de aprendizagem? Conseguiu superar as dificuldades? As respostas para essas questões podem surpreender o professor, entretanto, podem apontar caminhos para o que e como ensinar.

É neste momento da metacognição, que o professor deve realizar a comparação da primeira narrativa e a última produzida pelos discentes para verificar se houve mudanças no pensamento histórico sobre o tema proposto na Unidade Temática Investigativa. Assim sendo, o desenvolvimento das ideias históricas dos estudantes, constituem grande importância para a construção da consciência histórica.

Assim, os estudantes precisam compreender que são, antes de tudo, sujeitos históricos, produtores de acontecimentos históricos. Esse entendimento decorre da reflexão do cotidiano e da compreensão da consciência histórica, definidas por Jörn Rüsen (2001):

[...] A consciência histórica será analisada como *fenômeno do mundo vital*, ou seja, como uma forma de consciência humana que está relacionada imediatamente com a vida humana na prática. É este o caso quando se entende por consciência histórica a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo (RÜSEN, 2001, p. 57)

A consciência histórica está intrinsecamente ligada ao cotidiano e na forma como o homem interpreta as suas experiências no tempo e dá sentido a elas. Assim, o professor de

história pode auxiliar o estudante na interpretação e compreensão de suas vivências e associá-las ao que está sendo estudado nas aulas. Dessa maneira, a metodologia da Unidade Temática Investigativa possibilita aos estudantes ser participantes na construção da narrativa histórica, parte fundamental da consciência histórica.

Por tudo isso, o conceito de Unidade Temática Investigativa apresenta-se como uma importante metodologia para o ensino de História, pois suas bases estão direcionadas para a valorização do pensamento histórico dos estudantes, o que atribui mais sentido para a aprendizagem da História e para a formação da consciência histórica.

Nesse sentido, conforme aponta Fernandes (2008, p. 15), a aplicação dessa metodologia “[...] mostrou-se perfeitamente viável, desde que haja tempo suficiente para a realização de todo o processo necessário”. Assim sendo, consideramos que a utilização desse método para um trabalho pedagógico sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil pelas páginas do jornal local *Correio Cacerense* (1968-1978), possibilita aos docentes criar estratégias para mediar os estudantes no processo de desconstrução/construção das narrativas históricas sobre esse acontecimento e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento da consciência histórica nos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar os acontecimentos da Ditadura Civil-Militar no Brasil, sobretudo, os anos de vigência do Ato Institucional n. 5 (1968-1978) tendo como *locus* a cidade de Cáceres, Mato Grosso. Para isso, analisamos a influência da imprensa no que concerne à produção e veiculação de notícias no cotidiano da cidade, seus propósitos e intervenções políticas e sociais. Assim, tomamos como *corpus* documental central as publicações do jornal local *Correio Cacerense*, único com veiculação ininterrupta durante o governo dos militares.

Ocupando um lugar estratégico no tabuleiro social, os periódicos são atravessados por inúmeras relações de poder, nas quais circulam diferentes indivíduos com opiniões divergentes sobre vários assuntos. Assim sendo, analisamos os discursos presentes nas notícias veiculadas pelo *Correio Cacerense*, sobretudo a constituição de uma “memória positiva” sobre o regime militar que ainda é preponderante no coletivo social da cidade. Por isso mesmo, salientamos que o uso pedagógico das notícias jornalísticas para o debate acerca dos acontecimentos dos governos dos generais, constitui um campo aberto com inúmeras possibilidades e esperamos ter contribuído para novas questões tanto para pesquisadores, quanto para docentes.

Ao elegermos a temática referente a Ditadura Civil-Militar no Brasil, nos ancoramos na emergência e necessidade de discutir e problematizar os acontecimentos do período, uma vez que, são múltiplos os discursos que os permeiam. Mesmo após 57 anos da culminância do Golpe Civil-Militar de 1964 e dos anos de autoritarismo que o seguiram, as questões referentes a esse período ainda soam mal resolvida na sociedade. Na atual conjuntura política do país são constantes os discursos proferidos por alguns segmentos da sociedade que conclamam a intervenção militar no país e, também por um governo conflituoso, conservador e polarizado.

Nessa esteira, o ensino de História possibilita múltiplas formas de conhecer os acontecimentos do passado a partir das indagações do presente. Dessa maneira, pensar os acontecimentos da Ditadura Civil-Militar no Brasil, sobretudo, os anos de vigência do Ato Institucional N. 5 (1968-1978) tendo como *locus* a cidade de Cáceres, Mato Grosso, contribui, mesmo que minimamente, para que os estudantes compreendam as várias narrativas que circundam esse acontecimento. Sendo assim, as discussões que abarcam a análise das notícias

jornalísticas, também podem promover a aproximação dos estudantes com os acontecimentos do governo dos militares que foram veiculados pelo jornal.

Para esse estudo, os docentes podem utilizar diversas metodologias para que as aulas de História se tornem interessantes, estimulantes, e a aprendizagem, significativa e prazerosa. Assim sendo, o uso de documentos como recursos didáticos nas aulas de História, auxiliam os estudantes a trilhar caminhos para o desenvolvimento do saber histórico, além de fornecer possibilidades para responder as indagações e as problematizações do presente.

Nesse sentido, foi essencial pensar o ensino de História a partir do uso das fontes documentais, sobretudo, a utilização das notícias jornalísticas como material didático para o ensino da disciplina. Considerando que as matérias dos periódicos são compostas por diversos interesses políticos, econômicos e sociais, que as tornam fontes importantes para o conhecimento do passado. Segundo Luca (2010), o jornal não é uma obra solitária, em suas publicações circulam diferentes indivíduos, ora discordando, ora convergindo em consenso sobre assuntos diversos. Sendo assim, em se tratando da Ditadura, grande parte da imprensa nacional, apresentou opiniões que transitaram da desestabilização do governo de João Goulart e a concordância com o golpe e, posteriormente, sobretudo nos anos de maior autoritarismo do governo dos militares, a busca pela liberdade de expressão.

É notável que durante a ditadura o discurso adotado pela imprensa jornalística apresentou mudanças, especialmente quando as redações dos jornais passaram a conviver com a presença de um censor. Como uma das formas de resistência e para driblar a censura, muitos jornais publicavam receitas culinárias, poemas, letras de músicas e até mesmo páginas em branco, no lugar dos textos censurados.

Sendo assim, os periódicos possibilitam aos estudantes perceberem e analisarem como os acontecimentos históricos de determinadas épocas, que na maioria das vezes nem sempre são abordados nos livros didáticos, aparecem nas notícias dos jornais que circularam na cidade em que moram. Dessa forma, o uso dessas fontes em sala de aula, tratando de “[...] temas da história, sobretudo da história nacional, cumprem um papel educativo que extrapola os muros da escola e levam esses saberes a circular mais amplamente na sociedade”. (FONSECA, 2011, P. 36).

No que tange o uso didático das fontes documentais, destacamos o Arquivo Público Municipal de Cáceres, como possibilidade para o ensino de História. Considerando a instituição como lugar de memória, as fontes que compõe o seu acervo constituem importantes possibilidades para o conhecimento e entendimento sobre a memória social de uma sociedade em um determinado período.

Dessa forma, buscamos evidenciar a importância da experiência didático pedagógica ao Arquivo Público Municipal de Cáceres, como uma possibilidade para os estudantes conhecer e manusear o acervo documental alocado no espaço e, compreendê-lo como um lugar de memória, que abarca parte da memória sócio-históricas da cidade, que são fundamentais para o conhecimento do passado.

Vale citar ainda que na visita ao Arquivo Público Municipal, os estudantes entraram em contato com os periódicos da década de 1970, que os possibilitaram compreender os jornais como documento histórico. Ao acessar as notícias jornalísticas, os discentes identificaram a forma como os acontecimentos da Ditadura foram veiculadas no jornal *Correio Cacerense*, o que possibilitou um importante debate acerca do período.

Por entendermos que o uso das fontes documentais para o ensino de História, contribui para o desenvolvimento da aprendizagem de forma mais significativa, onde os estudantes atribuem sentido ao que está sendo estudado, realizamos como “produto pedagógico” dessa pesquisa, uma proposta de aula de História utilizando a metodologia da “Unidade Temática Investigativa”, que foi descrita no capítulo III desta dissertação, na qual, propomos um modelo de aula investigativa sobre a Ditadura Civil-Militar do Brasil, para que os estudantes consigam relacionar as notícias dos periódicos com a historiografia nacional e global e, principalmente, fazendo uma ligação com o meio em que está inserido.

Assim sendo, a relevância dessa pesquisa está direcionada para as reflexões sobre o ensino de História e, para as possibilidades metodológicas apresentadas, que podem contribuir para o estudo e o debate acerca da Ditadura Civil-Militar no Brasil, tomando como fonte as notícias veiculadas pelo jornal *Correio Cacerense*, que podem ser desenvolvidas nas escolas da cidade e região. Portanto, essa dissertação pode ser utilizada como parâmetro para outras pesquisas que se interessem por outros aspectos relacionados a essas fontes.

A despeito do atual cenário político, é preciso lembrar que a liberdade e democracia são lutas constantes. Como educadores e sujeitos históricos, precisamos nos fortalecer e criar estratégias para combater as medidas autoritárias, exacerbada e conflituosas, não apenas no ambiente escolar, mas nos diferentes âmbitos da vida.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Maria do Socorro de Souza. **Paixões políticas em tempos revolucionários**: nos caminhos da militância, o percurso de Jane Vanini. (1964 - 1974). Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 2002.

BARBOSA, Julia Letícia Camargo. **Conhecendo o inimigo**: criminalidade política e subversão, o DOPS mineiro na ditadura militar (1964-1973). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Sociais, Política e Jurídicas, Universidade Federal de São João Del Rei, Minas Gerais, 2012.

BARBOSA, Marialva. **Imprensa e ditadura**: do esquecimento à lembrança em imagens síntese. Revista Brasileira de História da Mídia. v. 3, n. 2, p. 11-20, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4131>. Acesso em: 20 abr. 2020

BARCA, Isabel. **Educação Histórica**: uma nova área de investigação. Revista da Faculdade de Letras – História, Porto, III série, v. 2, 2001, p. 13 - 21. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2305.pdf> Acesso em: 20 abr. 2021.

BERBER, Bernadette. SILVA, Eduardo da. BONFIGLIO, Simoni Urnau. Metacognição como processo da aprendizagem. Revista Psicopedagogia. v. 31, n. 95, p. 144-151, 2014. Disponível em: <https://www.revistapsicopedagogica.com.br/detalhes/74/metacognicao-como-processo-da-aprendizagem> Acesso em: 20 abr. 2021.

BIROLI, Flávia. **Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia**: sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004. VARIA HISTORIA, vol. 25, nº 41: p.269-291, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752009000100014>. Acesso em: 15 maio 2021.

BITTENCOURT, Circe Maria. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de história. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 12.ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 11-27.

BUENO, Bruno Bruiguessi. Os fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu Legado na Constituição do Estado Brasileiro Contemporâneo. **Revista Sul-Americana de Ciências Políticas**, v. 2, n. 1, p. 47-64, 2014. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/3311>. Acesso em: 07 fev. 2021.

CAINELLI, Marlene Rosa. TOMAZINI, Elizabete Cristina de Souza. A aula-oficina como campo metodológico para a formação de professores de História: um estudo sobre o PIBID/História/Uel. História & Ensino, v. 23, n. 2, p. 11-33, 2017.

CAPELATO, Maria Helena Rolin. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 15.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CERRI, Luis Fernando. O conceito de consciência histórica e os desafios da didática da história. **Revista de História Regional**, v. 6, n. 2, p. 93-112, 2001. Disponível em: www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2133. Acesso em: 22 out. 2019.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. *In*: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). **História: novos problemas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.p.17- 48.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 85-104, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21862009000100005>. Acesso em: 14 out. 2019.

DANTAS, Audálio. A mídia e o golpe militar. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 80. p. 59-74. 2014. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100007. Acesso em: 20 jan. 2021.

D'ARAUJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Almeida. Neves. (org.).**Brasil Republicano: o tempo do regime autoritário – Ditadura Militar e Redemocratização Quarta República (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 12-68.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas. **Revista Grafia**,v. 9, p. 175-191 2012. Disponível em: http://www.fuac.edu.co/recursos_web/descargas/grafia/grafia9/175191-.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

FERNANDES, Lindamir Zeglin. **A reconstrução de aulas de História na perspectiva da Educação Histórica: da aula oficina à unidade temática investigativa**. 8º ENPEH - Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História: Metodologias e Novos Horizontes. 2008.

FERREIRA, Jorge. Ao mestre com carinho, ao discípulo com carisma: as cartas de Jango a Getúlio. *In*: GOMES, Angela Castro. (org.). Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 279- 294.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela Castro. **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FICO, Carlos. O golpe de 64 e o papel do governo dos EUA. *In*: FICO, Carlos; *et al.* (org.). **Ditadura e Democracia na América Latina. Balanço Histórico e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.p. 60- 95.

FICO, Carlos. **O Golpe de 64: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p.29-60, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2020.

FONSECA, Selva Guimarães, **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas: Papirus, 2003.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. Campinas: Papirus, 1993.

FONSECA, Thais Nívea de Lima e. **História & ensino de História**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FRATINI, Renata. Educação patrimonial em arquivos. Histórica – **Revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 34, 2009. Disponível em: <https://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materiais/anteriores/ed34/materia05>. Acesso em 05 fev. 2021.

GINZBURG, Carlos. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Priscila Ribeiro; MONTEIRO, Magno Vinícius da Silva. **Arquivo e Escola: buscando ações extensionistas como possibilidade de aproximação**. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, n. 10, p. 61-80, 2016. Disponível em: www.pro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/arquivo-e-escola-buscando-aco-es-extensionistas-como-possibilidade-de-aproximacao/. Acesso em: 05 fev. 2021.

GONÇALVES, Luciana de Freitas. **Imprensa e poder em tempos de Segurança Nacional: Cáceres – MT (1969-1984)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

JUNIOR, Jairo Sanguiné. A imprensa e o Processo de redemocratização do Brasil. Sociedade em Debates. Pelotas, v. 4, n. 3, p. 19-35, 1998. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/issue/view/60> Acesso em: 29 abr. 2021.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4.ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

LEITE, Maria Solange Sá. **A cidade de Cáceres/MT e o seu Patrimônio Cultural: Produção de um guia didático-histórico**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de

História) – Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres, 2018.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSK, Carla Bessanezi (org.). **Fontes históricas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.p.111-153.

MENDES, Natalino Ferreira Mendes. **História de Cáceres**: história da administração municipal. 2.ed. Cáceres : Editora UNEMAT, 2009.

MENDES, Natalino Ferreira Mendes. **História de Cáceres**: origem, evolução, presença da força armada. Cáceres: Editora UNEMAT, 2010.

MORAES, Livia Assad de. Ditadura militar: a memória jornalística como parte da revisão histórica. **Revista Brasileira de História da Mídia**. São Paulo, v. 3, n. 2, p. 33-41, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa:1964-1969. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 62-85, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101x014026005>. Acesso em: 25 ago. 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 79, p. 195-216, 2018.Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472018v38n79-10>. Acesso em: 25 ago. 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os expurgos de 1964 e o discurso anticorrupção na caricatura da grande imprensa. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 18, p. 09-39, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/2175180308182016009>. Acesso em 15 jan. 2021.

NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil:trajetória e perspectivas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 143 -162,set. 92/ago.93. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=30596. Acesso em: 08 nov. 2020.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: A problemática dos lugares. São Paulo: PUC, 1981.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). **Historiae**, Rio Grande, v. 2, n. 3, p.125-142, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2614>. Acesso em: 20 jun. 2020.

PEREIRA, Antunes Railane. **Educação patrimonial**: o papel do arquivo nacional. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

PRIORE, Mary Del. História do cotidiano e da vida privada. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p.259-274.

RAMOS, Márcia Elisa Teté; CAINELLI, Marlene Rosa. A Educação Histórica como campo investigativo. **Diálogos**, v. 19, n. 1, p. 11-27, jan.-abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/33801>. Acesso em: 15 jan. 2021.

REIS, José Carlos. **Nouvelle Historie e tempo histórico**: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Editora Ática, 1994.

RIBEIRO, Aurení Moraes. **Entre a representação e resistência** – memória do jornalistas que trabalharam na imprensa de Porto Velho. *Info & Comun*, v. 14, n. 1, p. 14-30, jan. a jun. 2011. Disponível em: DOI: 10.5216/c&i.v14i1.21497. Acesso em: 15 jan. 2021

ROCHA, Nathália Fernandes Egito; PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. **O que dizem sobre a BNCC?** Produções sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no período de 2010 a 2015. *Espaço do Currículo*, v.9, n.2, p. 215-236, Maio a Agosto de 2016. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.15687/rec.v9i2.29922>. Acesso em: 20 jan. 2021.

RÜSEN, Jörn. **Razões históricas**: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. O currículo da disciplina escolar história no colégio Pedro II – a década de 1970 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a História e os Estudos Sociais. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: https://ppge.educacao.ufrj.br/teses/Tese_Beatriz_Boclin.pdf . Acesso em: 15 de jan. 2021.

SANTOS, Flávio Batista dos; CAINELLI, Marlene Rosa. **Educação histórica e temporalidade**: Campo e Categoria do ensino e aprendizagem em história. *Revista Histedbr on-line*, Campinas, v.19, p. 1-16, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8654355> Acesso: 04 fev. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP. Autores Associados, 2013.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2004.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 54-66.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; GARCIA, Tânia Maria F. Braga. A Formação da Consciência Histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de História. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 25, n. 67, p. 297-308, dez. 2005. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 20 de abr. 2021.

SILVA, Andréa Villela Mafra da. **A pedagogia tecnicista e a organização do sistema de ensino brasileiro**. *Revista HISTEDBR online*, Campinas, n 70, p. 197-209, dez. 2016.

Disponívelem:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8644737/0>. Acesso em: 15 de jan. 2021.

Fontes

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em: 05 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto Lei n. 5.449, de 04 de junho de 1969**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5449-4-junho-1968-359221-normaatuizada-pl.html> Acesso em: 18 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto Lei n. 6.634, de 02 de maio de 1979**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6634.htm. Acesso em: 10 out. 2020.

COSTA, Antônio. **Centenário do cinema em Cáceres e as ricas histórias da sétima arte**. Cáceres: ZakineWS, 2020. Disponível em: <http://www.zakineWS.com.br/noticia.php?codigo=14280>. Acesso em: 30 set. 2020.

Jornal Correio Cacerense (matérias jornalísticas e Edições)

2º B. Fronteira comemorará VI Aniversário da Revolução. *Correio Cacerense*. Cáceres, 29 mar. 1970. p.1.

2º B. Fronteira vai construir pontes. *Correio Cacerense*. Cáceres, 11 jun. 1970. p.1.

2º B. Fronteira em Manobra. *Correio Cacerense*. Cáceres, 02 out. 1969. p. 1.

Comandante do II Exército inaugura escola. *Correio Cacerense*. Cáceres, 29 maio. 1977. p. 1.

Pena de Morte no Brasil. *Correio Cacerense*. Cáceres, 25 set. 1969. p. 4.

Coluna Social. *Correio Cacerense*. Cáceres, 09 mar. 1969. p. 4.

Coluna Mosaico. *Correio Cacerense*. Cáceres, 17 ago. 1969. 4.

Resposta ao Leitor. *Correio Cacerense*. Cáceres, 16 abr. 1970. p. 4.

Aniversário da Revolução. *Correio Cacerense*. Cáceres, 02 abr. 1970. p. 1.

Médici: Brasil será um dos grandes. *Correio Cacerense*. Cáceres, 19 set. 1971. p.1.

Jurista Famoso elogia Ato Institucional n. cinco. *Correio Cacerense*. Cáceres, 18 jan. 1969. p. 1.

Crise na distribuição de energia. *Correio Cacerense*. Cáceres, 08 fev. 1974. p. 1.

“Levante o topete, exija e bata o pé”. *Correio Cacerense*. Cáceres, 23 set. 1971. p. 2.

Médici: Brasil será um dos grandes. *Correio Cacerense*. Cáceres, 19 set. 1971. p. 1.

Cáceres foi notícia em São Paulo. *Correio Cacerense*. Cáceres, 30 ago. 1970. p. 1.

Cáceres: Ainda Desconhecida. *Correio Cacerense*. Cáceres, 22 fev. 1973. p. 1.

Jornal do Brasil

Presidente Jânio Quadros renunciou “vencido pela reação”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 26 ago. 1961. p. 1

São Paulo adere a Minas e anuncia marcha ao Rio contra Goulart. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 01 abr. 1964. p. 1.

Escola Estadual Desembargador Gabriel Pinto de Arruda.

Questionário com os estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental – 2018.

Tema: Aula interdisciplinar referente à Ditadura Civil-Militar brasileira e a Visita ao Arquivo Público Municipal de Cáceres.

Estudante: N. F.

1 – Durante as aulas, fizemos um trabalho interdisciplinar sobre a Ditadura Militar. O que você recorda desse trabalho? Quais fatores aguçaram a sua curiosidade sobre o tema?

Resposta: Através do trabalho sobre Ditadura Militar, nós alunos, não estudamos apenas aquilo que estava presente no livro didático em relação a esse importante e triste período da história do Brasil, mas também tivemos acesso a biografia de pessoas que vivenciaram momentos terríveis, proporcionados por um governo opressor e antidemocrático, que criou um ambiente nacional instável, repleto de medo e insegurança por parte da população. Um dos fatores que aguçaram a minha curiosidade foi o fato de muitas músicas, que apesar de terem aparentemente uma letra despretensiosa, conterem “camufladas” entre seus versos ferrenhas críticas ao governo ao qual a sociedade brasileira era submetida.

2 - Em 2018, um dos assuntos estudados nas aulas foram os diversos tipos de documento históricos, tais como: jornais, fotografias, monumentos, cartas, músicas, filmes, dentre outros. O que você compreendeu sobre esse conteúdo? Ou qual a importância desses documentos para o estudo da História?

Resposta: A partir desse conteúdo, eu compreendi a importância da existência de pessoas e locais que preservem documentos históricos, pois eles apresentam a história de um povo e os acontecimentos marcantes de uma sociedade.

No estudo da história de uma nação é fundamental conhecer documentos históricos, já que eles trazem informações cruciais para o entendimento dos momentos importantes desta sociedade que está sendo analisada, além de demonstrar como era a forma de escrita da época na qual o documento foi feito.

3 – Relate um pouco sobre o que foi conhecer um espaço que guarda uma parte da memória histórica da nossa cidade, dos nossos habitantes. Como foi conhecer o Arquivo Público Municipal?

Resposta: Foi ótimo conhecer o Arquivo Público de Cáceres, pois através desta visita percebi que as fontes históricas da minha cidade não estão totalmente abandonadas pelo poder público, que reconhece, de certa forma, a importância de preservar a história do povo cacerense.

Ter acesso a jornais que apresentam informações sobre um período anterior a minha existência, fez com que eu conhecesse como era um importante meio de comunicação da época dos meus avós, além de que, a partir de então, eu conheci como era a forma de escrita de dezenas de anos atrás, que apresenta diferenças significativas em relação a da atualidade.

4 - Ao manusear/ler/conhecer os jornais do arquivo, que sentidos lhe foram suscitados?

Resposta: A minha curiosidade foi sendo impulsionada cada vez em que eu pegava um jornal, principalmente aqueles referentes aos anos referentes a Segunda Guerra Mundial e a Ditadura Militar, já que esses eram os assuntos que estavam sendo estudados nas aulas de história.

5 – Ao manusear/ler/conhecer os jornais, sua estrutura, suas sessões, o que mais lhe chamou a atenção?

Resposta: A partir do contato que tive com os jornais, fiquei surpresa com a forma de escrita da época na qual eles foram feitos e com o fato deles anunciarem a venda de propriedades, sendo que, esses aspectos foram os que mais me chamaram atenção.

6 – Você acredita que é possível estudar História através das notícias dos jornais? Como isso acontece

Resposta: É possível estudar história através de jornais, pois eles trazem informações importantes sobre um determinado período e podem representar uma fonte histórica.

A forma de escrita de uma época pode ser conhecida através de um jornal, que também podem trazer informações sobre o comércio e cotidiano de uma população, o que é importante conhecer para o estudo da história de um povo.

Escola Estadual Desembargador Gabriel Pinto de Arruda.

Questionário com os estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental – 2018.

Tema: Aula interdisciplinar referente à Ditadura Civil-Militar brasileira e a Visita ao Arquivo Público Municipal de Cáceres.

Estudante: L. O.

1–Durante as aulas, fizemos um trabalho interdisciplinar sobre a Ditadura Militar. O que você recorda desse trabalho? Quais fatores aguçaram a sua curiosidade sobre o tema?

Me lembro que estudamos sobre como surgiu a Ditadura Militar, do início ao fim, sobre os jornais da época e também analisamos algumas músicas que criticavam subliminarmente a Ditadura.

2 –Em 2018, um dos assuntos estudados nas aulas foram os diversos tipos de documento históricos, tais como: jornais, fotografias, monumentos, cartas, músicas, filmes, dentre outros. O que você compreendeu sobre esse conteúdo? Ou qual a importância desses documentos para o estudo da História?

A importância desses documentários para sociedade é que as pessoas em geral entendam o que foi a Ditadura Militar, abrindo a mente delas sobre o assunto, para que reflitam sobre o que aconteceu.

3–Relate um pouco sobre o que foi conhecer um espaço que guarda uma parte da memória histórica da nossa cidade, dos nossos habitantes. Como foi conhecer o Arquivo Público Municipal?

Não sei, não fui.

4 - Ao manusear/ler/conhecer os jornais do arquivo, que sentidos lhe foram suscitados?

5 - Ao manusear/ler/conhecer os jornais, sua estrutura, suas sessões, o que mais lhe chamou a atenção?

6 - Você acredita que é possível estudar História através das notícias dos jornais? Como isso acontece

Sim, pois nos jornais são registrados fatos que aconteceram, sendo assim é possível quando se tem uma leitura observadora, e comparando por exemplo, algum tema de um livro didático de história, com um jornal na época em que se passa o conteúdo.

Escola Estadual Desembargador Gabriel Pinto de Arruda.

Questionário com os estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental – 2018.

Tema: Aula interdisciplinar referente à Ditadura Civil-Militar brasileira e a Visita ao Arquivo Público Municipal de Cáceres.

Estudante: J. V.

1 - Durante as aulas, fizemos um trabalho interdisciplinar sobre a Ditadura Militar. O que você recorda desse trabalho? Quais fatores aguçaram a sua curiosidade sobre o tema?

Me recordo dos fatos abordados sobre essa época tão obscura do nosso país, um desses fatos foi a tortura utilizada pelo “governo” como uma forma de extrair informações das pessoas que se opunham aquele regime, e também sobre a censura que os jornais sofriam.

2 – Em 2018, um dos assuntos estudados nas aulas foram os diversos tipos de documento históricos, tais como: jornais, fotografias, monumentos, cartas, músicas, filmes, dentre outros. O que você compreendeu sobre esse conteúdo? Ou qual a importância desses documentos para o estudo da História?

Que aqueles documentos eram apenas páginas de jornais daquela época e que esses documentos eram extremamente valiosos pelo fato de conterem informações sobre aquele período.

3– Relate um pouco sobre o que foi conhecer um espaço que guarda uma parte da memória histórica da nossa cidade, dos nossos habitantes. Como foi conhecer o Arquivo Público Municipal?

Eu não fui.

4 – Ao manusear/ler/conhecer os jornais do arquivo, que sentimentos lhe foram suscitados?

Eu não fui.

5 - Ao manusear/ler/conhecer os jornais, sua estrutura, suas sessões, o que mais lhe chamou a atenção?

Eu não fui.

6 - Você acredita que é possível estudar História através das notícias dos jornais? Como isso acontece

Sim, se pegarmos uma folha de jornal que foi publicado a muitos anos atrás poderemos ver o que estava acontecendo naquele período, poderíamos saber por exemplo como a sociedade pensava naquela época teríamos várias informações importantes sobre o governo que sem dúvida nos ajudaria ainda mais a estudar a História do nosso país.

Escola Estadual Desembargador Gabriel Pinto de Arruda.

Questionário com os estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental – 2018.

Tema: Aula interdisciplinar referente à Ditadura Civil-Militar brasileira e a Visita ao Arquivo Público Municipal de Cáceres.

Estudante: *G. H.*

1– Durante as aulas, fizemos um trabalho interdisciplinar sobre a Ditadura Militar. O que você recorda desse trabalho? Quais fatores aguçaram a sua curiosidade sobre o tema?

R: Me lembro de quando ocorreu o movimento hippie, do festival Woodstock, dos cantores que driblavam o sistema de censura.

2 –Em 2018, um dos assuntos estudados nas aulas foram os diversos tipos de documento históricos, tais como: jornais, fotografias, monumentos, cartas, músicas, filmes, dentre outros. O que você compreendeu sobre esse conteúdo? Ou qual a importância desses documentos para o estudo da História?

R: Os documentos guardados são uma forma de manter a história viva, para que, se alguém um dia tentar dizer o contrário, os documentos vão estar lá para contar a história verdadeira. Os documentos são provas do que realmente ocorreu no passado.

3 –Relate um pouco sobre o que foi conhecer um espaço que guarda uma parte da memória histórica da nossa cidade, dos nossos habitantes. Como foi conhecer o Arquivo Público Municipal?

R: Foi bom conhecer o arquivo público, pois, foi como olhar para a história de um ângulo próximo, afinal a história estava em minhas mãos.

4 - Ao manusear/ler/conhecer os jornais do arquivo, que sentidos lhe foram suscitados?

R: Lendo os jornais eu me imaginei vivendo naquela época.

5 – Ao manusear/ler/conhecer os jornais, sua estrutura, suas sessões, o que mais lhe chamou a atenção?

R: O fato dos jornais serem tão antigos, que as folhas estavam quebradiças.

6 - Você acredita que é possível estudar História através das notícias dos jornais? Como isso acontece?

R: Acho possível sim, isso acontece porque os jornais muitas vezes, apresentam detalhes que não aparecem nos livros.

Escola Estadual Desembargador Gabriel Pinto de Arruda.

Questionário com os estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental – 2018.

Tema: Aula interdisciplinar referente à Ditadura Civil-Militar brasileira e a Visita ao Arquivo Público Municipal de Cáceres.

Estudante: F. M.

1 – Durante as aulas, fizemos um trabalho interdisciplinar sobre a Ditadura Militar. O que você recorda desse trabalho? Quais fatores aguçaram a sua curiosidade sobre o tema?

Lembro de ir para Arquivo público, documentários sobre jornalistas e uma pesquisa sobre o regime integralista.

2–Em 2018, um dos assuntos estudados nas aulas foram os diversos tipos de documento históricos, tais como: jornais, fotografias, monumentos, cartas, músicas, filmes, dentre outros. O que você compreendeu sobre esse conteúdo? Ou qual a importância desses documentos para o estudo da História?

Pois em poucas palavras, como era difícil a vida do jornalista para buscar notícias, retirar informações de um regime onde a liberdade de expressão é motivo de morte. É importante os documentos serem preservados pois esses documentos pode influenciar a história atual.

3 – Relate um pouco sobre o que foi conhecer um espaço que guarda uma parte da memória histórica da nossa cidade, dos nossos habitantes. Como foi conhecer o Arquivo Público Municipal?

Conhecer o Arquivo público foi como inserir ao passado, é como observar com detalhes os fatos passados, tenho anotado algumas observação de um dos jornais, basicamente foi no final da Segunda Guerra Mundial onde as pessoas foram comemorar nas ruas. O Arquivo público os documentos não são guardados com devido cuidado a algumas salas que tem cheiro horrível, onde não foi possível entrar e deveriam ter como mais atenção sobre os arquivos.

4 - Ao manusear/ler/conhecer os jornais do arquivo, que sentidos lhe foram suscitados?

A sensação é muito delicada algumas notícias eram aterradoras mortes trás mortes e outras motivos de felicidade e conquista.

5 – Ao manusear/ler/conhecer os jornais, sua estrutura, suas sessões, o que mais lhe chamou a atenção?

Quando foi ao Arquivo público tinha um conhecimento básico sobre o notícia e reportagem e não reparei muito em questão sobre artigos, títulos e etc

6– Você acredita que é possível estudar História através das notícias dos jornais? Como isso acontece

Sim é possível. Ler e compreender o passado seria uma forma de ver os erros passados para não se repetir no em um futuro.

Escola Estadual Desembargador Gabriel Pinto de Arruda.

Questionário com os estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental – 2018.

Tema:Aula interdisciplinar referente à Ditadura Civil-Militar brasileira e a Visita ao Arquivo Público Municipal de Cáceres.

Estudante: D. K.

1–Durante as aulas, fizemos um trabalho interdisciplinar sobre a Ditadura Militar. O que você recorda desse trabalho? Quais fatores aguçaram a sua curiosidade sobre o tema?

Lembro que vimos documentários que mostravam como as pessoas sofriam por lutar pela sua liberdade, como se manifestavam por música, poemas e vários outros tipos de arte, com o máximo de descrição possível e como eram caladas se fossem pegas. Recordo das discussões que fizemos... de como todos participavam, nos espantamos ao saber que havia pessoas envolvidas não só com os atos da ditadura como com os do nazismo também, tipo os meninos negros, órfãos que eram adotados e levados para uma fazenda onde eram tratados como escravos mesmo com o “término” da escravidão.

2 – Em 2018, um dos assuntos estudados nas aulas foram os diversos tipos de documento históricos, tais como: jornais, fotografias, monumentos, cartas, músicas, filmes, dentre outros.

O que você compreendeu sobre esse conteúdo? Ou qual a importância desses documentos para o estudo da História?

Que nada melhor que algo da época para tirar suas dúvidas, esse documentos são muito importantes para a história, eles guardam muitos segredos e nos contam muitas coisas também...

3 –Relate um pouco sobre o que foi conhecer um espaço que guarda uma parte da memória histórica da nossa cidade, dos nossos habitantes. Como foi conhecer o Arquivo Público Municipal?

Realmente uma experiência única, se muitos tivessem o interesse de conhecer como era a cidade e a posição da sociedade sobre diversos acontecimentos da época seria incrível.

4 -Ao manusear/ler/conhecer os jornais do arquivo, que sentidos lhe foram suscitados?

Ah divertido, era outro tempo, muitas coisas eram diferentes comparado com os dias de hoje mas tão normal para eles...

5 – Ao manusear/ler/conhecer os jornais, sua estrutura, suas sessões, o que mais lhe chamou a atenção?

Uma das coisas que mais me atraiu foram algumas palavras que são muito diferentes no dia de hoje.

6 – Você acredita que é possível estudar História através das notícias dos jornais? Como isso acontece

Sim, é assim que muitas pesquisas são feitas, muitos historiadores usam dessas fontes. Se você quer descobrir algo que aconteceu a anos atrás o que seria melhor que marcas da época? Os jornais assim como vários outros materiais escritos é uma das fontes mais confiáveis que temos.

Escola Estadual Desembargador Gabriel Pinto de Arruda.

Questionário com os estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental – 2018.

Tema:Aula interdisciplinar referente à Ditadura Civil-Militar brasileira e a Visita ao Arquivo Público Municipal de Cáceres.

Estudante: R. C.

1 – Durante as aulas, fizemos um trabalho interdisciplinar sobre a Ditadura Militar. O que você recorda desse trabalho? Quais fatores aguçaram a sua curiosidade sobre o tema?

Lembro que fizemos várias leituras, assistimos diversos documentários de pessoas que relataram sobre o acontecimento, discutimos com os professores sobre o assunto tratado, e aprendemos muitos, pois não conhecíamos a história que havia acontecido, fizemos apresentações com alguns livros que também relatavam sobre o assunto, e saímos com a mente aberta e cheia de conhecimentos.

2 – Em 2018, um dos assuntos estudados nas aulas foram os diversos tipos de documento históricos, tais como: jornais, fotografias, monumentos, cartas, músicas, filmes, dentre outros. O que você compreendeu sobre esse conteúdo? Ou qual a importância desses documentos para o estudo da História?

Aprendemos diversos assuntos, e como era tratado os jornais antigamente, a maneira das escritas etc... a importância sobre os documentos históricos, que serviram para novas pessoas e novos conhecimentos, serviu e servirá de uma aprendizagem excelente para alunos e até mesmo pessoas que não conhecem.

3 – Relate um pouco sobre o que foi conhecer um espaço que guarda uma parte da memória histórica da nossa cidade, dos nossos habitantes. Como foi conhecer o Arquivo Público Municipal?

Pra mim foi um privilégio, pois cada detalhe que conhecemos, foram aprendizados que poderão nos ajudar algum dia, e foi uma experiência única de tanta aprendizagem com professores excelentes, e acredito que para meus colegas também foi assim, pois conhecemos mais um pedaço histórico da nossa cidade que trouxe várias notícias quanto antigamente e para nós que conhecemos um espaço que contém várias histórias e fatos ocorridos.

4 -Ao manusear/ler/conhecer os jornais do arquivo, que sentimentos lhe foram suscitados?

Os acontecimentos da época e de como era relatados.

5 – Ao manusear/ler/conhecer os jornais, sua estrutura, suas sessões, o que mais lhe chamou a atenção?

O que mais me chamou atenção foram o modo das escritas que alguém documentos tinha, palavras que muitos não conheciam, e não é mais usada, e também pelo aspecto dos documentos.

6 – Você acredita que é possível estudar História através das notícias dos jornais? Como isso acontece

Sim e não, pois na minha opinião alguma coisa que são relatadas nos jornais quanto impresso e em mídia, muitas vezes são fake News, ou, a mídia mente ou relata o básico que precisamos saber, então, na minha opinião, eu n acredito muito que seria possível, mas por um outro lado, acredito, portanto algumas pessoas ainda insiste em saber verdades e correm atrás daquilo que querem saber e consegue sim estudar através de jornais.